



AVALIAÇÃO DO PAM

Avaliação das actividades de assistência técnica do PAM e apoio aos refugiados em Angola: 2017-2022

Relatório de Avaliação Descentralizada Volume I Escritório do PAM em Angola

DE/AOCO/2019/029

Dezembro de 2024



World Food Programme

SAVING
LIVES
CHANGING
LIVES

Equipa Técnica

Escritório do Programa Alimentar Mundial (PAM) em Angola

Maria-Ana Tati, Co-Gestora da Avaliação

Jennifer Sakwiya, Co-Gestora da Avaliação

Jean Providence Nzabonimpa, Unidade de Avaliação Regional, Garantia de Qualidade Interna de Segundo Nível

Lindiwe Kwidini, Unidade de Avaliação Regional, Garantia de Qualidade Interna de Segundo Nível

Equipa de Avaliação Externa

Dr. Edgar Cossa, Chefe de Equipa Sénior

Dra. Ioanna Wagner Tsoni, perita em Avaliação e Garantia de Qualidade

Nelson Bernabé, Especialista Nacional em Segurança Alimentar e Nutricional

Samba Canga, Avaliador Nacional de Juniores

Agnaldo Nhangumele, Especialista em Avaliação

Agradecimentos

A equipa de avaliação da Forcier Consulting PLC expressa sua gratidão pela assistência prestada pelas gestoras de avaliação (Sra. Maria Ana Tati e Sra. Jennifer Sakwiya), ao Sr. Jean Providence Nzabonimpa, Sra. Lindiwe Kwidini e Sra. Mayibongwe Manyoba do Gabinete Regional do PAM para a África do Sul pela sua orientação e análise de qualidade, ao Sr. José Ferrão, ao Sr. Andrea Scimone, ao Sr. António Paulo e a muitos colegas do Gabinete Regional do PAM em Joanesburgo e ao Escritório do PAM em Angola pelo seu apoio inestimável à equipa de avaliação no planeamento e no acesso a informações relevantes.

Agradecemos também a contribuição dos participantes que generosamente disponibilizaram o seu tempo durante o processo de avaliação. A equipa de avaliação deseja agradecer especialmente aos parceiros do PAM, aos beneficiários do projecto e às comunidades locais pela sua cooperação e pela partilha das suas ideias e experiências.

Aviso

As opiniões expressas neste relatório são as da equipa de avaliação e não reflectem, necessariamente, as do PAM. A responsabilidade pelas opiniões expressas neste relatório cabe exclusivamente aos seus autores. A publicação deste documento não implica a aprovação pelo PAM das opiniões expressas.

A designação utilizada e a apresentação do material nos mapas não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do PAM relativamente ao estatuto jurídico ou constitucional de qualquer país, território ou zona marítima ou relativa à delimitação de fronteiras.

Foto de capa: PAM/Biblioteca Fotográfica

Conteúdo

Lista de Figuras	ii
Lista de Quadros	iii
Lista de Caixas.....	iii
Sumário Executivo	iv
1. Introdução.....	1
1.1. Características de Avaliação	1
1.2. Contexto	2
1.3. Objecto da Avaliação.....	4
1.4. Âmbito da avaliação	16
1.5. Metodologia de avaliação, limitações e considerações éticas.....	17
2. Resultados da Avaliação.....	26
2.1. Pergunta de Avaliação 1	26
2.2. Pergunta de Avaliação 2	37
2.3. Pergunta de Avaliação 3	44
2.4. Pergunta de Avaliação 4	58
2.5. Pergunta de Avaliação 5	60
2.6. Pergunta de Avaliação 6	66
3. Constatações e recomendações	74
3.1. Constatações.....	74
3.2. Boas Práticas	77
3.3. Lições Aprendidas.....	78
3.4. Recomendações.....	80
Anexo 14. Acrónimos	87

Anexos (Volume II)

Anexo 1. Resumo de Termos de Referência.....	1
Anexo 2. Calendário de Avaliação Actualizado.....	6
Anexo 3. Abordagem de avaliação, metodologia e considerações éticas.....	8
Anexo 3. Matriz de Avaliação.....	22
Anexo 4. Ferramentas de recolha de dados.....	42

Anexo 5. Agenda do trabalho de campo.....	63
Anexo 6. Visão geral dos informadores-chave.....	66
Anexo 7. Bibliografia.....	68
Anexo 8. Considerações éticas, riscos e salvaguardas.....	73
Anexo 9. Actualização dos membros do grupo de referência para a avaliação.....	77
Anexo 10. Plano de Comunicação e Gestão do Conhecimento.....	80
Anexo 11. Análise das partes interessadas.....	90
Anexo 12. Angola Contexto pormenorizado do país.....	96
Anexo 13. Resultados estratégicos e resultados de produção.....	106
Anexo 14. Beneficiários do programa para refugiados, por sexo e grupo etário.....	108

Lista de Figuras

Figura 1: Teoria da Mudança reconstruída.....	8
Figura 2: Níveis de execução orçamental (2017 - 2022).....	9
Figura 3: PAM Angola, Contribuição dos Doadores (2017 - 2022).....	11
Figura 4: Tendência dos beneficiários da resposta a situações de crise por tipo de modalidade (realizada) e sexo, por ano.....	12
Figura 5: Tendências da distribuição alimentar em toneladas métricas (MT).....	13
Figura 6: Oficinas de Alimentação Escolar (2021).....	14
Figura 7: Visualização da análise do poder/interesse das partes interessadas.....	22
Figura 8: Beneficiários por estatuto de residência (residente/refugiado) (2017—2022).....	29
Figura 9: Satisfação com a quantidade de alimentos.....	30
Figura 10: Satisfação com a qualidade dos alimentos.....	31
Figura 11: Quem decide sobre a utilização dos géneros alimentícios.....	35
Figura 12: Quem decide sobre a utilização de artigos não alimentares.....	36
Figura 13: Agregados familiares que consideram que as condições nos pontos de distribuição de alimentos são satisfatórias.....	41
Figura 14: Agregados familiares que já não utilizam os mecanismos de reclamação e <i>feedback</i>	41
Figura 15: Refugiados: Pontuação do Consumo de Alimentos (percentagem de famílias).....	50
Figura 16: rCSI médio baseado no consumo ao longo do tempo.....	51

Lista de Quadros

Tabela 1: Transferências anuais baseadas em dinheiro (2017-2022).....	12
Tabela 2: Resultados da alimentação escolar	15
Tabela 3: Assistência técnica ao Governo de Angola na Avaliação e Mapeamento de Vulnerabilidades.....	15
Tabela 4: Critérios de avaliação e respectivas perguntas de avaliação	19
Tabela 5: Tamanho da amostra obtido	23
Tabela 6 Locais de recolha de dados e respectivas operações/programas do PAM avaliados	23
Tabela 7: Satisfação com os programas da CMAM.....	32

Lista de Caixas

Caixa 1: Narrativa reconstruída da Teoria da Mudança.....	7
---	---

Sumário Executivo

Antecedentes

1. Esta é a avaliação de actividades de Assistência Técnica (AT) do Programa Alimentar Mundial (PAM) ao Governo de Angola (GdA) e Apoio aos Refugiados em Angola de 2017 a 2022. Abrange quatro áreas temáticas nos Resultados Estratégicas do Plano Estratégico Interino do País (PEIP) do PAM Angola (2020 – 2025): i) AT ao GoA em relação ao fortalecimento da capacidade institucional (Ministérios da Agricultura e Florestas, Educação, Interior (Protecção Civil) e Saúde); ii) Resposta de emergência em regiões afectadas pela seca; iii) Gestão Comunitária da Desnutrição Aguda (CMAM); iv) Assistência Alimentar; e Apoio designado aos refugiados. O programa centra-se na cidade de Luanda, no Cunene (município de Ombadja), na Huíla (município de Quilengues) e na Lunda Norte. Os beneficiários das actividades incluem refugiados, populações afectadas pela seca, funcionários do GdA e comunidades locais, incluindo mulheres e crianças que beneficiam dos programas da CMAM e de iniciativas de alimentação escolar.

2. O Escritório do PAM em Angola (AO) encomendou esta avaliação para avaliar o alinhamento, o impacto e a sustentabilidade da assistência técnica do PAM ao GdA e o apoio aos refugiados e às populações afectadas pela seca no âmbito do actual PEIP, que abrange o período 2020-2025. A avaliação cobriu as actividades realizadas de 2017 a 2022, centrando-se na responsabilização e na aprendizagem. Sendo a primeira avaliação do PAM em Angola, avalia a eficácia das estratégias e intervenções passadas, com o objectivo de identificar sucessos e áreas de melhoria, lições aprendidas e recomendações para informar o próximo Plano Estratégico do País (PEP), enfatizando a integração do género e os direitos humanos. A avaliação também analisou o papel do PAM no reforço da segurança alimentar e nutricional em Angola e na promoção dos objectivos de desenvolvimento do país, servindo simultaneamente de mecanismo de responsabilização, facilitando a aprendizagem a vários níveis organizacionais para várias partes interessadas e utilizadores de dados, incluindo o PAM, o GdA, os doadores e os parceiros.

3. Os desafios socioeconómicos de Angola sublinham a importância da avaliação: uma taxa de pobreza de 40,6 por cento (40,8 por cento de homens, 40,2 por cento de mulheres), disparidades de rendimento e subnutrição que afecta 37,6 por cento das crianças com menos de cinco anos (41 por cento de rapazes, 34,1 por cento de raparigas). A insegurança alimentar afecta mais de 77,7 por cento da população (48,8 por cento de homens e 51,2 por cento de mulheres), com as mulheres a enfrentarem efeitos agravados devido às disparidades de género e às barreiras económicas. As deslocações internas e transfronteiriças intensificam as questões humanitárias, com Angola a acolher mais de 56.000 refugiados, na sua maioria provenientes da República Democrática do Congo (RDC).

4. Apesar dos desafios, o PAM combate a insegurança alimentar e a subnutrição, em especial nas regiões afectadas pela seca, com recursos limitados. As operações são financiadas principalmente através de donativos directos (84 por cento do orçamento), complementados por fontes multilaterais indirectas. No entanto, a execução orçamental rondou, em média, os 50 por cento, o que afectou a realização dos objectivos dos beneficiários.

Metodologia

5. A avaliação das actividades do PAM em Angola (2017-2022) focou no alinhamento, o impacto e a sustentabilidade das intervenções do PAM no âmbito do PEIP. Adoptando uma abordagem de métodos mistos, incluindo revisão documental, o Modelo Kirkpatrick, 45 entrevistas com informantes-chave (KIs) com as partes interessadas e duas discussões de grupos focais desagregados por género (DGFs) com beneficiários em Dundo, Cunene, Huíla, Lunda Norte e Luanda, priorizando considerações éticas e de género. Foi assegurada uma triangulação abrangente através da utilização de múltiplas fontes de dados.

6. A avaliação seguiu os critérios do Comité de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE-CAD) (relevância, coerência, eficácia, eficiência, sustentabilidade/escalabilidade e impacto) para assistência técnica e o apoio aos refugiados do PAM em Angola e recolher informações para a futura programação do PAM. Foram exploradas treze sub-perguntas (ver

7. Tabela 4). Foram reconhecidas limitações como a disponibilidade de dados, as restrições de tempo e a aplicabilidade dos indicadores, tendo sido implementadas medidas para minimizar o seu impacto na validade e fiabilidade da avaliação (ver Anexo 3, Volume II).

Resultados da Avaliação

Relevância das Operações do PAM

8. **Constatação 1:** O PAM adaptou as intervenções de segurança alimentar para satisfazer as necessidades dos grupos vulneráveis, incluindo os refugiados e as crianças subnutridas. A intervenção de distribuição geral de alimentos visou populações vulneráveis de refugiados, evidenciada pelo impacto do PAM na segurança alimentar dos refugiados na Lunda Norte, onde satisfaz com sucesso as necessidades de 80 por cento de 28,199 em 2017 e melhorou a cobertura para 86,4 por cento em 2019. Apesar dos desafios operacionais em 2020, os beneficiários expressaram que a assistência do PAM desempenhou "um papel crucial" durante a emergência, garantindo que as necessidades alimentares e nutricionais fossem estabilizadas através da adaptação de estratégias e programas às mudanças demográficas locais, condições climáticas, obstáculos logísticos, mudanças nas necessidades dos beneficiários e mudanças nas prioridades de financiamento. Os esforços do PAM permaneceram relevantes no meio da evolução dos cenários de segurança alimentar, demonstrando flexibilidade na utilização de várias abordagens— incluindo a assistência alimentar directa, as transferências baseadas em valor monetário (TBC) e programas nutricionais, continuando a prestação de serviços essenciais apesar dos contratemplos.

9. **Constatação 2:** O PAM integrou eficazmente a igualdade de género, o empoderamento das mulheres e os direitos humanos nas suas intervenções de segurança alimentar, dando resposta às necessidades das mulheres e reforçando o impacto do programa. Os resultados notáveis no programa de refugiados incluíram o aumento do papel das mulheres na tomada de decisões no agregado familiar de 18 por cento para 28 por cento (Maio de 2020 a Maio de 2022) e a sua participação nas sessões de formação do programa CMAM. As conclusões sublinham a necessidade de esforços contínuos para melhorar a integração de estratégias sensíveis ao género, melhorar a segurança alimentar dos agregados familiares liderados por mulheres e garantir a sua participação equitativa nos programas de nutrição. É vital reforçar os papéis de tomada de decisão das mulheres, particularmente em contextos de refugiados, onde são mais vulneráveis. Enriquecer os programas de formação de AT e o desenvolvimento de políticas nacionais com considerações de género melhorará a eficácia política e operacional.

10. **Constatação 3:** As estratégias de AT do PAM alinharam com as prioridades do GdA em matéria de segurança alimentar e nutrição, tendo recebido reacções positivas das partes interessadas. Esta parceria melhorou a gestão da segurança alimentar dos governos provinciais do Cunene e do Namibe através de formação específica e de esforços de colaboração com outras agências das Nações Unidas (ONU) e organizações não governamentais (ONG). O desenvolvimento conjunto da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN II) exemplificou o empenho do PAM em apoiar os objectivos de desenvolvimento de Angola.

Coerência de Intervenções

11. **Constatação 4:** A coerência das intervenções do PAM com as políticas do GdA confirmou alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), particularmente nos domínios da segurança alimentar, nutrição, educação e saúde, como demonstrado pelas contribuições do PAM para o desenvolvimento de políticas fundamentais, como a ENSAN II e a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNASE). A harmonização e a adesão aos princípios humanitários internacionais realçam a integridade, a neutralidade e a imparcialidade do programa.

12. **Constatação 5:** O PAM aproveitou as sinergias entre os esforços de AT, reforçando a eficácia do programa. As abordagens integradas de segurança alimentar, nutrição e apoio aos refugiados optimizaram a utilização dos recursos e responderam a desafios complexos. A colaboração do PAM com as agências da ONU e as entidades do GdA, no âmbito do quadro "Uma ONU", e os esforços de elaboração da ENSAN II e das directrizes relativas à alimentação escolar, com a participação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), demonstraram um alinhamento e uma melhor coordenação das partes interessadas.

Eficácia dos Objectivos

13. **Constatação 6:** O apoio do PAM avançou o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 (Fome Zero), melhorando os indicadores de segurança alimentar, como as Classificação de Consumo Alimentar (CCA) e o Índice de Estratégia de Enfrentamento Reduzido (rCSI) entre os grupos-alvo. No entanto, os dados nacionais mostram um aumento da insegurança alimentar de 73,5 por cento em 2019 para 78,5 por cento em 2022 e um aumento da subnutrição de 15,2 por cento para 21,6 por cento no mesmo período.

14. **Constatação 7:** As iniciativas do PAM também reforçaram o ODS 17 (Parcerias para os Objectivos) através da melhoria das parcerias e do fortalecimento de capacitações, da melhoria da recolha e análise de dados e do desenvolvimento de estratégias nacionais. A colaboração com as agências da ONU e ONG promoveu uma abordagem unificada contra a insegurança alimentar, enquanto as respostas de emergência do PAM reforçaram a resiliência das comunidades.

15. **Constatação 8:** O PAM fortaleceu a capacidade das instituições nacionais para implementar programas de segurança alimentar e nutrição através de iniciativas de reforço de capacitação em 2021, formando 84 membros do pessoal do GdA no Cunene e no Namibe em gestão da segurança alimentar e normas nutricionais. O reforço de capacitação estendeu-se ao desenvolvimento de políticas, logística, gestão de *stock* e envolvimento da comunidade no rastreio da desnutrição. No entanto, os desafios na cadeia de abastecimento, transporte e armazenamento de produtos alimentares e não alimentares, especialmente em áreas remotas afectadas por condições meteorológicas adversas e problemas de transporte, impediram a prestação atempada de assistência.

16. **Constatação 9:** As actividades do PAM revelaram pontos fortes em termos de conhecimentos técnicos, gestão de recursos e adaptabilidade. Os desafios incluíam recursos humanos limitados, restrições orçamentais e uma capacidade operacional restrita. Factores externos como as condições meteorológicas, a dinâmica política, a volatilidade económica e a inconsistência dos financiamentos também tiveram impacto nos resultados.

Eficiência das Intervenções

17. **Constatação 10:** Foi alcançada uma elevada eficiência na utilização dos recursos, enquanto uma gestão financeira prudente assegurou a afectação e utilização estratégicas dos fundos, maximizando o impacto. A implementação rentável do TBC reduziu os custos logísticos e melhorou a dignidade dos beneficiários.

18. **Constatação 11:** As intervenções do PAM foram eficazes em termos de custos, traduzindo os investimentos financeiros em benefícios de saúde e nutrição para os beneficiários. As iniciativas reduziram os custos, desenvolveram competências locais e melhoraram a sustentabilidade, diminuindo o custo por beneficiário de 190,40 USD em 2018 para 124,79 USD em 2022 e o custo por indivíduo curado nas intervenções CMAM é 27,62 USD, considerado eficiente em comparação com os custos médios de tratamento a nível mundial (entre 0,44 e 1.344 USD por criança). Os custos administrativos e operacionais foram reduzidos de 7,25 por cento em 2018-2019 para 5,21 por cento em 2020—2022. As intervenções dispersas de apoio aos refugiados incorreram em custos logísticos imediatos mais elevados, enquanto a AT se centrou no fortalecimento de capacitações a longo prazo e no desenvolvimento de políticas, ilustrado pela criação da Política Nacional de Alimentação e Saúde Escolar e pela criação de oito comités interministeriais de coordenação. No entanto, a prontidão do desembolso dos recursos foi afectada por atrasos dos doadores e por obstáculos burocráticos, especialmente no caso dos fundos do GdA, o que provocou atrasos ocasionais na execução do programa.

19. **Constatação 12:** A gestão financeira do PAM assegurou a optimização dos recursos, alinhando os recursos com os resultados. A análise identificou oportunidades de reafectação de fundos de áreas subutilizadas, onde se verificou uma subutilização das despesas para necessidades mais prementes, melhorando a capacidade de resposta à evolução das necessidades. As auditorias financeiras contínuas e os ajustamentos à afectação de recursos foram destacados como essenciais para uma utilização óptima do fundo.

Sustentabilidade/Escalabilidade da AT e do Apoio aos Refugiados

20. **Constatação 13:** A sustentabilidade da assistência técnica do PAM e do apoio aos refugiados é incerta sem apoio externo contínuo e sem a integração nos sistemas nacionais. O programa CMAM e

intervenções de apoio aos refugiados enfrentaram dificuldades em manter impacto após a intervenção, o que indica a necessidade de um planeamento mais sólido e de parcerias mais coordenadas. A ampliação/replicação bem-sucedida das intervenções exigirá parcerias sólidas a vários níveis, desde as comunidades até ao GdA, para atenuar os choques externos. Embora as parcerias revelem potencial, subsistem desafios como a redução da qualidade da assistência alimentar (queda de 20 por cento em 2022) e a instabilidade financeira. Os atrasos na ratificação da ENSAN II e do PNASE dificultam ainda mais a integração nos quadros nacionais, os programas para refugiados continuam a depender fortemente do apoio externo, e as actividades demonstram uma resiliência insuficiente independente do apoio do PAM.

21. **Conclusão 14:** O Modelo de avaliação Kirkpatrick mostrou que os seminários de formação para o fortalecimento de capacitações eram cativantes e pertinentes, melhorando os conhecimentos em matéria de desenvolvimento de políticas e de logística alimentar. Os funcionários do GdA que receberam formação aplicaram medidas de segurança alimentar mais eficazes e as instituições locais melhoraram a sua independência na gestão dos programas, o que demonstra o potencial de sustentabilidade e de expansão das iniciativas do PAM.

Impacto das Intervenções

22. **Constatação 16:** As iniciativas do PAM melhoraram o acesso aos alimentos e os resultados nutricionais dos beneficiários, com ganhos específicos de género através do apoio nutricional direccionado às mulheres. A CMAM tratou mais de 108.000 crianças, alcançando uma taxa de sucesso de 84 por cento em Luanda e de 100 por cento no Cunene. Os programas de alimentação escolar melhoraram a frequência escolar e a nutrição, tendo sido formados comités interministeriais para apoiar estes esforços. Além disso, os indicadores CCA e rCSI revelaram melhorias na segurança alimentar dos refugiados e nos seus mecanismos de sobrevivência.

23. **Constatação 17:** A AT do PAM melhorou a capacidade das instituições públicas e privadas/sociedade civil, beneficiando a saúde e a nutrição das mulheres. O apoio do PAM ao Ministério da Educação deu origem à Política Nacional de Alimentação e Saúde Escolar e a oito comissões interministeriais, melhorando a frequência escolar, especialmente das raparigas. A AT foi direccionada para as mulheres grávidas e lactantes, com alimentos nutritivos e educação, melhorando os resultados em termos de saúde e nutrição. De 2018 a 2023, os agregados familiares de refugiados registaram um aumento de 43,46 por cento na Classificação de Consumo de Alimentos (CCA) aceitável, e os agregados em categorias de CCA moderada e pobre diminuíram para 20,24 por cento e 34,15 por cento, respectivamente. O Índice de Estratégia de Resposta Reduzida (rCSI) desceu de 15 para 5, indicando uma melhor segurança alimentar e mecanismos de resposta entre os agregados familiares, embora os agregados familiares chefiados por mulheres continuem a ser mais vulneráveis.

Lições Aprendidas

24. As intervenções do PAM sublinham a necessidade de um apoio externo sustentado para manter os ganhos, mas também o risco de dependência. A localização dos programas, a sua integração nas políticas nacionais e o desenvolvimento das capacidades e da apropriação locais são essenciais para a sustentabilidade a longo prazo. O fortalecimento das instituições governamentais e o envolvimento da sociedade civil são cruciais para permitir que as comunidades progridam independentemente da ajuda externa. Políticas estratégicas como a ENSAN II e o PNASE representam um progresso no alinhamento dos esforços humanitários com os objectivos nacionais. No entanto, as lacunas na integração das políticas nos quadros governamentais sugerem a necessidade de uma maior sensibilização e coordenação. Embora os esforços de fortalecimento das capacitações do PAM em Angola tenham aumentado a eficácia das intervenções e fomentado instituições mais auto-suficientes, continua a ser fundamental concentrarmos na aplicação prática das competências e na implementação das políticas para garantir resultados sustentáveis.

Conclusões

25. **Conclusão 1:** A segurança alimentar e a nutrição melhoraram, com a resposta aos refugiados a proporcionar um acesso consistente a alimentos nutritivos e a melhorar os níveis de consumo alimentar entre os refugiados e as comunidades locais. O sucesso foi atribuído ao rastreio exaustivo, ao envolvimento

da comunidade e à formação dos funcionários dos serviços de saúde. O programa de alimentação escolar melhorou o acesso a alimentos e a frequência escolar.

26. **Conclusão 2:** A capacidade nacional foi reforçada através de uma formação alargada do pessoal do GdA em matéria de gestão da segurança alimentar. As políticas estratégicas, como o PNASE (2020) e a ENSAN II (2021), definem a agenda nacional de segurança alimentar e nutricional. No entanto, a ratificação das mesmas continua incompleta.

27. **Conclusão 3:** As iniciativas do PAM, embora bem orientadas e pertinentes, tiveram dificuldades em satisfazer plenamente as necessidades em evolução das necessidades de populações, enfrentando desafios para alcançar a equidade nutricional nos agregados familiares chefiados por mulheres, promovendo a igualdade entre os sexos e a emancipação das mulheres e reforço da sustentabilidade e o impacto global.

28. **Conclusão 4:** A AT do PAM apoia os objectivos de desenvolvimento de Angola, mas as principais políticas, como a ENSAN II e o PNASE, juntamente com instrumentos como a Classificação Integrada das Fases de Segurança Alimentar (IPC), exigem uma adopção formal. Estas políticas, moldadas substancialmente pelo PAM, têm como objectivo melhorar a segurança alimentar, mas a falta de ratificação oficial prejudica o potencial impacto e sustentabilidade das intervenções.

29. **Constatação 5:** A sustentabilidade é posta em causa pela dependência do apoio externo, estando a segurança alimentar dos refugiados em risco se o apoio do PAM cessar. A retirada da assistência técnica/financeira poderia comprometer os impactos a longo prazo dos programas CMAM e de alimentação escolar, dada a sua limitada integração nas políticas nacionais.

30. **Conclusão 6:** Recursos financeiros e logísticos adequados são fundamentais para a distribuição de alimentos e o TBC. No entanto, a manutenção das competências após a formação é um desafio, salientando a necessidade de apoio contínuo e de ajustamentos estratégicos para a sustentabilidade a longo prazo.

Recomendações

31. **Recomendação 1:** Intensificar os esforços de sensibilização e de definição de políticas através do envolvimento contínuo com os organismos do GdA. Reforçar a colaboração para exercer pressão para ratificação de políticas e ferramentas fundamentais; desenvolver estratégias de sensibilização direccionadas, organizar eventos de apoio e manter reuniões regulares para garantir o alinhamento das políticas e acelerar os processos de ratificação [Conclusão 2, 4; Constatações 3, 10, 16].

32. **Recomendação 2:** Reforçar os programas de formação locais, identificando as lacunas actuais, desenvolvendo módulos de formação específicos para utilização prática e aumentando o pessoal formado para aumentar a capacidade e resolver os problemas logísticos, orçamentais e de programação. [Conclusão 2, 6; Constatações 8, 9, 12, 13, 16].

33. **Recomendação 3:** Facilitar seminários e fóruns com as principais partes interessadas para promover a integração das iniciativas do PAM nos quadros nacionais, fomentando a compreensão mútua dos benefícios e dos aspectos práticos [Conclusão 2, 4; Constatações 4, 5, 9, 13, 15].

34. **Recomendação 4:** Aumentar o investimento em actividades de reforço da resiliência, centradas no desenvolvimento da agricultura e dos meios de subsistência através de programas de formação em agricultura sustentável e empreendedorismo para promover a auto-suficiência de comunidades [Conclusão 3, 5, 6; Constatações 1, 6, 7, 13, 14, 15].

35. **Recomendação 5:** Assegurar o financiamento a longo prazo dos doadores e aumentar o envolvimento financeiro do GdA, desenvolvendo estratégias de angariação de fundos ajustadas ao risco e planos de sustentabilidade adaptados às condições locais e às prioridades dos doadores [Conclusão 5, 6; Constatações 7, 9, 10, 11, 13, 15].

36. **Recomendação 6:** Realizar intervenções orientadas para os agregados familiares chefiados por mulheres, a fim de melhorar o seu acesso aos recursos e às oportunidades económicas, fortalecer capacitações de tomada de decisões e integrar a igualdade entre os sexos e o empoderamento das

mulheres nas iniciativas (GEWE) do PAM, através de programas e formação adaptados [Conclusão 1, 3, 5
Conclusões 2, 4, 7, 9, 13, 15, 16].

1. Introdução

1.1. Características de Avaliação

1. Em conformidade com a política do Programa Alimentar Mundial (PAM) relativa aos Planos Estratégicos do País (PEP) e com a política de avaliação do PAM, o Escritório do PAM em Angola encomendou uma avaliação das suas intervenções em Angola. Estas intervenções incluem a prestação de assistência técnica ao Governo de Angola (GdA), a melhoria da segurança alimentar e do apoio nutricional aos refugiados e às populações afectadas pela seca e o fortalecimento de capacitações institucional dos ministérios do GdA.
2. O objectivo da avaliação, em conformidade com os Termos de Referência (TdR) (ver Anexo 1, Volume II), é avaliar a coerência, a pertinência, a eficácia, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade das actividades de assistência técnica (AT) do PAM e do apoio aos refugiados em Angola. O seu objectivo é identificar os êxitos, os desafios, as lições aprendidas e os domínios a melhorar, a fim de informar a concepção do PEP e a tomada de decisões. Além disso, em conformidade com o compromisso de integração da perspectiva de género, a finalidade e os objectivos da avaliação integram considerações de género para examinar o impacto dos programas na dinâmica de género, avaliar a sua eficácia na promoção da equidade de género e identificar barreiras e oportunidades específicas de género. Ao fazê-lo, a avaliação contribui para uma compreensão mais inclusiva dos resultados dos programas e apresenta recomendações para melhorar os programas em função do género.
3. A avaliação abrange três domínios temáticos:
 - **Assistência técnica ao Governo de Angola:** Esta assistência incluiu uma série de iniciativas de apoio que vão desde o tratamento da desnutrição ao desenvolvimento de políticas de alimentação escolar e ao fortalecimento de capacitações em matéria de logística de resposta a emergências.
 - **Resposta de emergência em regiões afectadas pela seca:** Centrando-se no tratamento da desnutrição e na comunicação de mudança de comportamento em municípios específicos das províncias da Huíla e do Cunene.
 - **Apoio aos refugiados:** Fornecimento de TBC e alimentos a refugiados na província de Lunda Norte.
4. Esta avaliação tem o duplo objectivo de responsabilização e aprendizagem:
 - **Responsabilização:** A avaliação avalia e dá conta do desempenho e dos resultados das actividades de fortalecimento de capacitações e do apoio à assistência aos refugiados, prestando contas às partes interessadas.
 - **Aprendizagem:** A avaliação também determina as razões para a ocorrência ou não ocorrência de determinados resultados, retira lições, deriva boas práticas e fornece conclusões baseadas em provas para a tomada de decisões operacionais e estratégicas. Prevê-se que as conclusões sejam activamente divulgadas e que os ensinamentos sejam incorporados nos sistemas relevantes de partilha de ensinamentos.
5. A avaliação deu maior ênfase à aprendizagem através da consolidação de lições para melhorar a implementação do programa em curso e informar os processos de concepção do PEP de segunda geração para o PAM Angola. Ao dar prioridade à extracção e aplicação de conhecimentos-chave, as lições desta avaliação destinam-se a informar estratégias futuras.
6. A principal audiência deste relatório de avaliação é o Escritório do PAM em Angola (AO), o Gabinete de Avaliação, a Sede do PAM e o Gabinete Regional em Joanesburgo (RBJ) e o Governo de Angola (GdA). As conclusões orientarão as decisões estratégicas e as operações do PAM Angola e são igualmente úteis para os parceiros de execução, os doadores, as agências das Nações Unidas, o mundo académico e a sociedade civil. Utilizadores-chave como o Fundo das Nações Unidas (ONU) para a Infância (UNICEF), o Alto

Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Banco Mundial (BM) aproveitarão os conhecimentos para aperfeiçoar as suas estratégias para Angola. Os doadores podem utilizar o relatório para efeitos de responsabilização, as ONG e os parceiros podem utilizar as recomendações para melhorar as actividades no terreno e os fornecedores do programa de alimentação escolar também podem obter informações. Além disso, o Gabinete de Avaliação da Sede do PAM (OEV) incorporará as conclusões em sínteses para o relatório executivo anual. Os beneficiários das actividades do Plano Estratégico Nacional (PEIP) são fundamentais para orientar as futuras iniciativas do PAM em Angola (Anexo 3, Volume II).

7. A avaliação foi conduzida por uma equipa de peritos composta pelo Dr. Edgar Cossa, que desempenhou as funções de Chefe de Equipa Sénior, a Dra. Ioanna Wagner Tsoni, Especialista em Avaliação e Garantia de Qualidade, Nelson Bernabé, Especialista Nacional em Segurança Alimentar e Nutricional, Samba Canga, Avaliadora Nacional Júnior, e Agnaldo Nhangumele, Especialista em Avaliação. A recolha de dados primários teve lugar em Angola entre 5 e 18 de Dezembro de 2023, e a avaliação seguiu a concepção original delineada nos TdR.

1.2. Contexto¹

8. **Demografia e economia:** Angola, com uma população jovem e em crescimento de 32,8 milhões de habitantes, enfrenta desafios decorrentes do legado da guerra civil, incluindo pobreza, problemas de saúde e migração urbana. Apesar do desenvolvimento explosivo do petróleo, a queda do preço em 2014 revelou a necessidade de diversificação económica. As reformas do GdA, como o ajustamento do valor da moeda nacional (Kwanza), visam estimular o crescimento, em especial nos sectores não petrolíferos, como a agricultura. As elevadas taxas de pobreza, a informalidade no emprego e o potencial agrícola subutilizado são problemas agravados pelos riscos climáticos, como as secas cíclicas.

9. **Pobreza:** Quase metade dos angolanos vivem na pobreza, com uma taxa nacional de 40,6 por cento (40,8 por cento para os homens e 40,2 por cento para as mulheres).² As zonas rurais têm uma pobreza mais baixa do que as zonas urbanas, mas o custo da nutrição é elevado, sendo a maioria incapaz de custear uma alimentação adequada. A desigualdade é elevada, com um índice de Gini de 0,55, enquanto as disparidades de rendimento são gritantes, com 20 por cento da população com os rendimentos mais elevados a receber 59 por cento de todos os rendimentos, enquanto os 20 por cento mais pobres recebem apenas 3 por cento. As taxas de consumo são mais elevadas nas regiões urbanas, o que indica divisões económicas. Os futuros relatórios explorarão mais aprofundadamente estas disparidades.

10. **Segurança alimentar:** Angola reduziu para metade as taxas de fome desde 2000, mas os progressos estagnaram com 5,7 milhões de pessoas ainda subnutridas. Os riscos de segurança alimentar afectam mais de 77,7 por cento da população (48,8 por cento para os homens e 51,2 por cento para as mulheres),³ com as zonas rurais particularmente vulneráveis e os níveis de subnutrição geral entre a população a permanecerem elevados, em 20,8 por cento (48,8 para os homens e 51,2 para as mulheres).⁴ Os níveis de insegurança alimentar nas províncias variam, o que exige intervenções direccionadas. A falta de dados pormenorizados sobre a insegurança alimentar dificulta a formulação de estratégias eficazes.

11. **Desnutrição e progresso em direcção ao Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2:** Embora tenham sido feitos progressos substanciais em direcção ao ODS 2, com a prevalência da fome a diminuir de 67,5 por cento em 2000 para 19 por cento em 2018/2019, a desnutrição é um problema crítico de saúde em Angola, contribuindo para uma elevada mortalidade infantil e estando implicada em 60 por cento das mortes neste grupo etário. A desnutrição crónica das crianças com menos de cinco anos aumentou de 29 por cento para 37,55 por cento das crianças com menos de cinco anos (41 por cento para

¹ Para uma panorâmica pormenorizada do contexto angolano, ver Anexo 4

² Instituto Nacional de Estatística (Angola): Relatório de pobreza para Angola - Inquérito sobre despesas e receitas 2018/2019, página 29. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/images/Relatorio_PobrezalDR_FINAL_Portugues_DID.pdf

³ Relatório Anual do PAM Angola 2022

⁴ Relatório Anual do PAM Angola 2022

os rapazes e 34,1 por cento para as raparigas).⁵ O progresso estagnou desde então, com a taxa de subnutrição a persistir acima da marca dos 19 por cento, afectando cerca de 5,7 milhões de angolanos nos últimos anos. A desnutrição aguda e a prevalência da anemia contribuem para uma taxa de mortalidade de menores de cinco anos de 6,7 por cento (7,2 por cento para os rapazes e 1 por cento para as raparigas).⁶ Poucas crianças têm dietas que satisfaçam as normas mínimas e os serviços de nutrição são limitados. O baixo peso à nascença e o aleitamento materno insuficiente agravam o problema, exigindo intervenções nutricionais urgentes. A análise da Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar (IPC) de 2021 indicou que dezenas de milhares de crianças estão em risco de desnutrição aguda moderada (DAM).

12. **Políticas públicas:** O Governo está a procurar alcançar um desenvolvimento sustentável, com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) a centrar-se no crescimento e na igualdade de género. Uma comissão interministerial, em parceria com o ACNUR, está a abordar a situação dos refugiados, coordenando vários sectores para gerir eficazmente a assistência aos refugiados. O PND de Angola constitui o quadro geral que orienta os esforços do país em desenvolvimento sustentável, com destaque para a segurança alimentar, a nutrição e a saúde. Sob esta égide, as principais políticas públicas, como a Segunda Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN II) (2021-2025) e a Política Nacional de Alimentação Escolar e Saúde (PNASE) (2021-2025), visam combater a fome e a desnutrição através de abordagens integradas que ligam a agricultura, a educação e a saúde. O CMAM é uma iniciativa em andamento que combate a desnutrição fornecendo alimentação terapêutica e suplementar, enquanto a Política de Desenvolvimento Agrícola (PDA) e a Política de Fortificação de Alimentos (em andamento desde 2020) se centram no aumento da produção de alimentos e na melhoria de resultados nutricionais. Em conjunto, estas políticas estão alinhadas com os objectivos do PDN de melhorar a segurança alimentar, promover a igualdade de género e fomentar o crescimento inclusivo em Angola.

13. **Indicadores de educação:** Angola continua a enfrentar desafios relacionados com a acessibilidade à educação, com disparidades entre as zonas rurais e urbanas. De acordo com o relatório, a taxa de alfabetização das mulheres é de 53 por cento, o que é 26 por cento inferior à taxa de alfabetização dos homens.

14. **Compromisso do PAM:** O PAM está a combater a insegurança alimentar e a subnutrição em Angola, visando sobretudo as regiões afectadas pela seca. As iniciativas do PAM incluem assistência alimentar aos refugiados da RDC, assistência alimentar através de senhas de produtos para famílias afectadas pela seca, tratamento da desnutrição infantil e programas de refeições escolares para apoiar as crianças do ensino primário e as suas famílias nas áreas mais afectadas pela seca, que estimulam os mercados locais e a produção agrícola.⁷

15. **Análise e Mapeamento da Vulnerabilidade (VAM):** O "Relatório Técnico sobre a Seca em Angola, Março de 2021" da Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC),⁸ destaca que a seca afectou 1,5 milhões de pessoas no sul, prejudicou a agricultura e a pecuária, com a época 2020-2021 agravada pelos gafanhotos e resultando no pico da DAM em alguns municípios. A UNICEF observa que a falta de água perturbou a educação e a vida comunitária, com mais de 400.000 agregados familiares a enfrentarem uma potencial crise alimentar em três províncias. Adicionalmente, os desafios ambientais como as cheias, a erosão e a desertificação, juntamente com as emissões agrícolas de dióxido de carbono (CO₂), sublinham a importância dos cuidados ambientais. A situação é agravada pela pobreza, dietas limitadas e disparidades de género, criando um problema de saúde pública multifacetado.

16. **Igualdade de género e empoderamento das mulheres:** Em Angola, as disparidades de género persistem apesar dos direitos constitucionais, tal como reflectido pela sua posição no Relatório Global de Disparidades de Género de 2018. O potencial económico das mulheres é prejudicado por uma educação limitada, recursos escassos e acesso restrito ao crédito. Ganham menos e possuem menos terras do que

⁵ UNICEF, OMS, Banco Mundial: Estimativas conjuntas de subnutrição infantil (JME). A agregação baseia-se no conjunto de dados harmonizados da UNICEF, da OMS e do Banco Mundial (dados ajustados e comparáveis) e na metodologia. Disponível em: <https://genderdata.worldbank.org/en/indicator/sh-sta-stnt-zs?gender=total>

⁶ UNICEF. Perfis dos países: Angola. Disponível em: <https://data.unicef.org/country/ago/>

⁷ PAM (n.d.) Angola. Disponível em: <https://www.wfp.org/countries/angola>

⁸ Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC). Relatório Técnico sobre a Seca em Angola. março de 2021

os homens, embora sejam actores-chave na agricultura. Os problemas de saúde, como as elevadas taxas de anemia e o baixo nível de aleitamento materno, juntamente com o fraco acesso aos serviços, prejudicam a capacitação económica das mulheres. As baixas taxas de literacia limitam ainda mais as oportunidades de emprego formal das mulheres. Embora as mulheres constituam uma grande parte da força de trabalho, enfrentam uma taxa de desemprego mais elevada e estão frequentemente confinadas ao sector informal.

17. **Questões humanitárias, padrões de migração e protecção humanitária:** O país acolhe mais de 56.000 refugiados, principalmente da RDC, muitos dos quais residem em zonas urbanas e dependem de assistência alimentar. A dinâmica populacional no assentamento do Lóvua tem sido marcada por flutuações substanciais, com um aumento acentuado de 105 por cento em 2018, seguido de um declínio de 64,8 por cento em 2019. Desde então, a população de refugiados tem-se mantido relativamente estável, com uma variação de aproximadamente $\pm 2,5$ por cento.⁹ Estas variações sublinham a necessidade persistente de protecção humanitária em resposta à deslocação interna e transfronteiriça. O afluxo de refugiados exerce pressão sobre as comunidades locais, exigindo esforços humanitários conjuntos para prestar assistência e facilitar a integração. O GdA e as agências internacionais trabalham em conjunto para satisfazer as necessidades em vários sectores, enfrentando desafios decorrentes de uma vasta procura humanitária e de recursos limitados, o que sublinha a necessidade de um apoio contínuo ao desenvolvimento em Angola.

18. **Trabalho relacionado dos actores humanitários:** Vários agentes humanitários, tanto internacionais como locais, estão activamente envolvidos no apoio à segurança alimentar, à assistência aos refugiados e ao fortalecimento de capacidades técnicas em Angola, complementando os esforços do PAM. O ACNUR apoia as necessidades dos refugiados, em especial os provenientes da RDC, gerindo os campos e fornecendo alimentos e protecção. A UNICEF trata da desnutrição e da saúde através de programas de nutrição, saneamento e alimentação escolar, especialmente para as crianças. A FAO centra-se no desenvolvimento agrícola e na segurança alimentar, oferecendo assistência técnica para uma agricultura sustentável. Doadores como o Banco Mundial (BM) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) financiam iniciativas de segurança alimentar e de resposta a emergências, enquanto ONGs como a Visão Mundial e a Agência Adventista de Desenvolvimento Assistenciais (ADRA) também contribuem para a segurança alimentar e para os esforços de fortificação da capacitação das comunidades locais.

19. **ODS 17-Parcerias para os objectivos:** Angola estabeleceu parcerias com doadores internacionais como o Banco Mundial, a União Europeia, a China e os Estados Unidos para apoiar infra-estruturas, cuidados de saúde e educação, enquanto o PAM tem desempenhado um papel fundamental no reforço dos esforços de segurança alimentar. O governo está também a concentrar-se na melhoria da mobilização de recursos internos através de reformas fiscais e na promoção de parcerias público-privadas para estimular o desenvolvimento sustentável para além da dependência do petróleo. Além disso, Angola está a melhorar os seus sistemas estatísticos, com o Instituto Nacional de Estatística (INE) a liderar os esforços de recolha e análise de dados para apoiar a elaboração de políticas baseadas em dados concretos.

1.3. Objecto da Avaliação

20. Esta avaliação centra-se nas iniciativas do PAM realizadas em Angola de Junho de 2017 a Junho de 2022. O objecto principal da avaliação abrange duas áreas principais:

- **Assistência técnica ao Governo de Angola:** Inclui várias actividades destinadas a fortalecer a capacitação do GdA para gerir eficazmente os desafios da segurança alimentar e da nutrição. As acções específicas incluem o apoio ao desenvolvimento de um plano de alimentação

⁹ ACNUR (2024) Estatísticas Mensais da População de Refugiados, Colónia de Refugiados do Lovua, Angola, maio de 2024. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/angola/angola-monthly-refugee-population-statistics-lovua-refugee-settlement-may-2024-enpt>

escolar, o reforço da CMAM, o reforço da rede de análise da segurança alimentar e o fortalecimento de capacitações de preparação para a resposta a emergências.

- **Apoio aos Refugiados e Assistência às Populações Afectadas pela Seca:** Esta acção centra-se na segurança alimentar e no apoio nutricional aos refugiados e às populações afectadas pela seca. As actividades envolvem a distribuição geral de alimentos, que são implementadas em colaboração com outras organizações, e apoio nutricional direccionado em determinadas províncias.

21. A avaliação tem por objectivo:

- Avaliar a coerência, a pertinência, a eficácia, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade das estratégias de assistência do PAM.
- Identificar sucessos e desafios, extrair lições aprendidas e destacar áreas que necessitam de melhorias para aperfeiçoar a concepção de futuros PEP.
- Integrar eficazmente as considerações de género para examinar os impactos na dinâmica dos géneros, avaliar a eficácia da promoção da equidade entre os géneros e identificar os desafios e as oportunidades específicos dos géneros.

22. Os resultados estratégicos resumidos do PAM em Angola são os seguintes:

- **O Resultado Estratégico 01** do PAM em Angola centra-se em assegurar que os refugiados e as populações afectadas por crises possam satisfazer as suas necessidades alimentares e nutricionais básicas durante as crises. Este objectivo é monitorizado através de índices que medem as estratégias de sobrevivência para o consumo de alimentos e os meios de subsistência. O PAM fornece alimentos ou transferências em base de valor monetário e apoio aos meios de subsistência para aumentar a auto-suficiência, incluindo transferências incondicionais de recursos e criação de activos para apoiar o acesso aos alimentos e melhorar os meios de subsistência.
- **O Resultado Estratégico 02** tem como objectivo fortalecimento de capacitações das instituições nacionais angolanas até 2022, para fortalecer os programas de segurança alimentar e nutrição. Os indicadores incluem a melhoria das políticas e sistemas nacionais através do apoio do PAM e o fortalecimento de capacitações dos programas de alimentação escolar. O PAM oferece AT para melhorar as capacidades institucionais, com impacto na vida escolar e na nutrição das crianças, bem como nos resultados mais alargados da segurança alimentar e da nutrição, incluindo os esforços de fortificação alimentar.
- **O Resultado Estratégico 03** consiste em proporcionar o acesso dos actores humanitários e do desenvolvimento, bem como dos sistemas nacionais, a competências e serviços do PAM. Isto inclui a oferta de serviços da cadeia de abastecimento e a manutenção de plataformas de coordenação para prestar assistência as partes interessadas.

23. Durante o período de 2018 a 2020, o PAM Angola centrou-se exclusivamente no fornecimento de alimentos e/ou TBC aos refugiados e outras populações afectadas pela crise. Com a aprovação do PEIP 2020-2023 do PAM, foram integradas outras modalidades, incluindo um apoio institucional mais amplo e estratégias de envolvimento destinadas a reforçar a sustentabilidade e o reforço de capacitações locais. Embora o PEIP seja um documento fundamental que orienta os esforços globais do PAM para melhorar a segurança alimentar, a nutrição e a capacidade institucional, esta avaliação centra-se especificamente nas componentes de AT e de apoio aos refugiados no âmbito do PEIP. Estas intervenções direccionadas têm por objectivo aumentar a eficácia das operações do PAM em Angola, especialmente para grupos vulneráveis. O PEIP delinea a colaboração do PAM com o GdA e os parceiros de desenvolvimento para alcançar os ODS 2 (Fome Zero) e 17 (Parcerias para os Objectivos), com objectivos estratégicos detalhados e métricas delineadas no seu quadro lógico. A presente avaliação distingue as componentes de AT e de apoio aos refugiados do quadro mais vasto do PEIP, a fim de permitir uma avaliação clara do seu impacto e eficácia.

24. Durante a fase inicial, a equipa de avaliação analisou a teoria da mudança (ToC) com base na revisão de documentos e nos conhecimentos de diferentes partes interessadas, incluindo a AO do PAM. A ToC, resumida na Caixa 1 e representada na

26. Figura 1 abaixo, descreve o quadro de avaliação:

Caixa 1: Narrativa reconstruída da Teoria da Mudança

Se o PAM e os parceiros dispuserem de recursos adequados para:

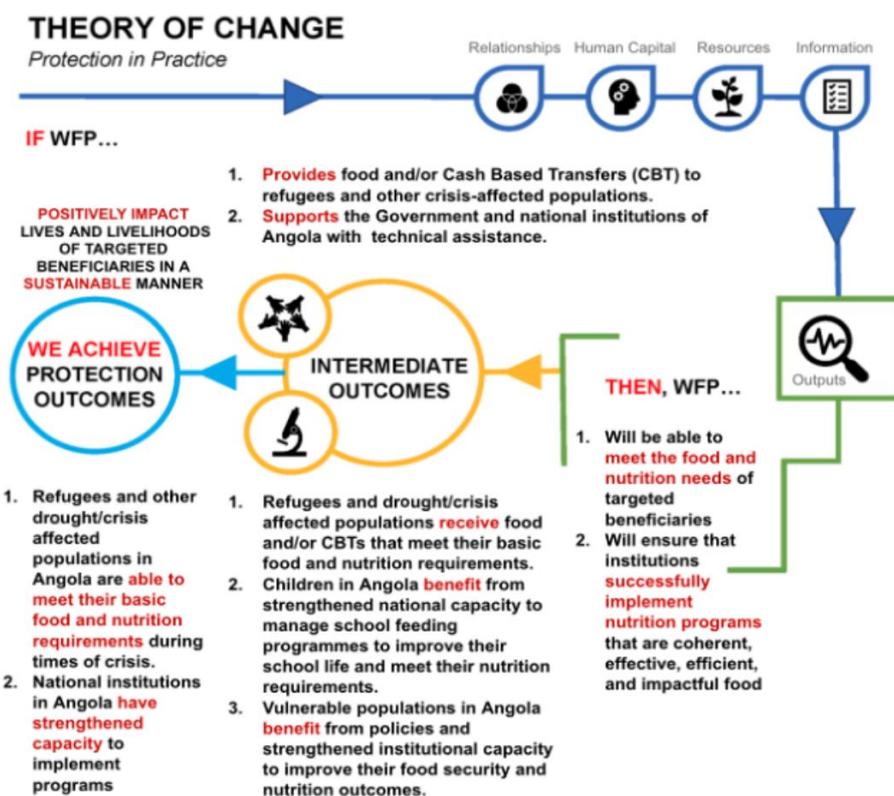
- Fornecer alimentos e transferências a base de valor monetário aos refugiados e às populações afectadas pela crise,
- Fortificar a capacitação do Governo de Angola a nível ambiental, organizacional/institucional e individual,
- Conceber programas alimentares e nutricionais inovadores para um sistema alimentar resiliente, e
- Implementar uma programação integrada para a produção e o consumo sustentáveis de alimentos, a fim de promover a auto-suficiência das comunidades visadas.

Então:

- As comunidades visadas (homens, mulheres e crianças) poderão satisfazer as suas necessidades alimentares e nutricionais, e
- As instituições implementarão com êxito programas alimentares e nutricionais coerentes, eficazes, eficientes e com impacto, e
- O reforço da resiliência dos sistemas alimentares conduzirá a uma maior sustentabilidade dos esforços de segurança alimentar.

Contribuindo assim para a melhoria da vida e dos meios de subsistência das comunidades visadas de uma forma sustentável, reduzindo a dependência à assistência externa.

Figura 1: Teoria da Mudança reconstruída



Fonte: "WFP Protection and Accountability Policy" (p.8), adaptado pela Equipa de Avaliação (EA).

27. Com base nos ToC, os resultados imediatos do projecto visavam ser os seguintes:

- As instituições implementarão com êxito programas alimentares e nutricionais coerentes, eficazes, eficientes e com impacto.
- As comunidades e populações visadas poderão satisfazer as suas necessidades alimentares e nutricionais.

28. Os pressupostos subjacentes à teoria da mudança podem ser resumidos da seguinte forma:

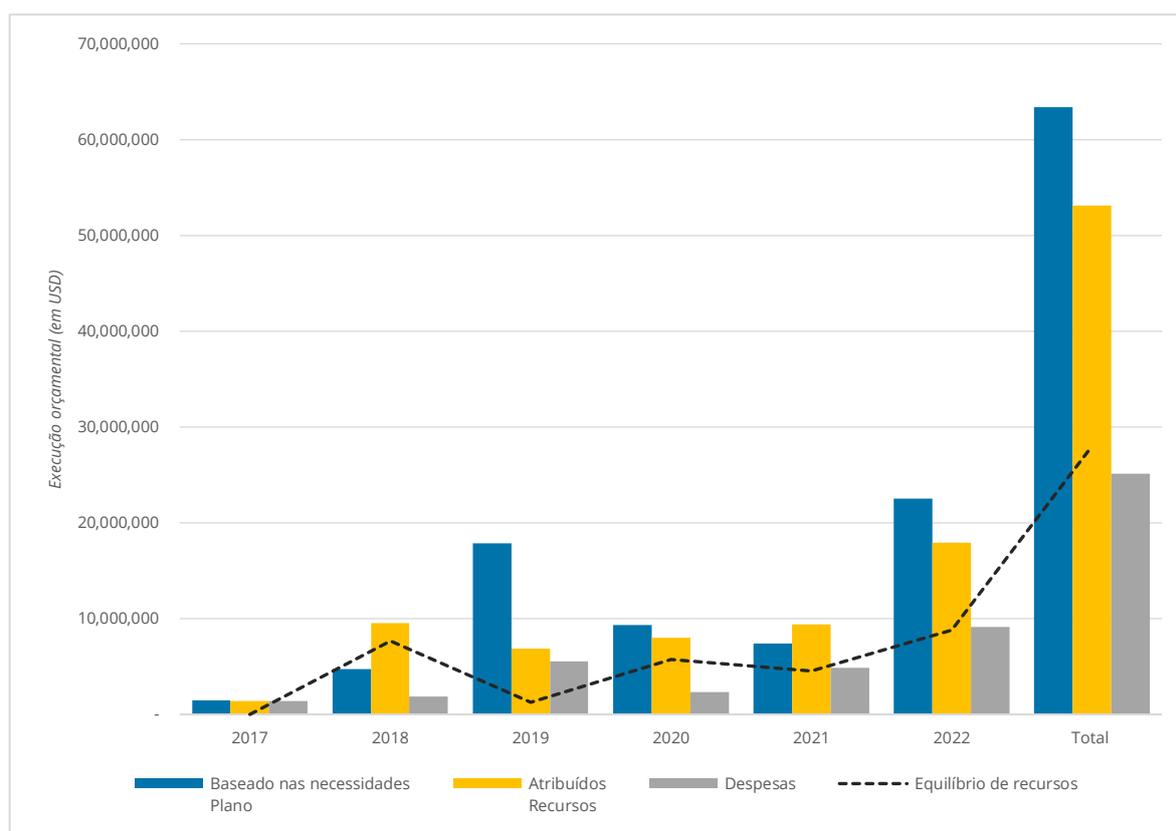
- **Recursos adequados:** O PAM e os seus parceiros dispõem recursos suficientes, tanto financeiros como logísticos, para fornecer alimentos e aconselhamento aos refugiados e às populações afectadas pela seca.
- **Fortalecimento de capacidades:** Os esforços para fortalecer a capacidade do GdA a vários níveis (ambiental, organizacional, institucional e individual) foram bem-sucedidos, permitindo-lhes implementar eficazmente os programas de alimentação e nutrição.
- **Execução coerente:** Os programas implementados são bem concebidos e executados de forma coordenada e consistente para garantir a sua coerência e eficácia.
- **Impacto e sustentabilidade:** O impacto dos programas conduz à melhoria de vidas e dos meios de subsistência dos beneficiários visados de uma forma sustentável e equitativa em termos de género para além do prazo imediato.

29. Uma análise dos dados revelou o envolvimento de várias partes interessadas na implementação das actividades em avaliação, incluindo o PAM, o GdA e vários dos seus ministérios, doadores, agências das Nações Unidas, ONGs nacionais e internacionais relevantes e governos locais, que são descritos em pormenor na secção 1.6. A condução da avaliação não se afasta da concepção original da avaliação, tal como especificado nos TdR. Além disso, a avaliação examinou de perto as dimensões de género, equidade e inclusão mais ampla das operações do PAM, com especial atenção para a forma como estes factores

influenciaram a concepção e a execução dos programas e se as intervenções foram acessíveis e benéficas para todos os segmentos da população, em especial para os grupos marginalizados e vulneráveis.

30. A análise dos relatórios anuais de 2017 a 2022 revela o sucesso moderado do PEIP na execução financeira e no cumprimento do plano, com esforços notáveis na integração do género na assistência aos beneficiários. A implementação dos produtos de TBC atingiu menos de 40 por cento da cobertura de beneficiários pretendida, afectada por atrasos na atribuição de recursos e pelos impactos da doença do Coronavírus 2019 (COVID-19). Figura 2 abaixo mostra os níveis de execução orçamental dos cinco anos em análise, indicando que os níveis de execução são relativamente baixos, atingindo aproximadamente 50 por cento, o que explica parcialmente a baixa realização dos objectivos de cobertura planeados para os beneficiários.

Figura 2: Níveis de execução orçamental (2017 - 2022)

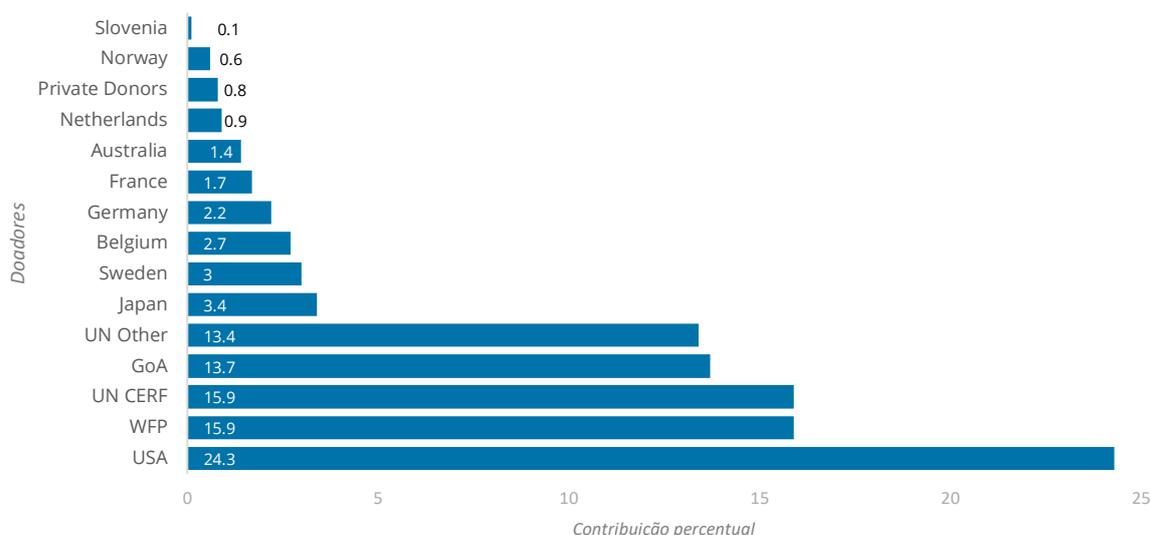


Fonte: Relatórios anuais do PAM para Angola (ACR) 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022

31. De 2017 a 2022, o PAM Angola foi financiado principalmente através de doações directas, representando 84 por cento dos fundos destinados a objectivos específicos do PEIP. Os outros 16 por cento provinham de fontes multilaterais indirectas através do Comité Estratégico de Atribuição de Recursos (SRAC) do PAM. Os Estados Unidos foram o maior doador, com 24,3 por cento, seguidos do Fundo Central de Resposta de Emergência das Nações Unidas (CERF), com 15,9 por cento, do GdA, com 13,7 por cento, e de várias entidades da ONU, com 13,4 por cento, demonstrando um perfil de financiamento variado mas direccionado (ver

32. Figura 3).

Figura 3: PAM Angola, Contribuição dos Doadores (2017 - 2022)



Fonte: Relatório dos saldos das subvenções - Angola IRM (2022)

33. De 2017 a 2022, o financiamento do PAM Angola veio de uma mistura de fontes internacionais e nacionais e de vários doadores, focalizando nas necessidades humanitárias imediatas para prestar assistência aos grupos vulneráveis. O financiamento alinha-se estrategicamente com as operações regionais e a resposta a crises do PAM, com 62,6 por cento do orçamento dedicado a emergências.

Resposta aos refugiados

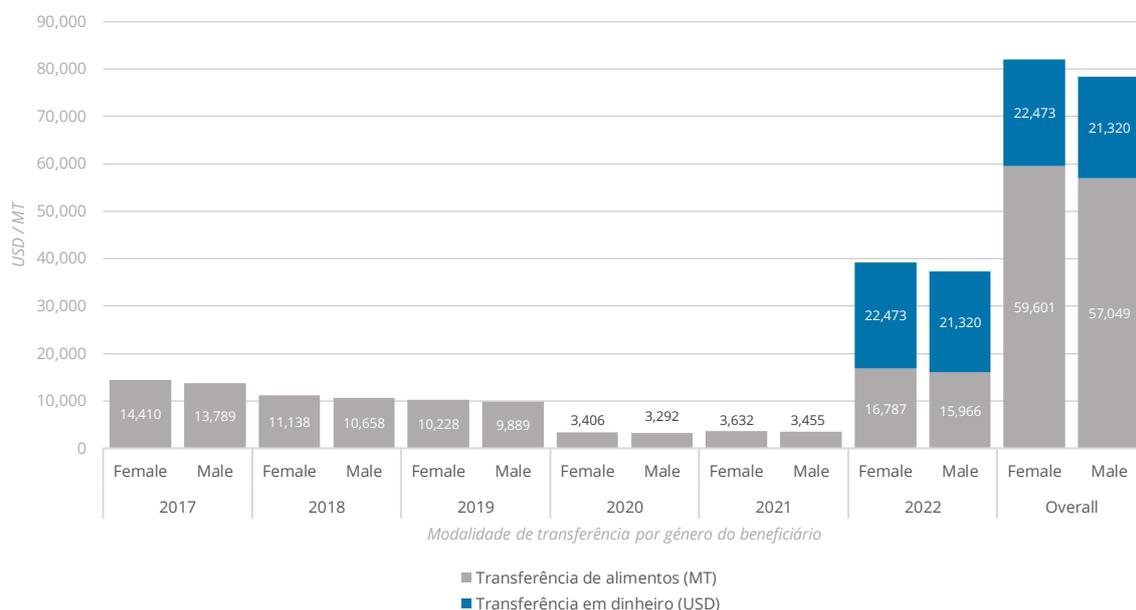
34. Após os conflitos na região de Kasai, na RDC, em meados de 2016, Angola tornou-se um refúgio para mais de 30.000 pessoas. O GdA, juntamente com o PAM e vários parceiros, prestou assistência alimentar e apoio ao reassentamento, nomeadamente através do PEIP de transição (Agosto de 2018 – Dezembro de 2019), visando as necessidades alimentares e nutricionais dos refugiados. Em Dezembro de 2018, a assistência alimentar chegou a mais de 21.000 refugiados, apesar da COVID-19, e interrompeu os esforços de repatriamento, levando a um ligeiro aumento do número de refugiados em 2021.

35. O apoio da USAID e do Japão facilitou os esforços contínuos do PAM, com uma parceria com o ACNUR, para promover actividades de subsistência e diminuir a dependência à assistência. Em 2022, o PAM prestou assistência a 73.000 beneficiários em Angola, dos quais 16.634 eram refugiados, 6.493 dos quais se encontravam no norte do país, não atingindo os objectivos principalmente devido a fundos limitados. Os dados históricos de 2017 a 2022 revelam flutuações entre os beneficiários planeados e os beneficiários efectivos, com uma superação em alguns anos. No Anexo 15 no Volume II, é apresentada uma repartição pormenorizada por sexo, idade e ano, indicando uma distribuição equitativa da assistência entre os géneros.

36. Os métodos de comunicação para a mudança social e comportamental (CMSC) incluíam chegar aos indivíduos através de abordagens interpessoais, envolvendo sessões de educação nutricional, mensagens específicas sobre práticas de saúde e nutrição e actividades de envolvimento da comunidade concebidas para encorajar a adopção de comportamentos positivos. Ao longo de seis anos, a distribuição de alimentos, principalmente de farinha de milho, ficou aquém das projecções. As tendências indicam inconsistências entre a distribuição real e a planeada, com as transferências de alimentos a prevalecerem como o principal método. Embora planeada repetidamente, a utilização de TBCs nas respostas de emergência na Huíla e no Cunene em 2022 foi limitada pelo financiamento, afectando o cumprimento dos resultados (ver

37. Tabela 1).¹⁰

Figura 4: Tendência dos beneficiários da resposta a situações de crise por tipo de modalidade (realizada) e sexo, por ano



Fonte: PAM Angola ACR, 2017, [2018](#), [2019](#), [2020](#), [2021](#), [2022](#)

Tabela 1: Transferências anuais baseadas em dinheiro (2017-2022)

Ano	Planeado	Actual	Equilíbrio
2017	-	-	-
2018	600 000	-	- 600 000
2019	4 859 980	-	- 4 859 980
2020	3 992	-	- 3 992
2021	-	-	-
2022	7 402 101	1 087 914	- 6 314 187

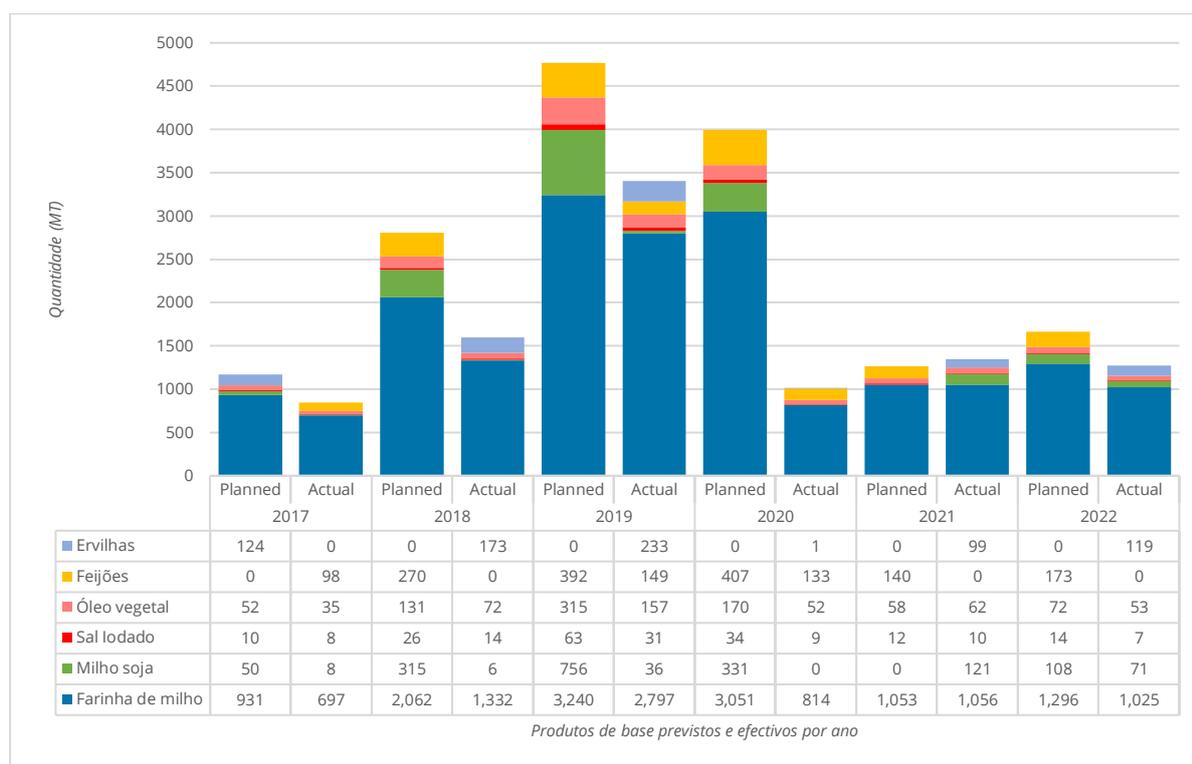
Fonte: PAM Angola ACR 2017, [2018](#), [2019](#), [2020](#), [2021](#), [2022](#)

38. Ao longo dos seis anos, foram evidentes as flutuações nas distribuições efectivas em relação às planeadas, em particular com o TBC em 2019, em que não foram executadas quaisquer transferências planeadas devido a desafios financeiros e logísticos, apesar das dotações orçamentais (ver Figura 4). Em 2020, embora as metas alimentares tenham sido cumpridas, as quantidades foram inferiores às planeadas, principalmente devido a perturbações na cadeia de abastecimento e a desafios operacionais exacerbados pela pandemia de COVID-19. Esta escassez foi notória nas distribuições de farinha de milho (que constituiu a maior parte dos alimentos distribuídos), o que indica desafios logísticos e de gestão financeira.

¹⁰ O TBC planeado para os refugiados não foi implementado em 2018-2021. Em 2022, o TBC realizado visou os residentes e os refugiados não foram incluídos nos números planeados, tendo sido alcançados apenas 14,7 por cento dos beneficiários planeados.

39. O PAM combinou a distribuição de alimentos com a CMSC para a educação nutricional, adaptando as operações aos protocolos da COVID-19. Os métodos incluíram abordagens interpessoais, sessões de educação nutricional e envolvimento da comunidade para incentivar comportamentos positivos em matéria de saúde. Um acordo de Julho de 2020 entre o PAM e o GdA visava fortalecer as capacidades nacionais na segurança alimentar, nutrição e resposta nutricional. Ao longo dos anos, o PAM conseguiu cumprir ou exceder os seus objectivos em vários casos, nomeadamente em 2019 para as transferências de alimentos, em que os números reais ultrapassaram os objectivos. Além disso, as intervenções equilibraram eficazmente a participação de género e demográfica, distribuindo os benefícios de forma equitativa entre os beneficiários masculinos e femininos. As intervenções estratégicas, como o TBC e o desenvolvimento da ENSAN II e do PNASE, foram cruciais, com 2022 a demonstrar números recorde de TBC e vales para a resposta de emergência na Huíla e no Cunene (ver Figura 5), apesar de estar pendente a aprovação governamental, o que reflecte uma lacuna entre o desenvolvimento de políticas e a adopção formal.

Figura 5: Tendências da distribuição alimentar em toneladas métricas (MT)



Fonte: Relatórios anuais do PAM para Angola, 2017, [2018](#), [2019](#), [2020](#), [2021](#), [2022](#)

Gestão Comunitária da Desnutrição Aguda

40. De 2020 a 2022, o PAM trabalhou com parceiros (Sector Provincial da Educação e Assuntos Sociais do GdA, UNICEF, Visão Mundial Internacional (WVI) e autoridades municipais) no Cunene, Huíla e Luanda para gerir a DAM, centrando-se em crianças com idades entre os 6 aos 59 meses e atingindo aproximadamente 1,1 milhões de crianças contra uma meta de 1,13 milhões. A formação sobre a utilização de alimentos suplementares tratou mais de 15.000 crianças e o aconselhamento nutricional aumentou a consciencialização. As iniciativas de fortalecimento de capacitações e de sensibilização para mães, cuidadores e técnicos de saúde excederam os objectivos.

41. Durante este período de tratamento, cerca de 84 por cento das crianças tratadas mostraram recuperação. No Cunene, registou-se uma taxa de abandono de 8,5 por cento, 11,3 por cento foram transferidas, e a taxa de mortalidade foi de 0,1 por cento. Enquanto a Huíla carecia de dados completos, Luanda registou uma taxa de transferência de 16 por cento. O programa CMAM, que procura obter taxas de recuperação superiores a 75 por cento, está alinhado com os padrões internacionais, procurou combinar o tratamento com outros serviços infantis, tais como vacinação, nutrição e educação sanitária. Estas iniciativas alinham-se com a estratégia do GdA para combater a desnutrição em toda a comunidade.

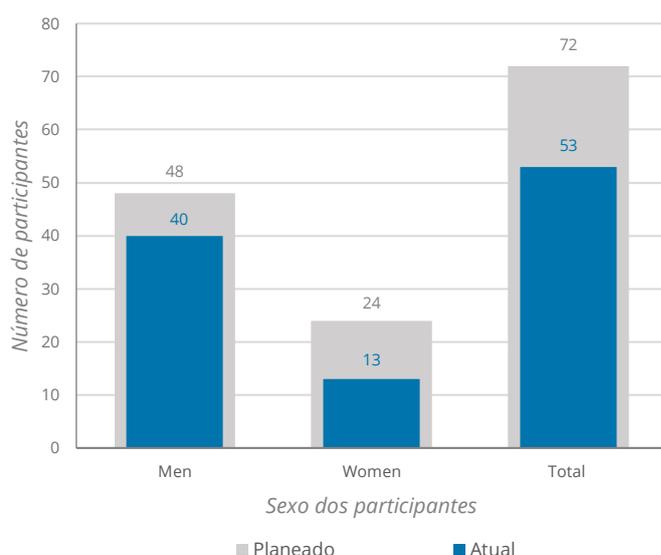
Resposta de emergência em zonas afectadas pela seca: CMAM e assistência alimentar

42. As actividades de resposta de emergência visaram as províncias do Cunene, Huíla e Luanda, que sofreram condições de seca severa que afectaram a segurança alimentar e aumentaram as taxas de DAM em crianças com menos de cinco anos. O programa CMAM, apoiado pela WVI, Gabinetes Provinciais de Saúde e parceiros locais, incluiu a distribuição de Alimento Suplementar Pronto para Uso (ASPU) e formação para o pessoal dos centros de saúde e agentes comunitários de saúde. Juntamente com a CMAM, foram implementadas e ajustadas aos protocolos da COVID-19 as distribuições gerais de alimentos e as iniciativas de CMSC. As principais partes interessadas incluíram a AO do PAM, vários ministérios do GdA, ONG internacionais e locais e agências da ONU como a UNICEF, o ACNUR e a FAO.

Alimentação Escolar

43. O novo sub-escritório do PAM no Lubango, província da Huíla, está a colaborar com as autoridades locais na elaboração de um plano de alimentação escolar para as províncias da Huíla, Namibe, Cuando Cubango e Cunene e a negociar com o GdA a criação de um comité multisectorial para uma Política Nacional de Alimentação Escolar. O PAM presta apoio técnico ao GdA, auxiliando a criar um comité interministerial para os programas nacionais e locais de alimentação escolar, facilitando uma avaliação da capacidade nacional no âmbito da Abordagem de Sistemas para Melhores Resultados na Educação (SABER) e prestando assistência no desenvolvimento do plano de acção. Adicionalmente, o PAM efectuou um estudo de viabilidade para um projecto-piloto de alimentação escolar caseira (HGSF) no Sul e elaborou um plano operacional para oito municípios, integrando as preferências locais, a disponibilidade sazonal de alimentos e as condições de mercado, complementado por consultas e seminários alargados (ver Figura 6).

Figura 6: Oficinas de Alimentação Escolar (2021)



Fonte: PAM Angola ACR [2021](#)

44. Além disso, o PAM apoiou o programa de alimentação escolar financiando os kits de cozinha e adquirindo fogões para a preparação de refeições nas escolas visadas.¹¹ Coordenando a preparação diária e o fornecimento de refeições quentes nutritivas, incluindo sopa, pré-mistura e canjica¹², o PAM tinha como objectivo melhorar a nutrição, aumentar a frequência escolar e sensibilizar as crianças, os encarregados de educação e os professores para a higiene nos municípios com insegurança alimentar.

¹¹ PAM - Nota concetual sobre alimentação escolar WVA, 29 de maio de 2022.

¹² A canjica é um prato angolano feito de canjica, que são grãos de milho secos que foram tratados com um alcalino num processo chamado nixtamalização. Este prato é conhecido pela sua textura e sabor reconfortantes, sendo frequentemente cozinhado em água ou leite até os grãos ficarem tenros e cremosos.

45. As secas cíclicas no sul de Angola fizeram com que as famílias pastoris migrassem em busca de recursos pecuários, levando a que os rapazes abandonassem a escola para ajudar os pais e as raparigas faltassem à escola para ir buscar água. Em resposta, o PAM lançou um programa de alimentação escolar na província da Huíla em Novembro de 2022 para incentivar a frequência escolar. Embora o programa visasse beneficiar 12.000 crianças do ensino primário, apenas alcançou 1.205 crianças, atingindo apenas 10 por cento da meta. Além disso, das 30 escolas primárias planeadas, apenas quatro foram assistidas e 4 Associações de Pais e Professores (APM) foram apoiadas, ficando também aquém da meta de 30. No entanto, a criação de comités municipais intersectoriais teve melhores resultados, tendo sido formados 7 dos 8 comités previstos (ver

46. Tabela 2). Este desempenho insuficiente deveu-se em grande parte a restrições financeiras, desafios logísticos e infra-estruturas escolares inadequadas, que limitaram o alcance e a eficácia do programa.

Tabela 2: Resultados da alimentação escolar

	2022	
	Planeado	Atual
Número de escolas primárias assistidas pelo PAM	30	4
Número de associações de pais ou estruturas semelhantes de gestão escolar apoiadas	30	4
Número de comités municipais intersectoriais criados	8	7

Fonte: PAM Angola ACR 2022.

Avaliação e Mapeamento de Vulnerabilidades (VAM)

47. A AT sobre VAM em Angola resultou de um acordo de 2019, orientado por uma avaliação da capacitação do Comité Nacional de Avaliação da Vulnerabilidade de Angola em 2018 pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)/Análise da Vulnerabilidade Regional (RVAA) e consultas com o Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) do Ministério da Agricultura e Pescas de Angola (MINAGRIP). O projecto visava colmatar a deficiência de capital humano no GSA/MINAGRIP,¹³ avaliar a procura substancial de monitorização e análise da segurança alimentar por parte do GdA e da SADC/RVAA, e proporcionar formação no local de trabalho para a AT. As principais realizações do projecto são descritas na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3: Assistência técnica ao Governo de Angola na Avaliação e Mapeamento de Vulnerabilidades

	2021		2022	
	Planeado	Actual	Planeado	Actual
Número de funcionários do GdA/parceiros nacionais que recebem AT e formação	704	704	100	353
Número de sessões de formação/workshops organizados	9	9	5	9
Número de ferramentas ou produtos desenvolvidos	20	20	4	5
Número de avaliações de segurança alimentar e nutricional (FSN) efectuadas	-	-	-	3
Número de províncias abrangidas pelo VAM	18	18	18	18
Número de enumeradores formados	-	-	-	93 ¹³

¹³ 67 formados pelo PAM

	2021		2022	
	Planeado	Actual	Planeado	Actual
Número de funcionários formados em matéria de avaliação, análise e elaboração de relatórios sobre segurança alimentar	54	54	-	252
Tablets comprados para a FSN	-	-	-	30
Número de funcionários do Serviço de Protecção Civil formados em logística e gestão de operações		-	-	50
Número de actividades de fortalecimento de capacitações facilitadas	24	24	-	-

Fonte: PAM Angola ACR [2021](#), [2022](#), PAM/GdA 2020¹⁴

48. O PAM realizou avaliações de segurança alimentar e nutricional e ofereceu AT em resposta à seca, que se estendeu de 2020 a 2021, incluindo inquéritos de Monitorização e Avaliação Padronizada de Alívio e Transições (SMART) e apoio às avaliações de segurança alimentar e nutricional do IPC em colaboração com o MINAGRIP no Cunene, Huíla e Namibe. Além disso, foi dada formação ao Serviço de Protecção Civil em logística e gestão de operações.

Dimensões de Género, Equidade e Inclusão Ampla

49. A igualdade de género e o empoderamento das mulheres fizeram parte integrante da concepção e da execução das intervenções do PEIP. O programa centrou-se especificamente na assistência alimentar direccionada para responder às necessidades específicas das mulheres e das crianças, garantindo que recebam uma nutrição e um apoio adequados. Além disso, foram implementados programas de formação para fortalecer as capacidades das mulheres e melhorar as suas competências e o seu papel na tomada de decisões no seio dos seus agregados familiares. Estes programas visavam aumentar a participação das mulheres nas actividades económicas e melhorar o seu estatuto geral na comunidade. Além disso, foram realizadas actividades de envolvimento da comunidade para envolver as mulheres nos órgãos de decisão locais, embora a sua representação nesses órgãos tenha permanecido relativamente baixa.

1.4. Âmbito da avaliação

50. A AO do PAM encomendou uma avaliação da implementação da AT e do apoio aos refugiados prestado ao GdA de 2017—2022 nas províncias de Luanda, Cunene (particularmente no município de Ombanja), Huíla (especificamente no município de Quilengues) e Lunda Norte. A avaliação tem como objectivo promover a responsabilização e a aprendizagem centrando-se na coerência, relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade da assistência técnica e humanitária do PAM. Isto inclui a definição de estratégias dentro do período abrangido pela avaliação, a identificação de sucessos, áreas de melhoria e lições aprendidas para informar o próximo PEP, com uma forte ênfase no género e nos direitos humanos.

51. A avaliação abrangeu três áreas temáticas, nomeadamente: i) AT ao GdA, ii) resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca, e iii) apoio aos refugiados, tal como explicado em pormenor acima. A avaliação deu prioridade aos conhecimentos que contribuem para a aprendizagem e a melhoria da execução do programa e para orientar a concepção da próxima geração do PEP. Utilizou uma matriz de avaliação ([ver Anexo 4, Volume II](#)) para acompanhar os esforços de fortalecimento de capacitação e de assistência aos refugiados, com base numa teoria da mudança.

52. Durante a fase inicial, entrevistas com o comité de avaliação informaram sobre o alinhamento da avaliação com os objectivos do escritório de Angola. Foram identificadas áreas-chave de enfoque, incluindo a estrutura organizacional, o impacto dos programas de alimentação escolar, o equilíbrio do papel do PAM

¹⁴ PAM/GoA (2020) Acordo para a prestação de assistência técnica. Nutrição da alimentação escolar, sistema de alerta precoce e resposta à desnutrição aguda moderada (MAM).

com as responsabilidades do GdA, a formação e a transferência de conhecimentos para a resiliência local, a solidez dos processos de monitorização e avaliação e a eficácia das parcerias com as partes interessadas.

1.5. Metodologia de avaliação, limitações e considerações éticas

Concepção da avaliação

53. A avaliação da assistência do PAM em Angola adoptou um quadro de métodos mistos, dando prioridade à recolha e análise de dados qualitativos com base numa análise documental exaustiva (ver [Anexo 9, Volume II](#)) e na consulta de fontes de dados secundárias. O Modelo Kirkpatrick foi utilizado para avaliar a eficácia das actividades de formação. A avaliação foi conduzida por um comité de avaliação (CE) e um grupo de referência para a avaliação (GRE), cuja composição completa pode ser consultada no Anexo 10 no Volume II. Para assegurar um fluxo de informação bem estruturado e com impacto, tanto a nível interno como externo, para as partes interessadas visadas, foi elaborado um plano pormenorizado de comunicação e gestão do conhecimento, que pode ser consultado no Anexo 11 no Volume II.

Quadro de avaliação

54. A avaliação seguiu uma abordagem de métodos mistos para responder à seguinte pergunta de avaliação abrangente:

Em que medida a assistência técnica prestada pelo PAM ao Governo de Angola e o apoio do PAM aos refugiados atingiram os objectivos pretendidos e que conclusões podem orientar a futura direcção da assistência do PAM no país e para além dele?

55. Os TdR incorporaram todos os seis critérios da OCDE-CAD, com a adição da escalabilidade, demonstrando a abordagem abrangente do PAM para avaliar as suas actividades em Angola. A avaliação explorou a relevância, a coerência, a eficácia, a sustentabilidade/escalabilidade e o impacto das intervenções, com base em 14 sub-questões. Estes critérios foram avaliados através de uma combinação de métodos (análise documental, análise de dados quantitativos, entrevistas a informadores-chave (KII) e discussões em grupos de discussão (FGD), tal como descrito no

56. Tabela 4 abaixo. Além disso, os resultados e a aprendizagem das actividades de formação do PAM foram avaliados utilizando o Modelo de Kirkpatrick. A equipa de avaliação (EA) deu prioridade à integração das considerações relativas à igualdade de género, ao empoderamento das mulheres (GEWE) e à idade, género e diversidade (AGD), dando ênfase aos métodos participativos e à desagregação dos dados por indicadores relevantes.

Tabela 4: Critérios de avaliação e respectivas perguntas de avaliação

Critérios de avaliação	Sub-perguntas de avaliação	Fontes de dados
Relevância	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como é que o PAM abordou a orientação e a melhoria da pertinência das intervenções de segurança alimentar, incluindo a resposta aos refugiados e as actividades de nutrição, para satisfazer as necessidades dos grupos vulneráveis em Angola? 2. Em que medida a igualdade entre os sexos, questões relacionadas com o empoderamento das mulheres e considerações relativas aos direitos humanos foram tidas em conta na concepção e execução das intervenções de segurança alimentar, nomeadamente nas actividades de resposta aos refugiados e de nutrição? 3. Em que medida as estratégias de prestação de AT ao GdA estão alinhadas com as suas prioridades e foram consideradas como respondendo efectivamente às necessidades de segurança alimentar do país? 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da secretária • Dados secundários quantitativos • KIIs • DGFs
Coerência	<ol style="list-style-type: none"> 4. Em que medida as intervenções do PAM nos domínios da segurança alimentar, da nutrição, da assistência técnica e do apoio aos refugiados foram coerentes com as políticas e os programas do GdA e confirmidade com os princípios humanitários? 5. Que sinergias foram observadas entre as várias intervenções de AT que estão a ser avaliadas nos domínios da segurança alimentar, da nutrição e do apoio aos refugiados? 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da secretária • KIIs
Eficácia	<ol style="list-style-type: none"> 6. Em que medida a prestação de AT do PAM ao GdA está a contribuir para a realização do ODS2 e do ODS 17? 7. Em que medida foram alcançados os objectivos, as realizações e os resultados estratégicos da AT ao GdA e à CMAM? 8. Quais foram os principais factores (internos e externos) que influenciaram a realização e a não realização dos objectivos das intervenções e da assistência técnica do PAM e quais foram os desafios enfrentados? 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da secretária • Dados secundários quantitativos • KIIs • DGFs
Eficiência	<ol style="list-style-type: none"> 9. Que lições podem ser retiradas no que respeita à relação custo-benefício e à relação custo-eficácia das intervenções no domínio da segurança alimentar, incluindo a selecção dos beneficiários e a prestação de assistência técnica ao Governo de Angola? 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da secretária • KIIs

Critérios de avaliação	Sub-perguntas de avaliação	Fontes de dados
Sustentabilidade/ Escalabilidade	<p>10. Em que medida os benefícios dos programas de assistência técnica do PAM são sustentáveis e susceptíveis de continuar após a cessação das intervenções do PAM?</p> <p>11. Em que medida é que o apoio do PAM fortaleceu a capacitação de instituições governamentais nacionais e locais, das comunidades e de outros parceiros?</p> <p>12. Que lições podem ser retiradas da implementação da resposta aos refugiados, da CMAM e das intervenções de assistência técnica com vista a aumentar ou reproduzir as intervenções para atingir um maior número de beneficiários no contexto de Angola e noutros locais?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da secretária • KIIs
Impacto	<p>13. Que diferença fizeram os programas, no âmbito das áreas temáticas de segurança alimentar, nos beneficiários visados, incluindo especificamente os grupos mais vulneráveis e marginalizados e os seus agregados familiares? Como é que o programa alterou as suas vidas e meios de subsistência? Houve algum impacto específico em termos de género?</p> <p>14. Em que medida a assistência técnica ao GdA teve impacto nas instituições públicas e privadas? Houve algum impacto específico em termos de género?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da secretária • Dados secundários quantitativos • ICIs

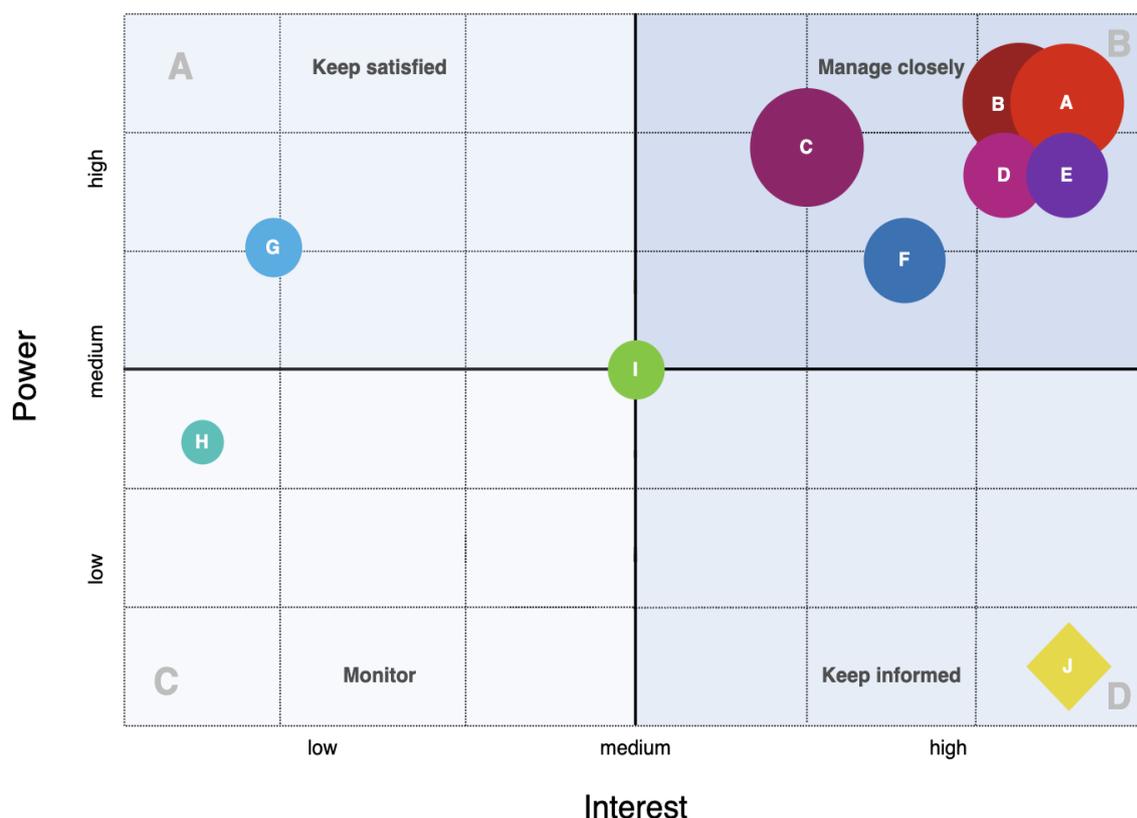
Mapeamento das partes interessadas

57. O processo de mapeamento das partes interessadas foi uma abordagem sistemática para identificar, analisar e dar prioridade ao envolvimento de várias entidades afectadas ou que afectam os resultados das actividades do PAM em Angola. Este processo começou com a identificação durante a fase inicial, em que foi catalogada uma série de partes interessadas através de pesquisa documental e consultas, tendo sido depois complementado com os resultados das entrevistas KII e FGD (ver

58. Figura 7 abaixo para o mapeamento final e Anexo 12, Volume II).

59. As partes interessadas foram classificadas com base nos seus níveis de poder e interesse, reflectindo a sua influência e preocupação com os resultados do projecto. Isto facilitou uma representação visual do panorama das partes interessadas, permitindo ao PAM estabelecer uma relação estratégica com cada entidade. Esta análise garante que as partes interessadas com grande poder e interesse são geridas de perto, as que têm grande poder mas menor interesse são mantidas satisfeitas e as que têm grande interesse mas menor poder são mantidas informadas, optimizando os esforços do PAM no sentido de intervenções eficazes e sustentáveis.

Figura 7: Visualização da análise do poder/interesse das partes interessadas



Fonte: Análise dos dados primários para esta avaliação pela equipa de avaliação

A WFP	E Government Ministries	I Other UN Agencies/UNCT
B Angolan Government	F Local Government	J Beneficiaries
C Donors	G Relevant NGOs/INGOs	
D UNHCR	H Peripheral NGOs/INGOs	

Amostragem

60. A avaliação utilizou um método de amostragem não probabilístico, o método intencional/conveniência de amostragem foi escolhido pela sua eficiência na selecção de partes interessadas conhecedoras para as KIIs e beneficiários refugiados disponíveis com experiência em primeira mão das actividades do PAM para as FGDs durante o período de trabalho de campo. Os participantes foram identificados através de consultas e recomendações da equipa do PAM Angola e do mapeamento das partes interessadas. Embora a amostragem qualitativa intencional tenha facilitado uma recolha de dados eficiente, não produziu uma amostra totalmente representativa. Por conseguinte, os resultados devem ser interpretados com cautela. Das 45 KIIs planeadas em Luanda, Luanda Norte, Huíla e Cunene, 27 foram realizadas presencialmente e remotamente. As DGFs com homens e mulheres beneficiários refugiados foram realizadas no Dundo. As localizações foram, assegurando uma cobertura abrangente. Os pormenores da agenda do trabalho de campo e da amostra obtida são apresentados no Anexo 6 no Volume II e **Error! Reference source not found.** respectivamente.

Tabela 5: Tamanho da amostra obtido

Método de recolha de dados	Amostra planeada	Total de sessões planeadas	Total da amostra planeada	Total de sessões realizadas	Amostragem total atingida
KIIs com as partes interessadas	5 por província afectada por crise/seca (Dundo, Cunene, Huíla) 5 na cidade de Luanda 5 em Lunda Norte	45	45	27	27
DGFs com os beneficiários	2 com beneficiários refugiados (Dundo)	2	24	2	24

61. As operações/programas exactos que foram avaliados no âmbito de cada tema e por local são apresentados na **Error! Reference source not found.** abaixo:

Tabela 6 Locais de recolha de dados e respectivas operações/programas do PAM avaliados

Operações/Programa	Localização do trabalho de campo
Área temática 1 - Assistência técnica ao governo	
CMAM Luanda / COVID-19 Resposta do PAM à Nutrição Luanda	Cidade de Luanda
Plano de Alimentação Escolar, Política de Alimentação Escolar e Saúde, Directrizes para a Alimentação Escolar e Caseira	Cunene (Município de Ombanja) & Huíla (Município de Quilengues)
Fortalecimento da Análise da Segurança Alimentar - Assistência Técnica ao Departamento de Segurança Alimentar	Cidade de Luanda
Fortalecimento de Capacitações da Protecção Civil e do MINAGRIP	Cunene
Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a) Nutrição (CMAM) e b) Assistência Alimentar	
Gestão da desnutrição aguda com base na comunidade	Cunene (Município de Ombanja) & Huíla (Município de Quilengues)
Área temática 3 - Apoio designado aos refugiados	
Resposta dos refugiados através da distribuição geral de alimentos (GFD)	Lunda Norte

Recolha de dados

62. Foi utilizada uma abordagem de métodos mistos, começando com a extracção de dados quantitativos dos conjuntos de dados do PAM sobre Desnutrição Aguda Moderada (DAM), Monitorização Pós-Distribuição (PDM) e relatórios anuais. Esta análise identificou padrões e tendências para fornecer dados quantitativos para os indicadores de avaliação. Na sequência da análise quantitativa, foram recolhidos dados qualitativos junto das principais partes interessadas e dos beneficiários refugiados (homens e mulheres) através de KIIs e DGFs (ver Anexo 2, Volume II) durante as visitas de campo. Estes dados qualitativos foram sistematicamente analisados utilizando a análise temática para identificar padrões e temas e compreender a dinâmica contextual, como os papéis dos géneros, o acesso aos recursos e o envolvimento da comunidade.

63. A desagregação dos dados por género permitiu avaliar o impacto, a eficiência e a eficácia do programa em função do género e do grupo etário, examinando os papéis, o acesso aos recursos, a participação, as dinâmicas de poder e as vulnerabilidades, o que contribuiu para a sustentabilidade e a escalabilidade das intervenções.

Análise de dados

64. O processo de análise dos dados integrou abordagens qualitativas e quantitativas. A análise quantitativa utilizou dados secundários dos conjuntos de dados de monitorização e avaliação da assistência e transição e PDM do PAM, juntamente com relatórios anuais, centrando-se em padrões, tendências e impactos desagregados por género. A análise qualitativa envolveu KIIs e DGFs com partes interessadas e beneficiários, utilizando o NVivo para codificação e análise temática. O Modelo Kirkpatrick foi aplicado para avaliar a eficácia da formação nos níveis de reacção, aprendizagem, comportamento e resultados, destacando as melhorias na capacidade das instituições nacionais para a gestão da segurança alimentar. A triangulação e a validação dos dados através da verificação cruzada dos resultados quantitativos e qualitativos garantiram credibilidade, profundidade e uma compreensão contextual das intervenções do PAM em Angola.

65. As citações das KIIs e FGDs citadas neste relatório serão identificadas usando o seguinte formato: o acrónimo KI ou DGF seguido de um número único (por exemplo, 06) correspondente à sequência da entrevista, e seguido de FEM (feminino) ou MAL (masculino) para denotar o género dos participantes. Da mesma forma, as citações das discussões dos grupos de foco são rotuladas como "FGD01MAL Dundo" ou "FGD02FEM Dundo" para indicar as discussões com mulheres e homens no Dundo.

Considerações éticas

66. A avaliação deve respeitar as directrizes éticas do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG), dando ênfase ao consentimento informado, à protecção de privacidade, à confidencialidade e o anonimato dos participantes, à sensibilidade cultural, e ao respeito pela autonomia, assegurando assim um recrutamento justo dos participantes (incluindo mulheres e grupos socialmente excluídos) e garantir que a avaliação não causa dano aos participantes e as suas comunidades.

67. Foi dada prioridade à protecção dos participantes, com procedimentos rigorosos, e segurança no tratamento e armazenamento dos dados. Os controlos de qualidade sistemáticos do Sistema de Garantia de Qualidade da Avaliação Descentralizada do PAM (DEQAS) foram utilizados em todas as fases. Para mais pormenores sobre os aspectos éticos, ver Anexo 3 no Volume II.

68. Esta investigação foi conduzida por uma equipa equilibrada em termos de género, dando prioridade à equidade e igualdade de género. Ao longo da análise, a ET examinou a forma como o género se cruzava com factores como a idade, a etnia e a deficiência, que são cruciais para compreender as vulnerabilidades individuais e as variações no acesso aos recursos.

Limitações

69. Definição pouco clara de certos indicadores dificultou medição e análise coerentes dos mesmos.

- **Mitigação:** A ET centrou-se estrategicamente nos indicadores que estavam directamente relacionados com as questões de avaliação e os resultados estratégicos. Esta abordagem assegurou que os aspectos mais relevantes e com maior impacto dos programas fossem

avaliados exaustivamente, apesar das limitações colocadas por definições pouco claras, prazos e disponibilidade de dados.

70. A selecção de uma concepção de avaliação não-experimental foi recomendada devido a considerações práticas, éticas e contextuais que minimiza a capacidade de controlar rigoroso das variáveis. Esta limitação impede o estabelecimento de relações causais claras entre as intervenções e os resultados observados, restringindo a generalização e a fiabilidade das conclusões.

- **Mitigação:** A verificação cruzada das conclusões através de múltiplas fontes de dados e métodos para reforçar a validade e a fiabilidade dos resultados (triangulação) aumentou a credibilidade global da avaliação.

71. Alguns indicadores não foram analisados devido ao facto de: a) as actividades relevantes não se enquadrarem no período de avaliação de 2017 a 2022, b) as actividades não terem sido executadas e c) falta de dados de apoio.

- **Mitigação:** Foram utilizados dados primários e secundários para compreender as condições de base e acompanhar a evolução do impacto ao longo do tempo, integrando estes conhecimentos na análise, mesmo quando não foi possível avaliar indicadores específicos por completo. Nos casos de actividades não executadas ou de dados em falta, foram envidados todos os esforços para identificar fontes de dados para colmatar as lacunas, tendo sido assinalados os casos em que não foi possível obter os dados em falta.

72. De um modo geral, estes condicionalismos foram suficientemente atenuados e, como tal, não afectaram materialmente o resultado da avaliação e os dados disponíveis permitiram medir correctamente os progressos realizados em matéria de direitos humanos e de resultados da igualdade entre homens e mulheres.

2. Resultados da Avaliação

73. Esta secção apresenta as conclusões da avaliação das actividades de assistência técnica e do apoio aos refugiados do PAM em Angola de 2017 a 2022. As conclusões estão estruturadas em torno da eficácia, eficiência, relevância, coerência, sustentabilidade e impacto das intervenções do PAM. Cada subsecção aborda questões de avaliação específicas, oferecendo uma análise pormenorizada apoiada por dados quantitativos e qualitativos. As conclusões da avaliação visam informar as partes interessadas sobre as realizações, os desafios e as áreas de melhoria das iniciativas do PAM, orientando assim o futuro planeamento estratégico e a tomada de decisões.

PERTINÊNCIA / ADEQUAÇÃO

Esta subsecção examina a relevância das intervenções do PAM em Angola. Analisa em que medida os programas responderam aos desafios de segurança alimentar e satisfizeram as necessidades da população-alvo, incluindo os refugiados e as comunidades afectadas pela seca. A análise incide no alinhamento das actividades do PAM com o contexto local, na integração das considerações relativas à igualdade entre os sexos e aos direitos humanos e na adequação global das intervenções às condições e necessidades específicas dos beneficiários.

2.1. Pergunta de Avaliação 1

EM QUE MEDIDA OS PROGRAMAS E AS ACTIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA IMPLEMENTADAS PELO PAM EM ANGOLA FORAM RELEVANTES E ADEQUADOS PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E SATISFAZER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO-ALVO?

Principais Conclusões sobre a Relevância

Relevância e Impacto na Segurança Alimentar

As intervenções do PAM abordaram eficazmente a insegurança alimentar e a subnutrição entre os refugiados, satisfazendo as necessidades essenciais, apesar dos desafios em termos de qualidade e quantidade de alimentos relacionados com as limitações dos fornecedores locais e da cadeia de abastecimento. A intervenção da CMAM foi muito relevante, respondendo a necessidades nutricionais críticas e atingindo elevados níveis de satisfação entre os beneficiários.

Os programas de nutrição do PAM, em parceria com a UNICEF e ONGs como a WVI, visaram efectivamente grupos vulneráveis, incluindo crianças e mulheres grávidas e a amamentar (PBW), fornecendo alimentos nutritivos especializados e mecanismos de apoio.

Satisfação e Preferências dos Beneficiários

As famílias beneficiárias estavam geralmente satisfeitas com a quantidade e a qualidade dos alimentos fornecidos pelo PAM, embora os níveis de satisfação variassem ao longo do tempo. A maioria dos beneficiários preferiu a assistência alimentar em espécie em vez transferências de base monetária ou vales, o que realça a necessidade de intervenções de segurança alimentar adaptáveis que combinem a assistência em géneros com a flexibilidade das transferências de valores monetários.

Igualdade de Género e Empoderamento

O PAM integrou eficazmente a igualdade de género, o empoderamento das mulheres e os direitos humanos nas suas intervenções de segurança alimentar. Os programas foram adaptados às necessidades dos grupos vulneráveis, promovendo a igualdade de género e garantindo que as mulheres e as crianças recebam o apoio necessário. Registaram-se progressos na participação das mulheres na tomada de decisões no seio dos agregados familiares e na garantia de uma assistência alimentar equitativa, embora a representação feminina nos órgãos de decisão locais continue a ser reduzida.

Assistência Técnica e Alinhamento com Governo de Angola

A assistência técnica do PAM ao GdA foi bem adaptada às prioridades do governo e respondeu efectivamente às necessidades de segurança alimentar. As áreas de sucesso incluíram o fortalecimento de capacitação, a coordenação intersectorial e o desenvolvimento de políticas, em especial para os programas de alimentação escolar.

Os desafios incluíam discrepâncias entre o número de beneficiários planeado e o número real, problemas de mobilidade, atrasos nos procedimentos e limitações de recursos.

Pergunta de avaliação 1.1: Como é que o PAM abordou a orientação e a melhoria da pertinência das intervenções de segurança alimentar, incluindo a resposta aos refugiados e as actividades de nutrição, para satisfazer as necessidades dos grupos vulneráveis em Angola?

Abordagem do PAM em matéria de orientação e melhoria da pertinência

75. O PAM em Angola direccionou e melhorou efectivamente a relevância das intervenções de segurança alimentar, prestando assistência específica às populações vulneráveis, implementando diversas modalidades de intervenção, centrando-se no apoio aos refugiados e fortalecendo capacitações locais para o desenvolvimento sustentável. O PAM adoptou uma série de abordagens para direccionar e melhorar a pertinência das intervenções de segurança alimentar em Angola, incluindo a participação de agentes comunitários que efectuaram rastreios e acções de sensibilização para garantir que mesmo as populações mais remotas fossem abrangidas. Este método permitiu que o PAM identificasse com precisão e prestar assistência as pessoas mais necessitadas, especialmente nas regiões afectadas pela seca.

"O envolvimento dos agentes comunitários assegurou que o programa chegasse às famílias mais afectadas, mesmo em áreas remotas" - KII06FEM

76. O PAM concentrou-se em prestar apoio às populações afectadas pela insegurança alimentar e pela subnutrição, especialmente nas zonas afectadas pela seca. Isto inclui assistência alimentar regular aos refugiados da RDC e intervenções nutricionais para tratar a DAM em crianças. Nas discussões dos grupos de centragem com participantes do sexo masculino, os inquiridos salientaram o papel fundamental do PAM e a forma como esta assistência era vital para responder às necessidades nutricionais imediatas e estabilizar as condições das populações vulneráveis, como eles próprios.

"O PAM desempenhou um papel crucial durante a emergência, fornecendo assistência alimentar necessária aos refugiados que chegaram a Angola em situação de extrema vulnerabilidade, sem meios de subsistência suficientes" - FGD01MAL Dundo

77. O PAM utilizou diferentes modalidades de intervenção, tais como transferências incondicionais de recursos para apoiar o acesso aos alimentos, actividades de apoio aos meios de subsistência para melhorar a auto-suficiência dos refugiados e de outras populações afectadas pela crise, e assistência técnica ao GdA para fortalecer a capacitação nacional de gestão dos programas de segurança alimentar e nutrição.

"O Governo de Angola tem estado aberto a discussões e até disponibilizou terras para apoiar actividades agrícolas, deixando de fornecer apenas assistência alimentar gratuita" - KII07MAL07

78. Em parceria com o Ministério da Acção Social, Família e Empoderamento da Mulher (MASFAMU) e o ACNUR, o PAM geriu a assistência aos refugiados e as operações, assegurando a satisfação das necessidades básicas de alimentação e nutrição da população refugiada em tempos de crise.

79. O PAM, em coordenação com os seus parceiros de implementação, realizou actividades para melhorar a qualidade e a cobertura dos serviços de rastreio, detecção precoce, encaminhamento e tratamento de crianças menores de cinco anos com DAM nas províncias do Cunene, Huíla e Luanda. Como parte da sua estratégia para combater a insegurança alimentar e promover a agricultura local, em 2022, o PAM implementou programas de alimentação escolar em quatro escolas primárias (de uma meta de 20) localizadas em áreas afectadas pela seca. Estes programas não só forneceram refeições a crianças vulneráveis, como também estimularam a produção agrícola local. As actividades do PAM incluíram também a prestação de apoio técnico e o fortalecimento de capacitações das instituições nacionais. O objectivo era consolidar aptidões para identificar, orientar e ajudar as populações em situação de insegurança alimentar e nutricionalmente vulneráveis.

Seleção dos beneficiários das intervenções

80. Ao longo dos seis anos de 2017 a 2022, os esforços do PAM para alcançar a população refugiada em Angola¹⁵ demonstraram níveis variados de relevância, geralmente alcançando uma cobertura substancial. Em 2017, o PAM conseguiu chegar a 80,2 por cento da população de refugiados, mostrando uma resposta inicial forte. Apesar de enfrentar desafios operacionais em 2018 e 2019, o PAM conseguiu cobertura, atingindo 83,0 por cento e 86,4 por cento da população de refugiados, respectivamente. A cobertura desceu para 68,7 por cento em 2020, o que sugere uma cobertura razoável, mas ligeiramente inferior. No entanto, em 2021, o PAM melhorou o seu alcance, abrangendo 76,6 por cento da população.¹⁶ Em 2022, o PAM excedeu largamente o seu objectivo, atingindo 197,9 por cento da população de refugiados, o que indica que não só cobriu todos os refugiados, como também respondeu a necessidades adicionais. Esta tendência geral evidencia a capacidade de adaptação e o empenho do PAM em apoiar as populações vulneráveis, independentemente do seu estatuto de residência (residente angolano ou refugiado), apesar dos desafios e da flutuação do número de refugiados (ver Figura 8 na página seguinte).

Relevância das intervenções para os beneficiários (Grupos Vulneráveis e GdA)

Resposta aos refugiados - Segurança alimentar (em espécie, transferências em base de valor monetário e vales)

81. **Constatação de Relevância 1:** A intervenção do GFD abordou eficazmente os desafios críticos relacionados com a insegurança alimentar e a subnutrição da população refugiada, satisfazendo as suas necessidades essenciais. Os beneficiários sublinharam a importância da assistência alimentar prestada, reconhecendo o seu papel na assistência inicial e no seu sustento, apesar das dificuldades com a qualidade e a quantidade dos alimentos distribuídos.

82. A intervenção do GFD foi altamente relevante para as necessidades da população de refugiados, abordando principalmente os desafios críticos relacionados com a insegurança alimentar e a subnutrição. A intervenção visou directamente as necessidades essenciais dos refugiados que tinham um acesso limitado à recursos alimentares, como o demonstram as reacções dos beneficiários que sublinham a importância da assistência alimentar recebida. Nomeadamente, um refugiado referiu o papel do programa na prestação da assistência inicial.

¹⁵ Para uma repartição pormenorizada dos beneficiários do programa de refugiados de 2017 a 2022 por sexo e grupo etário, ver [Anexo 16](#).

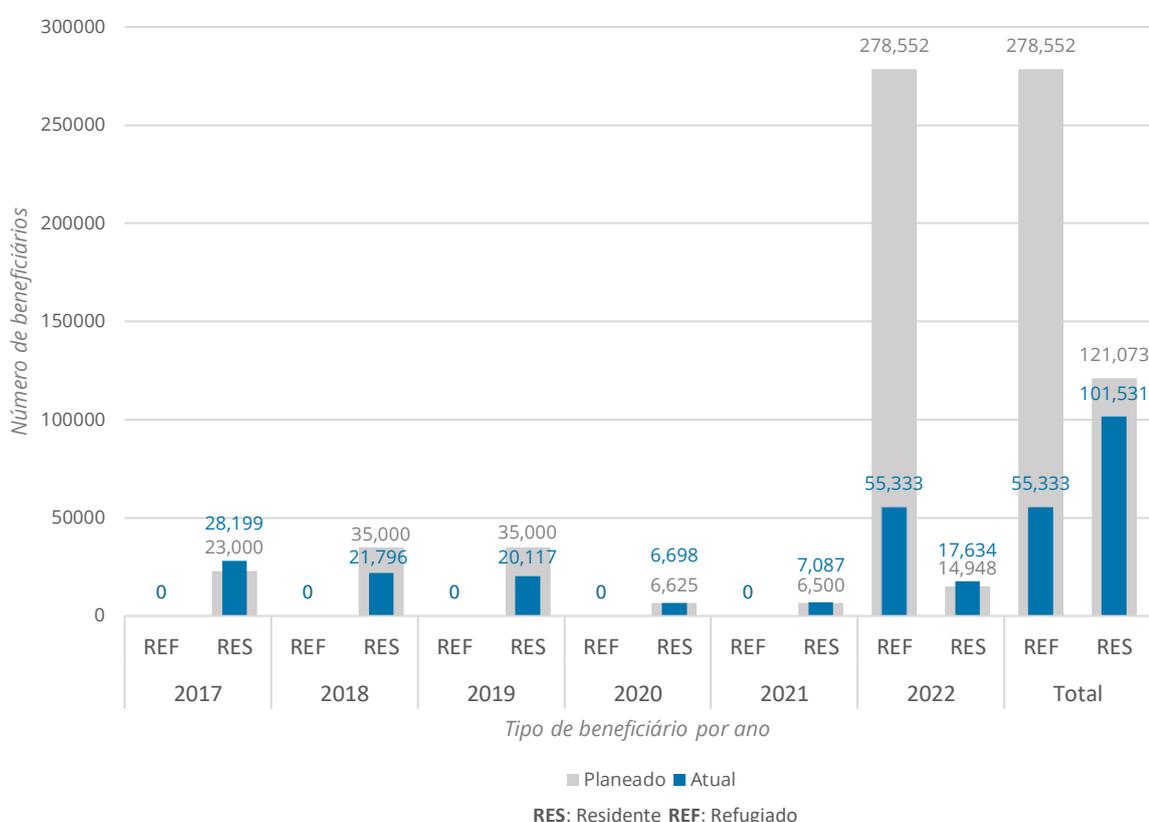
¹⁶ Fonte de dados: Gabinete de Campo do ACNUR em Angola, Dundo.

83. Além disso, apesar de alguns desafios com a qualidade e quantidade de alimentos distribuídos, a intervenção conseguiu manter a saúde básica da população, como indicado pelas declarações feitas pelos beneficiários que participaram nas discussões dos grupos de centragem. Durante a discussão dos grupos de centragem com as mulheres beneficiárias (FGD02FEM), foram levantadas preocupações sobre a qualidade dos alimentos, incluindo relatos de feijões infestados de pragas ou fora do prazo de validade. Por fim, o sistema de distribuição não retroactivo, em que os meses perdidos não são compensados, criou desafios à manutenção de um abastecimento alimentar consistente, levando potencialmente a períodos de insegurança alimentar e exacerbando as deficiências nutricionais entre os refugiados.

"Quando chegámos aqui, não havia ninguém para ajudar, depois o HC decidiu começar a ajudar mas, com o tempo, mudaram alguma coisa. Depois, para mim, começaram a dar comida" - FGD01MAL Dundo

"O único resultado que vejo é que estão de boa saúde." - FGD01MAL Dundo

Figura 8: Beneficiários por estatuto de residência (residente/refugiado) (2017—2022) ¹⁷



Fonte: PAM Angola ACR 2017, [2018](#), [2019](#), [2020](#), [2021](#), [2022](#)

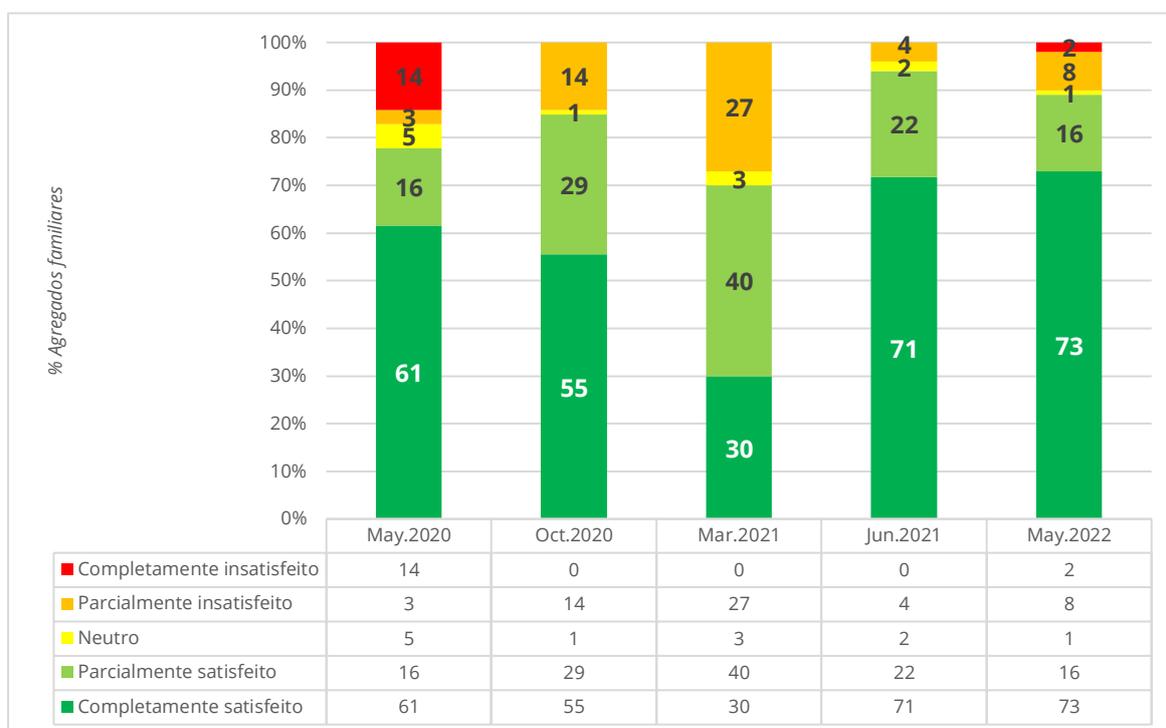
84. **Constatação de Relevância 2:** A maioria dos agregados familiares beneficiários (variando entre um mínimo de 70 por cento e um máximo de 93 por cento) manifestou satisfação tanto com a quantidade como com a qualidade dos alimentos fornecidos pela assistência do PAM. Contudo, os níveis de satisfação flutuaram ao longo do tempo, o que indica uma variabilidade na consistência da distribuição dos alimentos.

¹⁷ Os mesmos refugiados foram visados; por conseguinte, foram objeto de uma dupla contagem ao longo dos anos, tendo em conta o máximo/denominador de 35 000.

85. A melhoria da pertinência da intervenção de distribuição de alimentos para satisfazer as necessidades dos grupos vulneráveis em Angola, no contexto da presente avaliação, é também medida pela satisfação dos beneficiários com a qualidade e a quantidade dos alimentos fornecidos. A maioria dos agregados familiares de refugiados beneficiários manifestou estar satisfeita com a quantidade e a qualidade da assistência alimentar fornecida pelo PAM. No entanto, os níveis de satisfação registaram flutuações significativas ao longo do tempo. No que se refere à quantidade e à qualidade, verificou-se uma variabilidade considerável das experiências ao longo do período de execução desta actividade. Embora se registre uma melhoria global dos níveis de satisfação com a qualidade dos alimentos ao longo do tempo, persistem preocupações quanto à consistência (ver Figura 9 e Figura 10 abaixo).

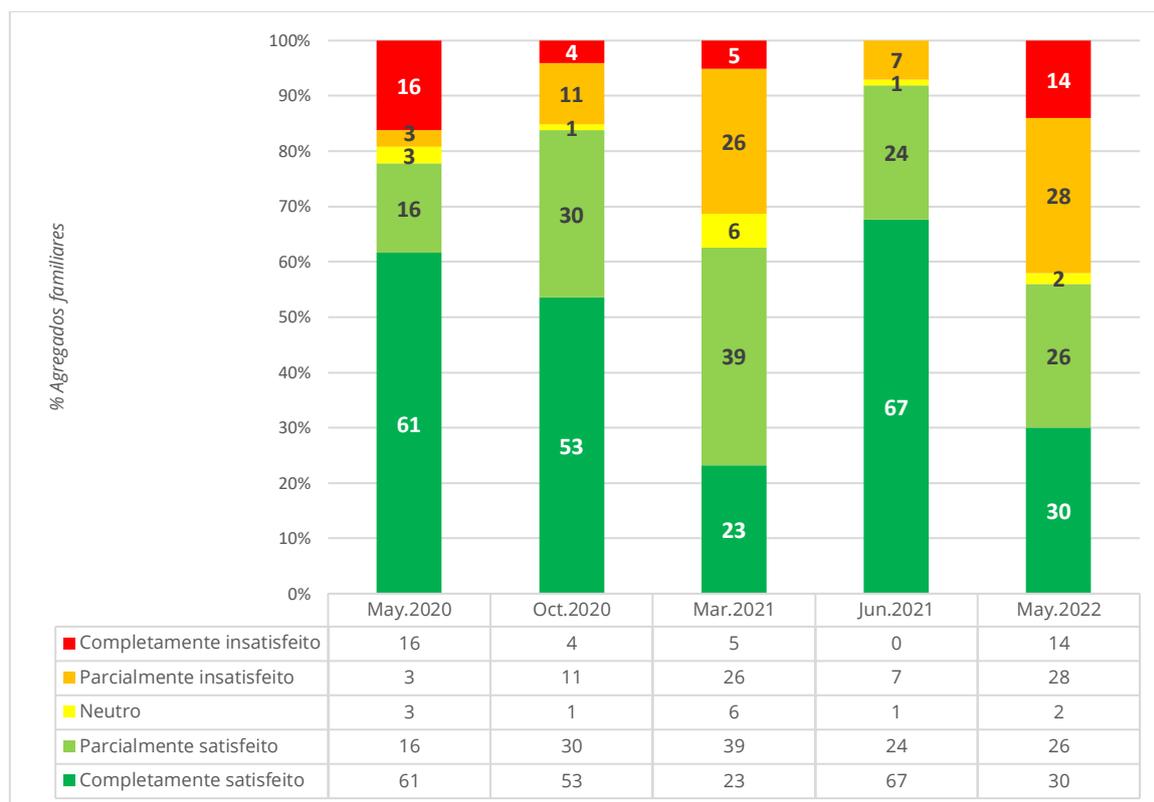
86. Em Março de 2021, tanto a quantidade (23 por cento) como a qualidade (30 por cento) estavam nos seus níveis mais baixos. Com base no Instantâneo de Segurança Alimentar e Nutricional do CIP para o Sul de Angola, em Março de 2021, a satisfação com a qualidade e quantidade de alimentos entre os agregados familiares (AF) estava no seu nível mais baixo devido à seca severa, preços elevados dos alimentos, colheitas fracas e o impacto da COVID-19. Estes factores reduziram a disponibilidade e a qualidade dos alimentos em todo o país, conduzindo a elevados níveis de insegurança alimentar aguda (IAA) e desnutrição.

Figura 9: Satisfação com a quantidade de alimentos



Fonte: PAM, relatório PDM 2019 – 2022

Figura 10: Satisfação com a qualidade dos alimentos



Fonte: PAM, relatório PDM 2019 - 2022

87. Esta flutuação nos níveis de satisfação realça as áreas a melhorar, particularmente no que respeita a garantir uma qualidade consistente e a adequação do abastecimento alimentar. Os beneficiários relataram quantidades inadequadas de alimentos básicos (particularmente farinha de milho), o que coloca desafios, especialmente para famílias com crianças pequenas, mulheres grávidas e pessoas que vivem com a infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (VIH/SIDA), que têm necessidades nutricionais mais elevadas. Para além disso, a falta de diversidade dos alimentos distribuídos, como o feijão, para um mês inteiro, representou um obstáculo para os beneficiários. Como um dos inquiridos do DGF mencionou:

"A monotonia da dieta, com refeições repetidas de feijão e farinha de milho, não fornece os nutrientes necessários e leva a problemas de saúde", enquanto outro partilhou: "A qualidade do feijão distribuído era má, muitas vezes infestado de insectos, causando diarreia nas nossas crianças e idosos". - FGD01MAL Dundo

88. Para além disso, foram manifestadas preocupações quanto à qualidade dos alimentos, incluindo relatos de feijões infestados de pragas ou fora do prazo de validade. Em última análise, o sistema de distribuição não retroactivo, em que os meses perdidos não são compensados, cria desafios à manutenção de um abastecimento alimentar consistente, conduzindo potencialmente a períodos de insegurança alimentar e exacerbando as deficiências nutricionais entre os refugiados.¹⁸

¹⁸ É importante ter em conta que as preocupações com a qualidade dos alimentos podem ser classificadas em termos gerais com base nas suas fontes: (1) Os alimentos transformados, como a farinha de milho, não cumprem frequentemente as normas do PAM devido às limitações dos fornecedores locais, o que é um problema comum em Angola. (2) Os incidentes de qualidade nos cereais integrais, como o feijão-frade, estão normalmente relacionados com os longos períodos de transporte, aumentando os riscos de infestação. Sugere-se, portanto, que a aquisição local de cereais integrais, entre outros produtos de base, possa atenuar estes problemas.

89. **Constatação de Relevância 3:** No que se refere à relevância da modalidade de assistência (em espécie, TBC ou vale), a maioria dos beneficiários (76 por cento) manifestou preferência pela assistência alimentar em espécie, uma vez que consideravam que o valor monetário ou os vales alimentares não garantiriam a mesma qualidade e quantidade dos alimentos fornecidos pelo PAM.¹⁹ As preferências dos beneficiários pela assistência em espécie sublinham a necessidade de as intervenções de segurança alimentar serem adaptáveis às condições, necessidades e limitações da cadeia de abastecimento locais. Adaptar as modalidades de modo a combinar a fiabilidade da assistência em espécie com a flexibilidade das transferências de dinheiro poderia aumentar a pertinência das intervenções e constituir uma solução potencial, permitindo-lhes escolher e comprar produtos alimentares de acordo com as suas necessidades, resolvendo assim os problemas de qualidade e variedade da sua alimentação.

Intervenções nutricionais – CMAM

90. **Constatação de Relevância 4:** A intervenção da CMAM é altamente relevante para os beneficiários, uma vez que aborda as suas necessidades nutricionais prementes. Os dados revelam um elevado nível de satisfação, com 96 por cento dos agregados familiares a declararem-se geralmente satisfeitos com os programas da CMAM.²⁰ Os dados disponíveis não distinguem os níveis de satisfação para aspectos específicos da intervenção; assim, os níveis de satisfação relatados referem-se à intervenção geral.

Tabela 7: Satisfação com os programas da CMAM.

Horário	Percentagem de agregados familiares satisfeitos com o programa (n=311)
Resposta à seca nas províncias do Cunene e da Huíla, Abril de 2022	96 %

Fonte: PAM, relatório PDM de Abril de 2022

91. Em Abril de 2022, o programa de resposta à seca nas províncias do Cunene e da Huíla mostrou um elevado nível de satisfação entre as famílias, com 96 por cento de satisfação (

92. Tabela 7 acima), o que também é ilustrado na seguinte citação de uma participante feminina da KII:

"A desnutrição aguda era elevada devido às secas que afectavam a agricultura local, que é a principal fonte de alimentação. Este contexto tornou o programa CMAM altamente relevante, respondendo a necessidades nutricionais urgentes numa área mais severamente afectada do que outras regiões" - KII03FEM

93. No entanto, 4 por cento das famílias estavam insatisfeitas com o programa por várias razões. No Cunene, foi entrevistado um total de 311 agregados familiares. Entre as famílias insatisfeitas, 77 por cento consideraram que o programa CMAM era demasiado curto, 46 por cento indicaram que as crianças com mais de cinco anos não beneficiavam, 38 por cento disseram que a quantidade do pacote de assistência para uso especial, como o Alimentar Suplementar Pronto para Uso (ASPU) era demasiado pequena e não

¹⁹ Relatório de acompanhamento pós-distribuição do PAM, Dezembro de 2022

²⁰ Relatório de Monitorização Pós-Distribuição do PAM CMAM Cunene e Huíla abril de 2022

foram fornecidos dados relativamente às preocupações com a prevenção da COVID-19. Na Huíla, com 498 agregados familiares entrevistados, 65 por cento das famílias insatisfeitas sentiram que o programa CMAM era demasiado curto, 50 por cento indicaram que as crianças com mais de cinco anos não beneficiaram, 28 por cento disseram que a quantidade de ASPU era demasiado pequena e 35 por cento expressaram preocupações sobre a prevenção da COVID-19. Estas razões destacam áreas específicas em que o programa poderia ser melhorado para satisfazer melhor as necessidades de todos os beneficiários.

94. Em contraste, uma pequena percentagem relatou insatisfação (4 por cento) com a duração do programa CMAM (71 por cento) por ser demasiado breve para satisfazer as suas necessidades. Além disso, no Cunene (38 por cento) e na Huíla (28 por cento), os beneficiários consideraram as quantidades de suplementos alimentares inadequadas, especialmente para os que enfrentam a DAM.

Intervenções em nutrição - Mensagens CMSC

95. **Constatação de Relevância 5:** Ao educar os prestadores de cuidados sobre práticas nutricionais e de saúde eficazes, incluindo a importância do colostro no fornecimento de imunidade e nutrientes essenciais aos bebés, a intervenção do PAM abordou directamente as necessidades prementes da comunidade.

96. A relevância da intervenção da CMSC, especialmente na abordagem da falta de conhecimento dos prestadores de cuidados sobre práticas benéficas, é sublinhada pelas lacunas na compreensão de práticas críticas de saúde e nutrição entre os prestadores de cuidados. As discussões dos grupos de discussão sublinharam que, apesar de reconhecerem os benefícios das práticas de amamentação, como a utilização do colostro, alguns prestadores de cuidados ainda as consideram erradamente inadequadas para os recém-nascidos.²¹

Sub-questão de avaliação 1.2: Em que medida a igualdade entre os sexos, as questões relativas ao empoderamento das mulheres e as considerações relativas aos direitos humanos foram tidas em conta na concepção e execução das intervenções de segurança alimentar, em especial nas actividades de resposta aos refugiados e de nutrição?

97. Ao analisar em que medida as questões de GEWE e as considerações relativas aos direitos humanos foram incorporadas na concepção e execução das intervenções de segurança alimentar, em especial nas actividades de resposta aos refugiados e de nutrição, o PAM demonstrou um forte empenho nestes princípios através da sua abordagem de colaboração.

98. **Constatação de Relevância 6:** Os programas de nutrição do PAM, em parceria com a UNICEF e ONGs como a WVI, visaram efectivamente grupos vulneráveis, incluindo crianças e PBW. Estes programas forneceram alimentos nutritivos especializados, rastreio nutricional ao nível da comunidade, sistemas de encaminhamento e iniciativas de educação nutricional, como a CMSC. A utilização de dados desagregados por género assegurou intervenções de segurança alimentar reactivas e equitativas, enquanto os quadros de monitorização com indicadores específicos por género garantiram que as mulheres e as crianças recebiam o apoio necessário.

99. A nível da concepção, o PAM adaptou os programas de nutrição especificamente para os grupos vulneráveis, incluindo as crianças e as mulheres grávidas, através de actividades que não só forneciam alimentos nutritivos especializados, mas também incluíam mecanismos de apoio como o rastreio nutricional a nível comunitário, sistemas de encaminhamento para cuidados avançados e iniciativas de educação nutricional como o CMSC. Estes esforços foram cruciais, na sua concepção, para capacitar as mulheres, dotando-as de conhecimentos e competências essenciais para tomarem decisões informadas

²¹ PAM Angola, Relatório de Análise de Grupos de Discussão - Projecto de Gestão Comunitária da Malnutrição - Luanda

sobre a saúde nutricional dos seus agregados familiares, aumentando assim a sua autonomia e promovendo a igualdade de género.

100. A implementação da CMSC desempenhou um papel fundamental na educação dos beneficiários (refugiados e populações vulneráveis) sobre práticas corretas de nutrição e saúde. Este enfoque na mudança de comportamentos tinha como objectivo melhorar a longo prazo os resultados em matéria de saúde e apoiar os direitos das mulheres à informação e à saúde, que são fundamentais para o seu empoderamento.

101. Inclusive, o PAM planeou intervenções utilizando dados desagregados por género, tais como a Classificação de Consumo Alimentar (CCA), desagregada pelo sexo do chefe de família, e o Índice de Estratégia de Enfrentamento. Esta abordagem garante que as intervenções de segurança alimentar respondem às diferentes necessidades e vulnerabilidades dos homens e das mulheres, apoiando assim uma assistência alimentar equitativa.

102. Os quadros de acompanhamento do programa incluíam indicadores de resultados e de produtos específicos para o género e para as populações vulneráveis. Por exemplo, a proporção da população elegível que participou no programa e as taxas de adesão foram monitorizadas, garantindo que as mulheres e as crianças recebiam o apoio necessário.

103. **Constatação de Relevância 7:** O PAM integrou eficazmente a dimensão da igualdade entre homens e mulheres e os direitos humanos nas suas intervenções de segurança alimentar, através de intervenções nutricionais adaptadas a grupos vulneráveis, incluindo crianças e mulheres grávidas e lactantes. As parcerias estratégicas e a utilização de dados desagregados por género ajudaram a direccionar os programas de forma eficaz, como evidenciado por i) melhores taxas de cura da desnutrição entre as mulheres, ii) a manutenção do equilíbrio de género na distribuição da assistência com um ligeiro favorecimento das mulheres no TBC e nos vales de produtos básicos, iii) a participação das mulheres na tomada de decisões domésticas aumentou (de 18 por cento em Maio de 2020 para 28 por cento em Maio de 2022), embora a representação feminina na liderança local permaneça baixa em 10 por cento; iv) a melhoria do estado nutricional das crianças menores de cinco anos indicada pelos dados do PAM CMAM dos Relatórios Anuais do País (RACs). Entre todas as províncias e períodos, um total de 1.084.306 beneficiários receberam ASPU.²² A taxa de cura da DAM foi consistentemente mais elevada entre as mulheres do que entre os homens, indicando potenciais variações específicas de género nos resultados nutricionais. Esta análise destaca a importância de intervenções direccionadas para abordar as disparidades de género e garantir o acesso equitativo aos serviços de nutrição para crianças menores de cinco anos.

104. A análise da distribuição das modalidades de assistência do PAM por género de 2017 a 2022 revela um compromisso de apoio equitativo tanto para os homens como para as mulheres. As percentagens indicam uma abordagem equilibrada, com as mulheres ligeiramente mais representadas tanto no TBC como nos vales de produtos básicos em determinados anos. Relativamente ao TBC, em 2019, as mulheres constituíam 50,84 por cento dos beneficiários do TBC e esta proporção manteve-se consistente, com 50,85 por cento em 2020 e um ligeiro aumento para 51,2 por cento em 2021.²³ Em 2022, as mulheres representavam 50,78 por cento dos beneficiários do TBC, mostrando uma ligeira preferência por beneficiários do sexo feminino no TBC. Relativamente aos vales de produtos, as mulheres estavam ligeiramente mais representadas do que os homens na recepção de vales de produtos, com 51,1 por cento em 2017 e uma percentagem semelhante em 2018. Este padrão continuou em 2022, quando as mulheres constituíram 51,2 por cento dos beneficiários de vales. Esta distribuição de género demonstra ainda a atenção do PAM à igualdade de género nas suas intervenções de segurança alimentar. A ligeira sobre-representação das mulheres em ambas as modalidades sugere um esforço para dar resposta às necessidades específicas das mulheres, em consonância com os objectivos mais amplos da GEWE e com as considerações de direitos humanos nos programas humanitários e de desenvolvimento.

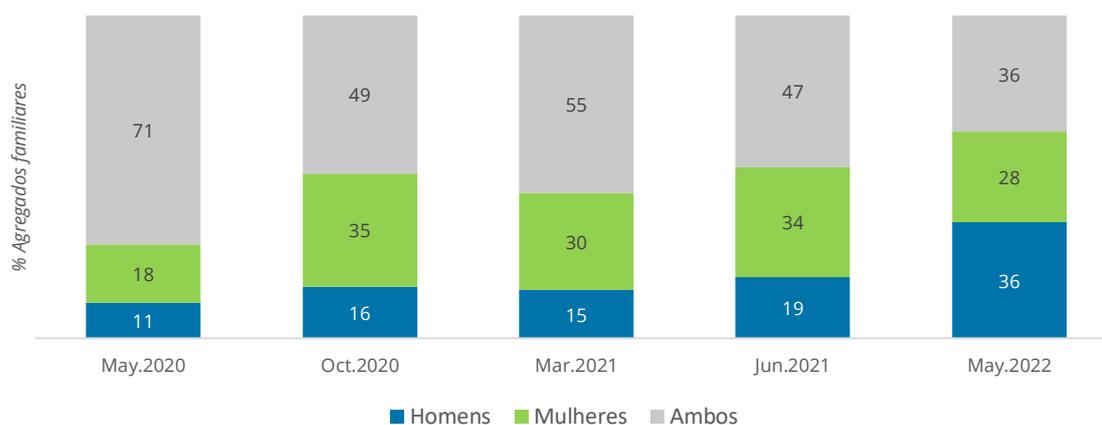
²² Relatórios anuais do PAM para Angola, [2020](#), [2021](#), [2022](#)

²³ Relatórios anuais do PAM para Angola, 2017, [2018](#), [2019](#), [2020](#), [2021](#), [2022](#)

105. E mais, o processo de tomada de decisão relativo à atribuição de alimentos/valor monetário/vales e desagregado por modalidade de transferência, tal como apresentado na **Error! Reference source not found.** e **Error! Reference source not found.** abaixo²⁴, ilustram um padrão que indica uma responsabilidade partilhada entre homens e mulheres, com a tomada de decisões conjunta a emergir como o modo predominante em todos os períodos. A maioria dos agregados familiares referiu o envolvimento de ambos os sexos na tomada de decisões relativas à utilização dos recursos. Particularmente digno de nota é o aumento da percentagem de agregados familiares em que as mulheres desempenham funções de tomada de decisão, subindo de 18 por cento em Maio de 2020 para 28 por cento em Maio de 2022. Por outro lado, a proporção de agregados familiares com decisores exclusivamente masculinos permanece relativamente estável e regista o valor mais baixo entre as categorias. As KIIs (KII03FEM) revelaram uma dinâmica notável em torno da ausência frequente dos homens em casa, o que obriga as mulheres a tomarem decisões urgentes relativas à gestão diária do agregado familiar por si próprias. Esta dinâmica notável foi expressa por um dos informadores-chave. No entanto, é importante notar que esta percepção foi apoiada por tendências observadas em várias entrevistas.

106. O relatório do PDM do PAM de 2020 a 2022 apresenta um padrão evolutivo dos papéis de tomada de decisão nos agregados familiares relativamente à utilização de produtos alimentares. Em Maio de 2020, as mulheres eram as principais responsáveis pela tomada de decisões em 18 por cento dos agregados familiares, um número que aumentou significativamente para 35 por cento em Outubro de 2020. Este pico sugere uma mudança temporária para um maior envolvimento feminino. No entanto, a tendência não manteve uma subida constante; flutuou, caindo para 30 por cento em Março de 2021, aumentando ligeiramente para 34 por cento em Junho de 2021, e depois diminuindo para 28 por cento em Maio de 2022. Estas oscilações indicam regressões periódicas no empoderamento sustentado das mulheres nestas funções, apontando para factores externos ou sistémicos que podem reforçar intermitentemente os papéis tradicionais de género, afectando assim a consistência do progresso no sentido da igualdade de género na tomada de decisões (**Error! Reference source not found.**).

Figura 11: Quem decide sobre a utilização dos géneros alimentícios



Fonte: PAM, Relatório PDM 2020 - 2022

107. O relatório do PDM também sugere um aumento geral do envolvimento feminino nas decisões de produtos não alimentares, progredindo no sentido da inclusão de género. No entanto, os dados específicos relativos a 2022 revelam uma divergência preocupante em relação a esta tendência, com a tomada de decisões por parte dos homens a aumentar para 41 por cento, ultrapassando o envolvimento das mulheres em 29 por cento. Isto indica uma inversão ou estagnação do progresso no sentido de uma tomada de

²⁴Relatório do PDM do PAM [2020](#), [2021](#), [2022](#)

decisões equilibrada em termos de género, salientando a necessidade de intervenções específicas para sustentar e fazer avançar os ganhos obtidos nos anos anteriores (**Error! Reference source not found.**).²⁵

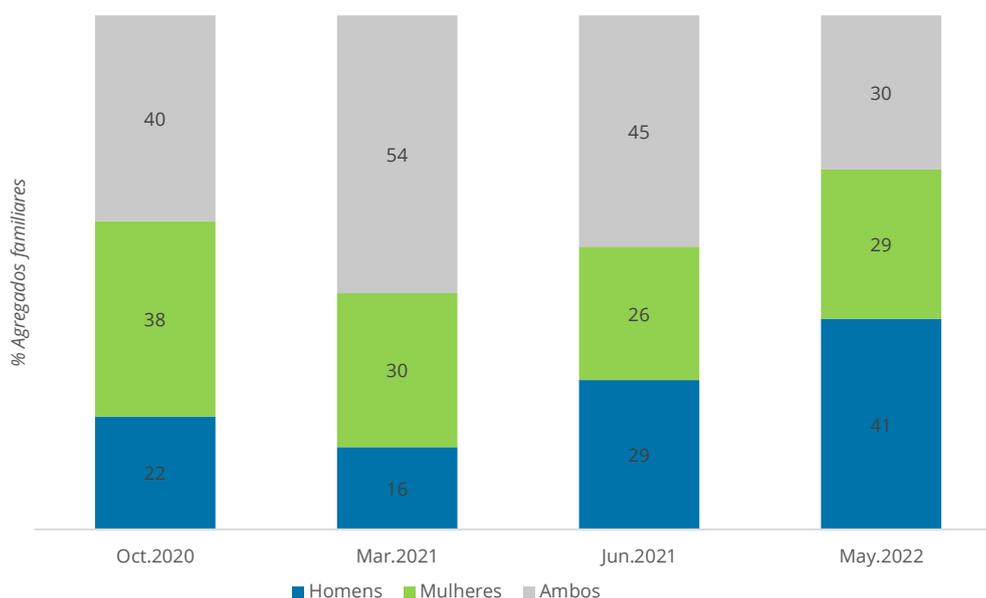


Figura 12: Quem decide sobre a utilização de artigos não alimentares

Fonte: PAM, Relatórios PDM 2020 - 2022

108. O envolvimento das mulheres na tomada de decisões relativas à assistência alimentar é crucial não só para alcançar a igualdade de género, mas também para capacitar as mulheres nas suas comunidades. Apesar de algumas tendências positivas, a baixa representação geral das mulheres em funções de tomada de decisão—tanto no seio dos agregados familiares como em estruturas organizacionais ou comunitárias mais amplas—evidencia as desigualdades de género persistentes. Segundo um dos gestores entrevistados, a representação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão a nível local ainda é extremamente baixa, rondando os 10 por cento. Embora não confirmado por outros participantes ou por outras provas, este número reflecte um potencial desafio permanente na tradução das mudanças a nível familiar em mudanças institucionais e sociais mais amplas.

109. Apesar dos retrocessos intermitentes em matéria de igualdade entre homens e mulheres apresentados nos dados do PDM, as observações no terreno indicam que, de um modo geral, o PAM integrou eficazmente as considerações em matéria de igualdade entre homens e mulheres e de direitos humanos nas suas intervenções de segurança alimentar, em especial nas actividades de resposta aos refugiados e de nutrição. As parcerias estratégicas permitiram ao PAM adaptar os programas de nutrição especificamente a grupos vulneráveis, como as crianças e as mulheres grávidas. Estes programas não só fornecem alimentos nutritivos especializados, como também incorporam mecanismos de apoio como a educação nutricional e os rastreios a nível comunitário.

Desafios à Relevância

110. Embora as intervenções do PAM tenham sido amplamente relevantes, enfrentaram alguns desafios para responder de forma consistente às necessidades diversas e em evolução da população-alvo, incluindo a obtenção de melhorias mais amplas na segurança alimentar e na nutrição. Verificaram-se inconsistências na qualidade e na quantidade fornecida aos beneficiários, com as narrativas dos participantes e a documentação secundária a sublinharem que os alimentos básicos fornecidos, em

²⁵ Os dados relativos a maio de 2020 não estão disponíveis, pelo que não foram incluídos no gráfico.

especial a farinha de milho, eram frequentemente inadequados em termos de quantidade, afectando os beneficiários com necessidades nutricionais mais elevadas. A falta de diversidade nos produtos alimentares, que levou a que os beneficiários recebessem o mesmo tipo de alimentos (por exemplo, feijão) durante longos períodos, implicou desafios, uma vez que afectou os resultados nutricionais, levando à insatisfação das comunidades servidas.

COERÊNCIA

2.2. Pergunta de Avaliação 2

EM QUE MEDIDA OS PROGRAMAS E AS ACTIVIDADES AT IMPLEMENTADAS PELO PAM EM ANGOLA FORAM COERENTES NA SUA CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS RELEVANTES?

Principais Constatações de Coerência

Os esforços do PAM em Angola estão bem alinhados com as políticas do Governo de Angola (GdA), em conformidade aos princípios humanitários e colaboram eficazmente com as partes interessadas. Apesar da necessidade de fortalecer o empenhamento e o impacto do fortalecimento de capacitações, o trabalho do PAM revela um empenho forte em adoptar abordagens coerentes e integradas para fazer face aos desafios da segurança alimentar e da nutrição.

Alinhamento com as políticas e programas do GdA

As intervenções do PAM estão estreitamente alinhadas com as principais prioridades e objectivos das políticas e programas nacionais do Governo de Angola em vários sectores, incluindo o bem-estar da população, a educação, a saúde, a assistência social e o desenvolvimento agrícola. Este alinhamento indica uma forte coerência entre a concepção e a execução das intervenções do PAM nos domínios da segurança alimentar, da nutrição, da assistência técnica e do apoio aos refugiados e a agenda de desenvolvimento nacional de Angola.

Apoio aos refugiados e adesão às políticas do GdA

As intervenções de apoio aos refugiados do PAM estão em conformidade com as políticas e orientações do Governo de Angola para a resposta e protecção dos refugiados, contribuindo para os compromissos assumidos pelo país no âmbito das leis e convenções internacionais. Esta adesão sublinha o empenhamento do PAM em alinhar os seus programas de assistência aos refugiados com os quadros jurídicos e políticos do Governo angolano.

Adesão aos princípios humanitários

Os elevados níveis de satisfação comunicados pelos beneficiários relativamente às condições nos pontos de distribuição de alimentos e o recurso a mecanismos de reclamação e de *feedback*, apesar de algumas flutuações, demonstram os esforços do PAM para respeitar os princípios humanitários e as normas éticas. Estes esforços indicam um empenhamento em garantir a dignidade, a segurança e a responsabilidade na prestação da assistência.

Sinergias e esforços de colaboração

A frequência e a eficácia da coordenação e da colaboração entre o PAM, os ministérios/agências do GdA e outras partes interessadas revelam a existência de fortes sinergias na abordagem da segurança alimentar, da nutrição e do apoio aos refugiados. As iniciativas conjuntas, o reforço da coordenação no

âmbito do quadro “Uma ONU” das Nações Unidas e os esforços de colaboração em matéria de elaboração de políticas, de fortalecimento de capacitações e de execução dos programas ilustram a abordagem coerente e integrada adoptada pelo PAM e pelos seus parceiros.

Fortalecimento de Capacitações e Formação Conjunta

Apesar de alguns desafios na consecução dos objectivos visados para as actividades de reforço das capacidades, os esforços de colaboração na organização de sessões de formação e *workshops* conjuntos, especialmente na VAM, evidenciam uma abordagem proactiva para reforçar as competências e conhecimentos dos colaboradores em diferentes intervenções. Estes esforços contribuem para a coerência global das iniciativas de AT do PAM, assegurando que estas se baseiam no fortalecimento de capacitações locais e estão alinhadas com as estratégias do GdA.

Sub-questão de avaliação 2.1: Em que medida é que as intervenções do PAM nos domínios da segurança alimentar, da nutrição, da assistência técnica e do apoio aos refugiados foram coerentes com as políticas e os programas do Governo de Angola e em conformidade aos princípios humanitários?

111. O alinhamento entre as iniciativas de AT do PAM e os planos e estratégias do GdA para a segurança alimentar e a nutrição, que é evidente em vários domínios políticos, indica um esforço concertado para enfrentar os principais desafios e prioridades da agenda de desenvolvimento de Angola. Os informadores-chave enfatizaram a estreita colaboração e o alinhamento entre o PAM e o GdA, afirmando:

"Existem esforços de colaboração com o Governo angolano, especialmente no alinhamento com os planos do governo para a segurança alimentar e a nutrição" - KII06FEM

"As intervenções do PAM foram coerentes com as políticas nacionais de Angola e com os princípios humanitários internacionais. A coordenação com os organismos governamentais assegurou que as intervenções complementassem as estratégias nacionais de segurança alimentar" - KII08FEM

112. **Constatação de Coerência 1:** As intervenções do PAM em matéria de segurança alimentar, nutrição, assistência técnica e apoio aos refugiados foram muito coerentes com as políticas e os programas do GdA, em consonância com as prioridades nacionais em matéria de desenvolvimento local, protecção das crianças, igualdade de género, educação, saúde e protecção dos refugiados, e conforme aos princípios humanitários como a humanidade, a neutralidade, a imparcialidade e a independência.

113. O PDN 2023-2027 de Angola dá ênfase à diversificação económica e ao desenvolvimento sustentável, com destaque para a redução da pobreza. As iniciativas do PAM, incluindo o apoio a projectos agrícolas, o reforço da segurança alimentar e a assistência alimentar directa, estão estreitamente alinhadas com estes objectivos. A assistência técnica do PAM e o apoio aos sistemas locais de produção alimentar contribuem significativamente para os esforços de desenvolvimento de Angola destinados a reduzir a pobreza a longo prazo.

114. A Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei n.º 25/12)²⁶ define o compromisso de Angola com o bem-estar da criança, salvaguardando os direitos à nutrição e à saúde. Os programas nutricionais do PAM, que visam as crianças subnutridas e os programas de alimentação escolar, estão em

²⁶ República de Angola, Lei n.º 25/12 - Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança. Disponível em: <https://extranet.who.int/mindbank/item/3455>

conformidade com esta legislação, apoiando os objectivos do GdA de melhorar o bem-estar das crianças e proteger os seus direitos.

115. A nova Lei Geral do Trabalho de Angola (Lei n.º 12/23 de 27 de Dezembro),²⁷ que substitui a Lei n.º 7/15 de 15 de Junho, promove práticas laborais justas e de melhores condições de trabalho, incluindo aspectos relacionados com a igualdade de género. O enfoque do PAM no apoio nutricional às mulheres, em particular às mulheres grávidas e lactantes, e a sua participação em programas de segurança alimentar estão alinhados com estas alterações legislativas, promovendo a igualdade de género e fortificar o papel das mulheres nas suas comunidades.

"Foi dada especial atenção aos agregados familiares chefiados por mulheres. Estes agregados familiares receberam um apoio adaptado às suas necessidades específicas, garantindo um acesso equitativo aos alimentos e aos recursos" - KII12MAL

116. As actividades de AT do PAM no domínio do ensino primário, da acção social, da saúde e do desporto escolar estão em conformidade com as prioridades do GdA, nomeadamente através de programas de alimentação escolar e de iniciativas de educação nutricional que melhoram a saúde e os resultados escolares das crianças. Estas actividades apoiam os objectivos do PNASE de melhorar as infra-estruturas de saúde pública, alargar o acesso a serviços de saúde de qualidade e melhorar a gestão e a sustentabilidade do sistema de saúde. O PNASE centra-se no acesso equitativo aos cuidados de saúde, na melhoria da qualidade dos serviços de saúde e na integração dos serviços de saúde nos vários níveis do Governo de Angola.

117. As actividades CMAM do PAM contribuem directamente para estes objectivos, melhorando as instalações de saúde para tratar melhor a DAM, apoiando assim o objectivo do PNASE de melhorar as infra-estruturas de saúde. Além disso, ao fornecer formação e recursos para o tratamento da malnutrição, o PAM melhora a qualidade dos serviços de saúde disponíveis para as populações vulneráveis, especialmente as crianças, em conformidade com o objectivo do PNASE de melhorar a qualidade dos serviços de saúde. Adicionalmente, as intervenções nutricionais do PAM que visam as crianças subnutridas alinham-se com a ênfase do PNASE na melhoria dos resultados de saúde para todos, particularmente para os grupos vulneráveis, com o objectivo de reduzir a mortalidade infantil e aumentar a saúde infantil—um aspecto fundamental dos direitos das crianças (PNASE 2012—2025).

118. O apoio do PAM aos refugiados complementa a política angolana de gestão da população, nomeadamente através de iniciativas destinadas a melhorar as condições de vida e a integração dos refugiados e das populações deslocadas. Ao abrigo da Lei sobre o Direito de Asilo e o Estatuto de Refugiado (Lei n.º 10/15 de 2015 - República de Angola, 17 de Junho de 2015),²⁸ GdA compromete-se a proteger os direitos dos refugiados e dos requerentes de asilo, alinhando-se com os esforços do PAM para apoiar a segurança alimentar e a nutrição destes grupos vulneráveis. Os participantes masculinos dos DGF destacaram particularmente o papel vital das intervenções do PAM no apoio a estas políticas nacionais e no complemento dos esforços humanitários.

"Os esforços do PAM estão em sintonia com as orientações do nosso governo; esta é a base da nossa colaboração. Em sectores como a agricultura e a saúde, é evidente a participação activa dos respectivos ministérios." - KII10MAL

Coerência com os princípios humanitários

119. **Humanidade:** A adesão do PAM ao princípio fundamental da humanidade manifesta-se nos seus esforços para prevenir e aliviar o sofrimento humano, assegurando que as populações vulneráveis, como

²⁷ República de Angola. (2023). Lei Geral do Trabalho de Angola, Lei n.º 12/23. Promulgada em 27 de Dezembro de 2023.

"Disponível em: <http://www.parliament.am/library/ashxatanqayinorensqeqer/ANGOLA.pdf>

²⁸ República de Angola: Lei n.º 10 de 2015, Lei sobre o Direito de Asilo e o Estatuto de Refugiado. Disponível em: <https://www.refworld.org/legal/legislation/natlegbod/2015/en/122780>

as crianças, as mulheres grávidas e lactantes, e os refugiados, recebam apoio nutricional essencial. Os programas do PAM contribuem directamente para o cumprimento deste direito, melhorando a saúde e a nutrição das populações afectadas e assegurando-lhes o acesso aos recursos necessários para manterem a vida.

120. **Neutralidade e Imparcialidade:** O PAM mantém a neutralidade e a imparcialidade, garantindo que assistência é prestada sem discriminação. Ao distribuir assistência apenas com base nas necessidades e ao evitar qualquer forma de discriminação baseada em identidades políticas, raciais, religiosas ou ideológicas, o PAM defende estes princípios, promovendo um ambiente de confiança e respeito entre as populações que serve.

121. **Independência:** A independência do PAM garante que as suas operações são concebidas e executadas com base em avaliações objectivas das necessidades e não são influenciadas pelas agendas políticas dos doadores ou das autoridades locais. Este princípio está consagrado na Carta Humanitária, que sublinha a autonomia das organizações humanitárias na governação e nas decisões operacionais, assegurando que o motivo principal é sempre o bem-estar das populações afectadas, tal como foi corroborado por uma participante no DGF:

"Os nossos direitos e o nosso estatuto de refugiados são respeitados" - FGD02FEM Dundo

122. A adesão do PAM aos princípios humanitários em Angola é evidenciada pela satisfação com as condições de distribuição de alimentos e pela utilização de mecanismos de reclamação e feedback (CFM). De acordo com os dados do PAM,²⁹ a percepção dos agregados familiares sobre as condições nos pontos de distribuição de alimentos oferece uma clarividência da adesão aos princípios humanitários. Os níveis consistentemente elevados de satisfação, com 100 por cento de ambos os grupos a considerarem as condições satisfatórias em Outubro de 2020, Março de 2021 e Junho de 2021, seguidos de uma ligeira diminuição para 99 por cento em Maio de 2022, sugerem que as normas humanitárias estão a ser respeitadas. As questões relatadas incluíam, normalmente, preocupações sobre a qualidade e a quantidade dos alimentos, os atrasos na distribuição e a gestão geral dos programas de assistência alimentar. A resposta do PAM às questões levantadas através da GFC envolveu um acompanhamento coerente, estratégias de adaptação, fortalecimento de capacitações, envolvimento da comunidade e uma gestão financeira flexível.

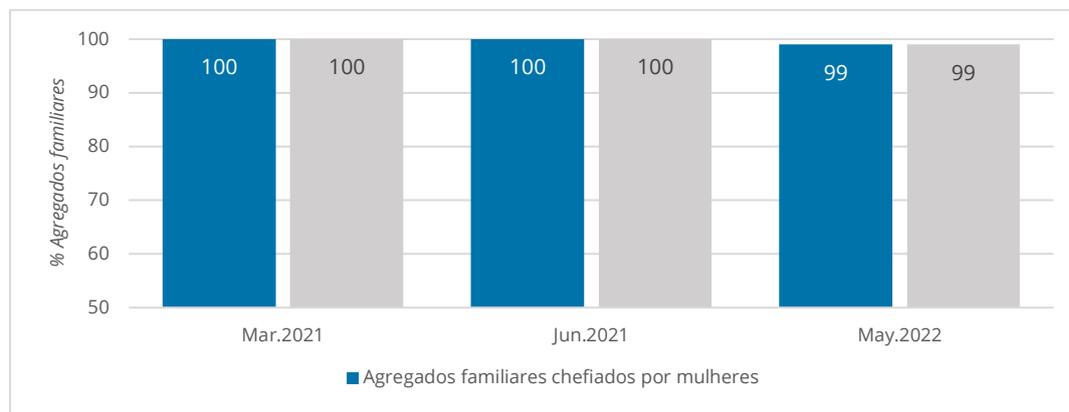
Muitas vezes conseguimos ultrapassar estes constrangimentos utilizando aquilo a que chamamos "fundos não relevantes para a subvenção". Esta abordagem permite-nos um certo grau de flexibilidade na gestão de recursos em diferentes projectos, especialmente quando se inserem na mesma categoria de actividade."

KII11FEM

123. Isto indica que estão a ser efectuados esforços para garantir que os pontos de distribuição cumprem as normas básicas de segurança, dignidade e acessibilidade, tal como se reflecte também nos dados quantitativos da **Error! Reference source not found.**

²⁹ PAM, Relatórios PDM 2020 - 2022

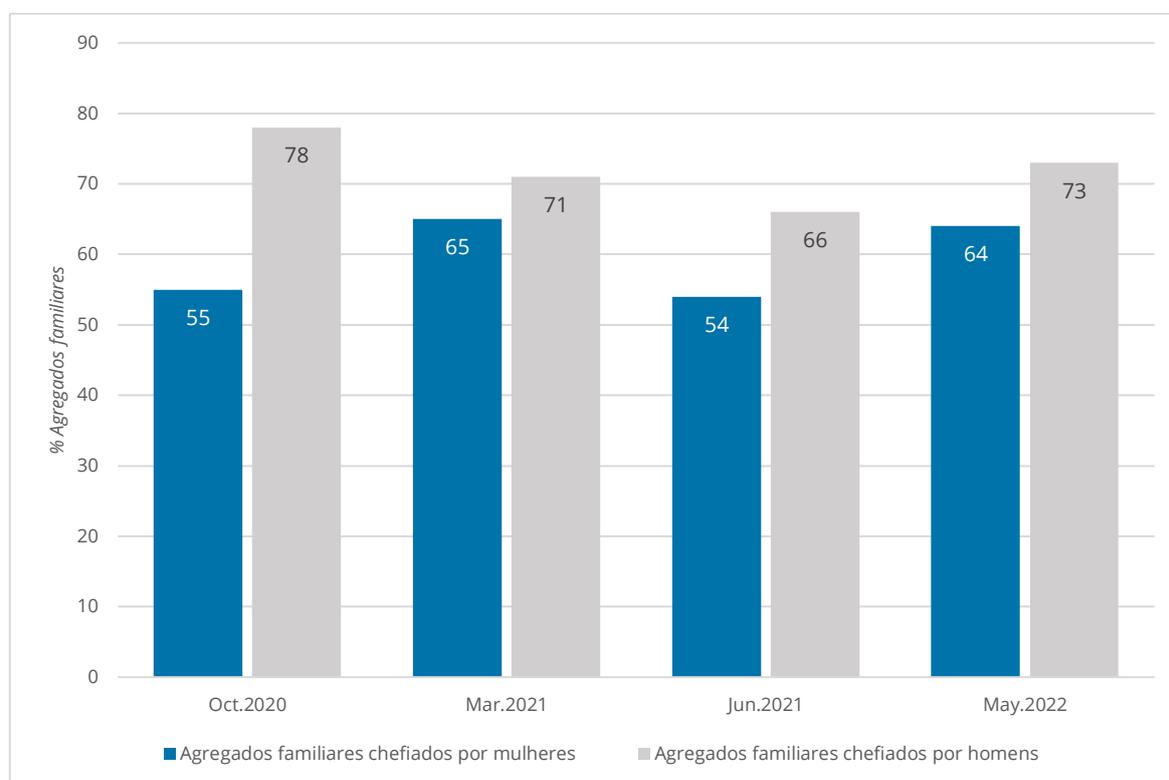
Figura 13: Agregados familiares que consideram que as condições nos pontos de distribuição de alimentos são satisfatórias



Fonte: PAM, Relatórios PDM 2020 - 2022

124. Constatação de Coerência 2: O envolvimento dos agregados familiares com mecanismos de reclamação e feedback reflecte o grau em que os princípios humanitários, como a responsabilização, a transparência, e a participação são respeitados. A diminuição geral de agregados familiares que já não fazem uso destes mecanismos em Março de 2021, seguida de um ligeiro aumento em Junho de 2021, pode indicar flutuações nos níveis de envolvimento. No entanto, o declínio notável no envolvimento em Maio de 2022, com apenas 64 por cento dos agregados familiares chefiados por mulheres e 73 por cento por homens a deixarem de utilizar estes mecanismos, sugere uma potencial diminuição na utilização destes sistemas (ver Figura 14).

Figura 14: Agregados familiares que já não utilizam os mecanismos de reclamação e *feedback*



Fonte: PAM, Relatórios PDM 2020 - 2022

125. Este facto pode suscitar preocupações quanto à acessibilidade, eficácia ou conhecimento destes mecanismos, que são essenciais para garantir a responsabilização e a capacidade de resposta às necessidades dos beneficiários. De um modo geral, a satisfação com as condições de distribuição de alimentos mantém-se consistentemente elevada, o que indica a adesão a certos princípios humanitários relacionados com a prestação de serviços. A diminuição da participação nos mecanismos de reclamação e de feedback levanta questões sobre o empenhamento contínuo na transparência, na responsabilização e na participação dos beneficiários.

Sub-questão de avaliação 2.2: Que sinergias foram observadas entre as várias intervenções de AT que estão a ser avaliadas nos domínios da segurança alimentar, da nutrição e do apoio aos refugiados?

126. **Constatação de Coerência 3:** Foram observadas sinergias entre as intervenções de AT nos domínios da segurança alimentar, da nutrição e do apoio aos refugiados. Estas sinergias são evidenciadas por uma colaboração regular e eficaz com os doadores, as agências das Nações Unidas, as organizações não governamentais internacionais (ONGIs) e os organismos do Governo de Angola, o que resultou numa coordenação reforçada no âmbito do quadro "Uma ONU". Iniciativas conjuntas como a Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional e as orientações para a alimentação escolar, juntamente com o Memorando de Entendimento assinado com a UNICEF em 2021 e a parceria com o ACNUR (Estratégia Conjunta de Meios de Subsistência), contribuíram para recolha de dados e o acompanhamento melhorado. Colectivamente, estes esforços estão a produzir resultados mais impactantes e sustentáveis para as populações vulneráveis.

127. Os dados mostram que as contribuições de doadores e agências de longa data, como o ACNUR, a UNICEF, as Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONGIs), juntamente com o financiamento de entidades como o BM, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a USAID, o Fundo Central de Resposta de Emergência das Nações Unidas (CERF), a União Europeia (UE) e várias embaixadas, reforçam o desenvolvimento comunitário e os esforços de resposta a emergências, especialmente nas áreas afectadas pela seca e no apoio aos refugiados. As sinergias e complementaridades mencionadas nos conjuntos de dados indicam que as colaborações regulares do PAM com as agências da ONU e as entidades do Governo de Angola são componentes cruciais da resposta humanitária em Angola.

128. O apoio sustentado aos refugiados e às comunidades afectadas pela seca é indicativo do compromisso de colaboração em curso. As entrevistas com os entrevistados sublinharam a eficácia destes esforços, salientando em especial o papel do CERF das Nações Unidas no reforço da coordenação no âmbito do quadro "Uma ONU". A estratégia temática abrange áreas como a segurança alimentar, a nutrição, a saúde, a educação, a protecção social e a agricultura, o que indica uma abordagem bem coordenada que não só assegura a coerência como também mantém padrões elevados de colaboração, que são essenciais para enfrentar as complexidades das crises humanitárias. As provas documentais sublinham estas sinergias entre os esforços de assistência técnica nos domínios da segurança alimentar, da nutrição e do apoio aos refugiados, salientando as interações de cooperação entre o PAM e os ministérios/agências do GdA, bem como outros intervenientes importantes.³⁰

Reforço da coordenação no âmbito do quadro "Uma ONU"

129. A colaboração facilitada pelo CERF fortificou a coordenação entre o PAM e outras agências das Nações Unidas no âmbito do quadro "Uma ONU". Isto envolve parcerias com a UNICEF e a FAO e estende-se ao envolvimento com os sectores da saúde, da agricultura e da educação, tanto a nível da administração central como local, incluindo os municípios.

Iniciativas conjuntas e esforços de colaboração

³⁰ Relatórios anuais do PAM para Angola, 2017, [2018](#), [2019](#), [2020](#), [2021](#), [2022](#)

130. As equipas que trabalham nos domínios da segurança alimentar, da nutrição e do apoio aos refugiados empreenderam uma série de iniciativas conjuntas e esforços de colaboração, com o objectivo de abordar vários aspectos destes desafios complexos, como demonstrado nos relatórios anuais do PAM (2017—2022):

- **AT no desenvolvimento da ENSAN II:** Apoio à colaboração no desenvolvimento da estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional em cooperação com a FAO e a UNICEF.
- **Orientações para a alimentação escolar:** Desenvolvimento de quadros para orientar o fornecimento de alimentos nas escolas, assegurando o alinhamento com as políticas nacionais e os objectivos de saúde.
- **Política em matéria de alimentação escolar e saúde:** Formulação de políticas destinadas a assegurar a execução efectiva de programas de nutrição e saúde escolar, integrando a nutrição nos sistemas educativos.
- **Diálogos sobre sistemas alimentares:** Envolvimento das partes interessadas em debates para melhorar a compreensão e aumentar a resiliência dos sistemas alimentares, promovendo práticas sustentáveis.
- **Avaliações da Segurança Alimentar e Nutricional (FSN):** Esforços de colaboração para avaliações FSN e *workshops* IPC, envolvendo parceiros como Food Resilience Through 'Strengthening Resilience and Food and Nutritional Security in Angola' (FRESAN) FAO, UNICEF, WWI, SADC/RVAA, e IPC/SADC.
- **Apoio com equipamento de recolha de dados:** Fornecimento de tablets para aumentar a eficiência e a precisão dos esforços de recolha de dados, facilitando a tomada de decisões e o acompanhamento com base em dados concretos.

131. No âmbito da componente de assistência técnica, as iniciativas conjuntas incluíram:

- **Unidade de Nutrição e Programa para os Refugiados:** A Unidade de Nutrição do PAM apoiou os programas de refugiados, integrando o rastreio e o tratamento nutricional nos campos. Os agentes comunitários de saúde formados no âmbito da resposta à DAM trabalharam nestes campos, assegurando um tratamento eficaz da subnutrição.
- **Partilha de recursos:** O Alimento Suplementar Pronto-para-Uso (ASPU) e outros fornecimentos nutricionais adquiridos para programas de desnutrição foram também distribuídos nos campos de refugiados, assegurando um apoio consistente a todas as populações (Relatório Anual do PAM-202, p. 1).
- **Apoio educativo e nutricional:** Os programas de alimentação escolar nos campos de refugiados estavam alinhados com as iniciativas mais amplas do PAM, promovendo a frequência escolar e a integração das crianças refugiadas no sistema educativo (Relatório Anual do PAM-2019, p. 9).
- **Colaborações na aquisição local:** Iniciativas conjuntas com outras organizações e entidades locais para garantia de alimentos de origem local para programas de alimentação escolar em campos de refugiados estimulou a agricultura local e asseguraram alimentos frescos e produzidos localmente para os refugiados.
- **Fortalecimento de capacitações:** A formação dos funcionários em matéria de avaliação da vulnerabilidade e de alerta rápido incluiu módulos sobre as necessidades dos refugiados, assegurando que os mesmos não fossem ignorados no planeamento de emergência.
- **Inclusão na recolha de dados e nos mecanismos de *feedback*:** As avaliações de vulnerabilidade e os sistemas de alerta precoce incluíram as populações de refugiados, assegurando que as suas necessidades específicas fossem tidas em conta nas estratégias mais amplas (Relatório Anual do

PAM-202, p. 2). Além disso, os refugiados foram envolvidos em mecanismos de *feedback* através dos Comitês de Gestão Alimentar, garantindo que as suas preocupações fossem tidas em conta e promovendo a inclusão (Relatório Anual do PAM-2020, p. 11).

- **Protecção e integração da igualdade de género:** Os esforços para promover a igualdade de género e proteger as populações vulneráveis foram integrados em todas as intervenções, incluindo intervenções destinadas aos refugiados. Além disso, foi ministrada ao pessoal e aos refugiados formação sobre sensibilidade ao género e protecção contra a exploração e os abusos sexuais (PSEA).

132. Ao tirar partido da experiência e dos recursos colectivos, estas colaborações aumentam o impacto e a sustentabilidade das intervenções, contribuindo, por fim, para melhorar os resultados para as populações vulneráveis. Além disso, as intervenções do PAM estão em conformidade com o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF), promovendo a transformação económica, o desenvolvimento social, a resiliência ambiental e a governação através de programas como a alimentação escolar, a segurança alimentar e as intervenções no domínio da nutrição. Estas iniciativas melhoram os resultados nos domínios da saúde e da educação, reforçam a resistência à insegurança alimentar e apoiam o fortalecimento de capacitações do GdA. As contribuições do PAM para o quadro de resultados do UNSDCF incluem o reforço das instituições do GdA através de iniciativas de fortalecimento de capacitação e o aumento da protecção social, reduzindo a vulnerabilidade aos choques através da assistência alimentar de emergência. As vantagens comparativas do PAM residem nos seus conhecimentos especializados em matéria de assistência alimentar de emergência, de apoio técnico à segurança alimentar e de fortalecimento de capacitações, reforçados pelas suas fortes competências logísticas, pela sua vasta experiência na gestão da distribuição de alimentos em grande escala, pela sua presença de longa data em Angola e pelas suas relações reforçadas com o governo e os parceiros locais.

Desafios à Coerência

133. Embora as intervenções do PAM estivessem, de um modo geral, alinhadas com as políticas do Governo de Angola destinadas a reduzir a fome e a melhorar os resultados nutricionais, houve dificuldades em integrar plenamente as acções do PAM nos sistemas nacionais, o que por vezes deu origem a esforços duplicados ou a ineficiências. Apesar de o PAM ter promovido sinergias efectivas entre os vários esforços de AT, houve dificuldades em coordenar esses esforços de forma harmoniosa entre as diferentes partes interessadas, incluindo os organismos do Governo de Angola, as ONGs internacionais e outras agências das Nações Unidas, o que ocasionalmente deu origem a sobreposições de iniciativas ou a lacunas em áreas que exigiam uma atenção mais específica.

EFICÁCIA

134. Esta secção avalia a eficácia das intervenções do PAM na consecução dos resultados e objectivos pretendidos. Considera também os factores que influenciaram o êxito ou as limitações dos programas, fornecendo informações sobre o que funcionou e o que pode ser melhorado.

2.3. Pergunta de Avaliação 3

EM QUE MEDIDA OS PROGRAMAS E ACTIVIDADES AT IMPLEMENTADAS PELO PAM EM ANGOLA FORAM EFICAZES PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS PRETENDIDOS E ENFRENTAR OS DESAFIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR?

Principais Constatações sobre a Eficácia

As intervenções do PAM em Angola revelaram eficácia na obtenção de resultados estratégicos e de produtos específicos. A melhoria das capacitações do Governo de Angola, a redução das taxas de subnutrição, a melhoria do quadros político e o fortalecimento de capacitações de análise de dados apontam para o impacto positivo do trabalho do PAM. No entanto, a eficácia destas intervenções também dependeu da superação de desafios internos e externos, incluindo restrições logísticas, limitações de capacitação e a necessidade de um maior envolvimento da comunidade.

Contribuição para o ODS2 e o ODS17

- **Melhoria do estado nutricional e da segurança alimentar:** As intervenções contribuíram positivamente para a realização do ODS2 (Fome Zero) ao tratar a DAM de crianças menores de cinco anos, com taxas de cura de 80 por cento no Cunene e 89 por cento na Huíla.³¹ Além disso, as melhorias na segurança alimentar são evidentes na tendência positiva de CCA aceitável entre as famílias de refugiados, que aumentou de 56 por cento em 2019 para 76 por cento em 2022. Estes resultados reflectem uma melhor segurança alimentar e acesso a serviços essenciais para as populações vulneráveis.
- **Parcerias e colaborações:** O estabelecimento de numerosas parcerias e colaborações com entidades do GdA e outras partes interessadas indica progressos no sentido do ODS17 (Parcerias para os Objectivos). Estas parcerias facilitaram o planeamento e a execução das intervenções, fortalecendo, assim, a sua eficácia e sustentabilidade.

Realização das realizações, dos resultados e dos resultados estratégicos visados

Apoio aos refugiados

- **Resultados e eficácia:** O programa de apoio aos refugiados aumentou com êxito a segurança alimentar e o acesso a serviços essenciais, como o demonstra o facto de um maior número de famílias de refugiados ter comunicado uma melhoria do consumo de alimentos. Este facto marca um progresso na eficácia do programa. No entanto, alguns agregados familiares continuam a registar um consumo alimentar inadequado, o que aponta para áreas que necessitam de atenção. O impacto do programa está sujeito a factores externos, como os desafios logísticos e a mudanças na demografia dos refugiados, o que sublinha a necessidade de estratégias flexíveis para prestar resposta a necessidades variáveis.

CMAM

- **Resultados e eficácia:** O programa CMAM tem sido eficaz na contenção da DAM em crianças, ultrapassando os seus objectivos de tratamento, sendo a taxa de sucesso do tratamento de 84 por cento em Luanda (com alguns casos de abandono, transferência ou morte) e algumas regiões reportando uma taxa de cura de 100 por cento para casos de DAM no Cunene e excedendo os objectivos de rastreio em 97 por cento. Estes resultados sublinham o sucesso do programa na melhoria dos resultados da saúde infantil.

Alimentação escolar

- **Resultados e eficácia:** O programa de Alimentação Escolar adoptou uma estratégia holística para melhorar a nutrição e a educação, utilizando eficazmente os produtos locais nos planos de refeições escolares e formando comissões municipais intersectoriais para reforçar os resultados relacionados com a nutrição.

³¹ Fonte das taxas de cura: Relatórios WVI CMAM e Relatório do Projecto CERF 21-RR-WFP-024

- **Capacidade do GdA e quadros políticos:** Foram feitos progressos no fortalecimento de capacitações e das infra-estruturas políticas do GdA através do desenvolvimento do PNASE de 2020, reflectindo o duplo sucesso do programa na prestação de assistência nutricional imediata e no estabelecimento de um sistema duradouro e holístico de alimentação escolar.

VAM

- **Resultados e eficácia:** A eficácia do programa VAM é evidenciada pela sua contribuição para a melhoria da qualidade e da acessibilidade dos serviços de segurança alimentar e nutricional. Através da formação do pessoal do GdA e da melhoria da recolha e análise de dados, o programa melhorou a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas relacionadas com a segurança alimentar.
- **Consolidação das políticas e estratégias:** A AT prestada através do VAM apoiou o desenvolvimento de políticas e estratégias, indicando progressos na capacitação institucional e na eficácia dos quadros políticos. Este apoio estratégico garante uma abordagem integrada para enfrentar os desafios da segurança alimentar e da nutrição.

Principais factores que influenciam o sucesso e o insucesso.

- **Desafios externos:** Os factores externos, incluindo os desafios climáticos, a instabilidade política, a volatilidade económica e as limitações logísticas, tiveram repercussão na eficácia das intervenções do PAM. Estes factores sublinham a necessidade de estratégias de planeamento e execução dos programas adaptáveis e resistentes.
- **Desafios internos:** Factores internos como as restrições orçamentais, a capacidade operacional limitada e as questões de coordenação entre parceiros também influenciaram a realização dos objectivos. No entanto, factores internos positivos, como a capacidade de adaptação e a flexibilidade da equipa do PAM, a gestão eficaz dos recursos financeiros e a ênfase na transparência e na responsabilização, contribuíram para superar alguns desses desafios.

Sub-questão de avaliação 3.1: Em que medida a prestação de AT do PAM ao GdA contribui para a realização do ODS2 e do ODS 17?

135. **Constatação de Eficácia 1:** A prestação de AT do PAM ao GdA contribui para a realização do ODS 2 em Angola, melhorando os principais indicadores de segurança alimentar, tais como o Índice de Consumo Alimentar e o Índice de Estratégias de Enfrentamento baseadas no Consumo, embora persistam os desafios da insegurança alimentar e da subnutrição. Além disso, a AT do PAM contribuiu substancialmente para o ODS 17 em Angola, promovendo parcerias fortes, fortalecendo a capacitação do GdA e apoiando iniciativas de desenvolvimento nacional, levando a uma melhor coordenação e intervenções mais eficazes em matéria de segurança alimentar e nutrição.

ODS 2–Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e uma melhor nutrição e promover a agricultura sustentável

136. Esta secção avalia em que medida a prestação de AT do PAM ao GdA está a contribuir para a realização do ODS2, utilizando indicadores-chave como a Classificação de Consumo Alimentar (CCA), o Índice de Estratégia de Enfrentamento baseada no Consumo Reduzido (rCSI) e da erradicação da fome.

137. A AT do PAM ao GdA contribuiu para melhorar os principais indicadores de segurança alimentar, como o CCA e o CSI, durante o período de intervenção. Estas melhorias indicam progressos no sentido de alcançar o ODS2, reforçando a segurança alimentar e reduzindo a dependência de estratégias de sobrevivência. Nos últimos anos, Angola fez notáveis avanços na segurança alimentar e nutricional,

reduzindo significativamente a fome da sua população. Notavelmente, Angola esteve entre os países que, até 2015, alcançaram a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 1 (ODM 1) de reduzir pela metade a fome, com a prevalência de fome caindo de 67,5 por cento em 2000 para 19 por cento em 2015. Essa redução aproximou Angola da média africana e colocou o país abaixo da média regional da África Subsaariana, destacando um progresso nacional substancial³². Contudo, esse progresso estagnou nos últimos cinco anos, com os níveis de fome permanecendo acima de 19 por cento. Actualmente, 5,7 milhões de angolanos ainda enfrentam os desafios da subnutrição, reflectindo uma tendência preocupante que se alinha com os aumentos recentes globais da fome. Para cumprir os objectivos da Agenda 2030, é essencial um compromisso renovado e intensificado para apoiar estes 5,7 milhões de indivíduos e trabalhar para a erradicação total da fome em Angola.

138. A contribuição do PAM para a realização do ODS2 foi frequentemente destacada pelos principais informadores:

"A assistência técnica do PAM, especialmente através do CMAM e de outros programas de nutrição, reduziu os casos de desnutrição aguda e melhorou o estado nutricional das populações afectadas." KII08FEM'

"Os esforços do PAM, especialmente na distribuição consistente de alimentos, contribuíram para a realização do ODS 2, combatendo a fome e a desnutrição entre os refugiados. Além disso, as parcerias formadas no âmbito destes programas apoiaram o ODS17, reforçando a cooperação entre as partes interessadas internacionais e locais." KII10FEM

ODS 17: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

139. O ODS 17 centra-se no reforço dos meios de implementação e na revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável. O PAM apoiou o GdA na implementação de programas de alimentação escolar destinados a melhorar os resultados educativos e a nutrição das crianças em idade escolar. Estes programas também promoveram a agricultura local através da aquisição de alimentos a nível local, contribuindo assim para a economia local e a segurança alimentar. Além disso, o PAM prestou apoio técnico para melhorar os resultados nutricionais, em especial para os grupos vulneráveis, como as crianças com menos de cinco anos, as mulheres grávidas e lactantes, e as pessoas que vivem com o VIH/SIDA. Isto incluiu o fornecimento de alimentos fortificados e mensagens sensíveis à nutrição para promover práticas alimentares mais saudáveis.

140. A AT do PAM incluiu a realização de VAM para identificar as regiões e as populações com maior insegurança alimentar, uma abordagem baseada em dados que permitiu ao GdA e a outros parceiros orientar as intervenções de forma mais eficaz e desenvolver oportunidades de subsistência que promoveram a auto-suficiência e reduziram a dependência da assistência alimentar. O apoio aos refugiados da RDC em Lunda Norte é indicativo destas abordagens, uma vez que não só responderam às necessidades imediatas de uma forma orientada por dados, como também criaram a resiliência das comunidades afectadas, permitindo-lhes lidar melhor com choques futuros, incluindo os relacionados com o clima.

141. No que se refere aos progressos e realizações em domínios fundamentais, o PAM apoiou o Ministério da Saúde no fortalecimento de capacitações de gestão dos programas de nutrição, através da elaboração de directrizes e de materiais de formação para os profissionais da saúde. O PAM também desempenhou um papel fundamental na promoção de parcerias cruciais entre o Governo de Angola, as agências das Nações Unidas e as ONGs, assegurando uma abordagem unificada para combater a insegurança alimentar e a subnutrição. A criação do Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar e Meios de Subsistência (FSWG), liderado pelo PAM, facilitou a comunicação e a colaboração regulares entre as

³² FAO (2020). The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) 2020

partes interessadas, aumentando assim a eficácia das intervenções. Apesar dos progressos registados na realização do ODS 17, os desafios persistentes na segurança alimentar e nutrição exigem um apoio e uma colaboração contínuos para garantir o desenvolvimento sustentável e a realização do ODS 17.

Sub-questão de avaliação 3.2: Em que medida foram alcançados os objectivos, os efeitos e os resultados estratégicos dos programas de refugiados e de assistência técnica ao GdA, da CMAM e dos programas de alimentação escolar?

Realização dos principais indicadores de resultados/resultados para os refugiados e as populações afectadas por crises

142. **Constatação de Eficácia 2:** As intervenções do PAM conduziram a melhorias notáveis na segurança alimentar, tal como evidenciado pelo aumento da percentagem de agregados familiares com um CCA aceitável e pela redução do rCSI, indicando que os refugiados e outras populações afectadas pela crise em Angola foram cada vez mais capazes de satisfazer as suas necessidades alimentares e nutricionais básicas durante o período de assistência. Além disso, o sucesso do programa CMAM no rastreio e tratamento da DAM, juntamente com a implementação eficaz de programas de alimentação escolar, realça a concretização das realizações e resultados pretendidos, contribuindo para a redução da malnutrição e melhorando a segurança alimentar e o estado nutricional geral das populações vulneráveis em Angola.

143. O CCA melhorou dos valores gerais de 2017 (linha de base) de pobre (28,7 por cento), moderada (33,1 por cento) e aceitável (38,2 por cento) para valores gerais de 2022 de pobre (3,0 por cento), moderada (21,0 por cento) e aceitável (75,0 por cento) (ver Figura 15). Ao melhorar o CCA entre as populações vulneráveis e ao fortalecer as capacitações do GdA, o PAM apoiou directamente os esforços para acabar com a fome e melhorar a nutrição. O aumento consistente do número de agregados familiares com um CCA aceitável ao longo dos anos significa a eficácia das intervenções do PAM e sublinha a importância de um apoio e colaboração contínuos para manter estes ganhos e continuar a avançar pela realização do ODS 2.

144. Ambos os géneros apresentam um aumento global do CCA "aceitável", com os homens a apresentarem percentagens ligeiramente mais elevadas em comparação com as mulheres ao longo dos anos, com a maior diferença em 2019 (17 pontos percentuais mais elevada para os homens). Em 2022, ambos os géneros atingiram níveis elevados de pontuações aceitáveis (78 por cento para os homens e 68 por cento para as mulheres). Por conseguinte, a pontuação mais elevada para os homens é observada em 2022, com 78 por cento, e para as mulheres em 2021, com 76 por cento.

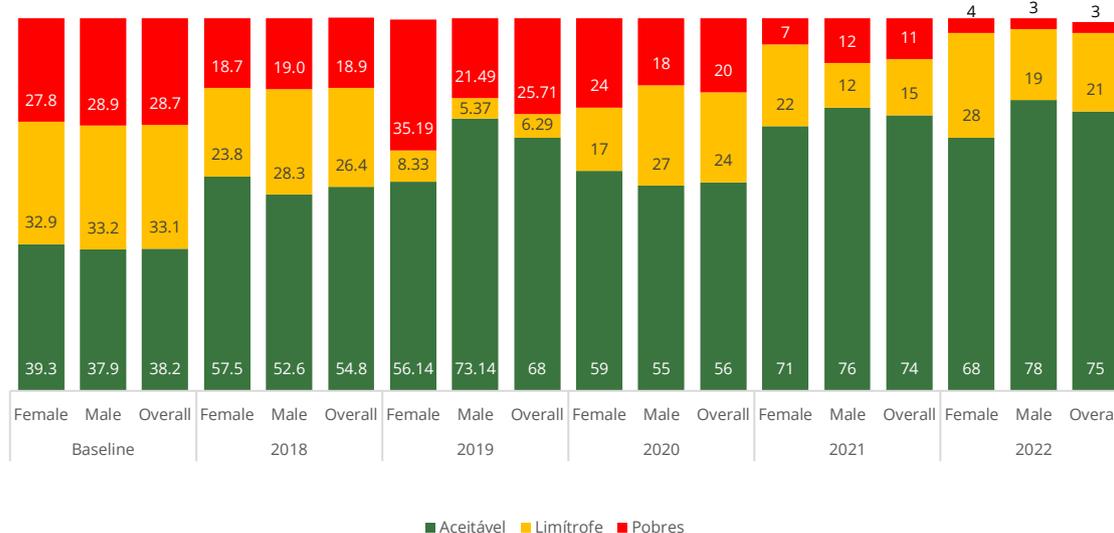
145. Tem-se registado uma flutuação ao longo dos anos na categoria "moderada". A tendência para os homens geralmente diminuiu, começando com 33,2 por cento na linha de base e caindo para 19 por cento em 2022. Para as mulheres, as pontuações "moderada" atingem o pico em 2022, com 28 por cento, indicando que, no ano mais recente, uma percentagem maior de mulheres do que de homens tem um acesso menos estável a fontes alimentares diversificadas e adequadas.

146. A categoria "pobre" mostra uma diminuição notável para ambos os sexos ao longo dos anos, indicando uma melhoria na segurança alimentar entre a população de refugiados. Nomeadamente, em 2019, nas famílias chefiadas por mulheres tinham uma pontuação "pobre" desproporcionalmente mais elevada de 35,19 por cento em comparação com as famílias chefiadas por homens com 21,49 por cento. Esta diferença diminuiu em 2022, com ambos os géneros a registarem uma pontuação "pobre" de 3 por cento.

147. Em todos os anos, desde a linha de base até 2022, os dados indicam disparidades de género em cada categoria. As famílias chefiadas pelos homens tendem a ter pontuações "aceitável" mais elevadas do que famílias chefiadas por mulheres, especialmente notável em 2019 e 2022. Por outro lado, famílias chefiadas por mulheres têm geralmente pontuações mais elevadas de "moderada" e "pobre", particularmente em 2022 para "moderada" e 2019 para "pobre", sugerindo questões relacionadas com o acesso aos alimentos e a qualidade nutricional que afectam mais as famílias chefiadas por mulheres do que os homens. A tendência decrescente das pontuações "pobre" para ambos os sexos é positiva,

reflectindo intervenções de apoio nutricional bem sucedidas e/ou melhores condições gerais que permitem um acesso mais estável aos recursos alimentares para as populações vulneráveis.

Figura 15: Refugiados: Pontuação do Consumo de Alimentos (percentagem de famílias)



Fonte: PAM, Angola ACR [2018](#), [2019](#), [2020](#), [2021](#), [2022](#)

148. A AT do PAM, em especial no domínio da logística e da gestão da cadeia de abastecimento, tem sido crucial para ultrapassar desafios como as perturbações relacionadas com a COVID-19 e os atrasos aduaneiros que conduziram a uma redução da CCA devido a restrições à circulação e às actividades económicas que impediram o acesso aos mercados e perturbaram as cadeias de abastecimento, afectando a disponibilidade e a regularidade das distribuições de alimentos. Ao assegurar que as distribuições de alimentos são consistentes e atempadas, o PAM teve um impacto directo na disponibilidade e estabilidade dos fornecimentos de alimentos a distribuir em Angola, melhorando assim a CCA e a segurança alimentar geral dos seus beneficiários, incluindo os refugiados. Para além da COVID-19, os atrasos logísticos e as condições económicas, como a elevada inflação dos alimentos e a instabilidade económica, particularmente em 2019, afectaram o poder de compra dos agregados familiares. As restrições económicas forçaram os agregados familiares a recorrer, por vezes, a estratégias de resposta negativas, como a redução do tamanho das refeições ou a venda da assistência alimentar, o que, por sua vez, teve impacto na CCA. A combinação destes factores afectou periodicamente a segurança alimentar, como reflectido na flutuação do CCA acima.

149. Os informadores-chave referiram que os atrasos no desembolso dos fundos, os obstáculos burocráticos e a redução de efectivos afectaram a alocação de recursos. Tal como a citação seguinte indica, foi necessária adaptabilidade para gerir eficazmente os fundos em circunstâncias difíceis:

"Com muitos parceiros e doadores, os atrasos nos desembolsos por parte do Governo angolano e o não cumprimento dos acordos exigiram uma gestão financeira e orçamental mais flexível para manter a execução dentro das regras estabelecidas." - KII16FEM

150. Os dados qualitativos das discussões dos grupos de centragem corroboram as melhorias quantitativas observadas no CCA ao longo dos anos, com resultados que reflectem uma melhoria tangível das condições de vida e da segurança alimentar dos membros da comunidade envolvidos:

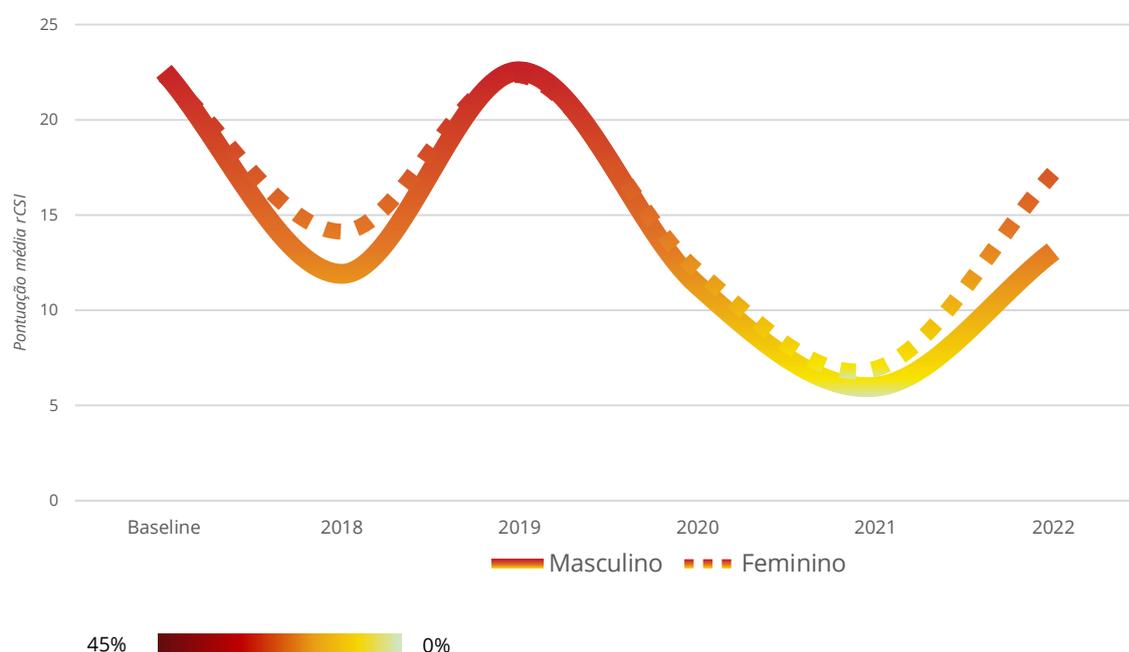
"Hoje a situação melhorou muito, temos comida e não temos fome" - FGD01MAL Dundo

"As nossas vidas melhoraram; antes passávamos muita fome, mas agora a nossa alimentação é muito melhor." - FGD01MAL Dundo

"Durante este período, nos municípios com o projecto CMAM, houve uma redução notável dos casos de desnutrição grave, indicando um controlo e gestão eficazes dos casos moderados." - KII22MAL

151. O Índice de Estratégias de Resposta Reduzida (rCSI), baseado no consumo, mede o stress das famílias devido à escassez de alimentos, utilizando estratégias de resposta durante um período de 7 dias. As estratégias incluem a utilização de alimentos mais baratos, o empréstimo de alimentos, a limitação das porções, a restrição das refeições dos adultos para as crianças e a redução das refeições.³³ Pontuações mais elevadas indicam táticas de sobrevivência mais severas. Os RACs do PAM Angola de 2019—2022 mostram uma diminuição nas pontuações do rCSI desde a linha de base até 2018, sugerindo melhores métodos de sobrevivência (ver **Error! Reference source not found.**). No entanto, as flutuações contínuas das pontuações do rCSI destacam os desafios actuais e a necessidade de acompanhamento e apoio contínuos para manter o progresso da segurança alimentar.

Figura 16: rCSI médio baseado no consumo ao longo do tempo



Fonte: PAM, *Relatórios anuais por país de Angola* [2018](#), [2019](#), [2020](#), [2021](#), [2022](#)

152. A análise também se centrou nas diferenças de género em cada ano. Em média, as famílias chefiadas por mulheres relataram pontuações rCSI mais elevadas do que as famílias chefiadas por homens, com pontuações médias de 16,7 por cento para os agregados familiares chefiados por mulheres e 15,6 para os agregados familiares chefiados por homens, indicando que as mulheres tendem a adoptar estratégias de sobrevivência mais negativas em comparação com os homens, possivelmente devido a diferentes pressões e responsabilidades socioeconómicas. As pontuações mais elevadas do rCSI entre as mulheres sugerem que os agregados familiares chefiados por mulheres podem ser mais vulneráveis e dependem mais de estratégias de sobrevivência reduzidas para gerir a escassez de alimentos.

153. Numa análise comparativa, os indicadores CCA e rCSI fornecem informações valiosas sobre a segurança alimentar em geral e as estratégias de sobrevivência dos agregados familiares em Angola, no que diz respeito à melhoria da segurança alimentar e da vulnerabilidade dos agregados familiares chefiados por mulheres. Os agregados familiares não só estão a consumir uma dieta mais diversificada e aceitável, como também estão a depender menos de estratégias de sobrevivência severas. Adicionalmente, ambos os indicadores mostram que os agregados familiares chefiados por mulheres são mais vulneráveis. As mulheres têm pontuações mais elevadas no rCSI e pontuações mais elevadas nas categorias moderada

³³ PAM (2022). *Compêndio de indicadores do PAM (2022-2025)*, p. 36.

e pobre do CCA, sugerindo que enfrentam maiores desafios de segurança alimentar. Este facto realça a necessidade de intervenções orientadas para as necessidades específicas das mulheres.

154. Geralmente, a tendência inicial para a descida das pontuações do rCSI, associada à melhoria do CCA, indicou que as intervenções do PAM estavam a contribuir positivamente para a segurança alimentar das populações visadas. Contudo, em 2022, as pontuações do rCSI regressaram a níveis próximos da linha de base. Esta inversão realça o desafio de manter melhorias a longo prazo na segurança alimentar sem um apoio sustentado. Sublinha a necessidade crítica de apoio e acompanhamento sustentados para garantir que os ganhos obtidos durante a intervenção não se percam.

155. Analisando os esforços da CMAM no Cunene, Huíla e Luanda a partir dos RACs 2017—2022 do PAM Angola, o sucesso do programa na redução da DAM é claro. No Cunene, o programa rastreou 9 por cento acima das metas, tratou 80 por cento das crianças afectadas pela DAM e teve uma taxa de cura de 100 por cento. A Huíla ultrapassou um défice de rastreio para curar 89 por cento dos casos de DAM. Luanda ultrapassou o rastreio em 97 por cento, com 84 por cento de sucesso no tratamento e uma taxa de cura de 100 por cento. Estes resultados indicam que as intervenções da CMAM reduzem a malnutrição nestas áreas.

156. A eficácia do programa é evidente em todas as províncias, com 1.084.306 beneficiários rastreados, excedendo o objectivo em 6 por cento. As taxas de cura para os alvos femininos e masculinos destacam a eficácia das intervenções da CMAM. As taxas de sucesso do tratamento e de cura reflectem uma diminuição notável da DAM entre os grupos-alvo. Nas províncias do Cunene, Huíla e Luanda, as intervenções da CMAM provaram ser eficazes no rastreio, tratamento e cura de casos de DAM, contribuindo positivamente para o bem-estar das populações visadas. As elevadas taxas de sucesso no tratamento de casos de DAM indicam a eficácia do programa na redução da prevalência da DAM nestas regiões.

157. Registaram-se melhorias nas taxas de cura das mulheres nos diferentes municípios. No Cunene, a taxa de cura das mulheres atingiu 80 por cento em Abril de 2022. Na Huíla, a taxa de cura aumentou para 89 por cento em Abril de 2022. Luanda também registou uma melhoria, com a taxa de cura das mulheres a atingir 84 por cento em Novembro de 2021. Os dados relativos aos homens não são fornecidos na íntegra, mas as tendências gerais sugerem melhorias nas taxas de cura. Estes resultados destacam a eficácia das intervenções do programa CMAM, apesar de alguns desafios na completude dos dados para os homens.

158. Os RACs destacam uma diferença consistente entre a implementação planeada e real dos programas de TBC ao longo dos cinco anos. Os dados da tabela sublinham uma diferença substancial na eficácia destes programas, com 2022 a registar o maior montante planeado de 7.402.101 USD, mas apenas 1.087.914 USD a serem transferidos. Este défice de 6.314.187 USD aponta para desafios na eficácia da execução do programa. Estas lacunas na implementação sugerem que questões logísticas, factores políticos, constrangimentos financeiros ou dificuldades programáticas impediram o desembolso atempado e eficiente dos fundos, reduzindo assim a eficácia geral das intervenções do TBC durante este período. No entanto, este défice não altera a eficácia global da assistência técnica do PAM em Angola durante o período em análise, uma vez que outros aspectos do apoio do PAM, como o fortalecimento de capacitações, a distribuição de alimentos e a melhoria das infra-estruturas, continuaram a visar positivamente as populações vulneráveis.

Realização dos principais indicadores de resultados/resultados para o fortalecimento das instituições nacionais

159. O PAM implementou várias iniciativas destinadas a fortalecer as capacitações nacionais para melhorar a segurança alimentar e a nutrição. Estes esforços faziam parte de um plano estratégico alinhado com os objectivos de desenvolvimento nacional de Angola e os ODS, em particular o ODS 2, para alcançar a segurança alimentar e uma melhor nutrição e promover a agricultura sustentável. Este capítulo avalia a eficácia destas iniciativas, centrando-se nos resultados estratégicos e alavancando os RACs do PAM de 2018 a 2022.

160. **Constatação de Eficácia 3:** As intervenções contribuíram para o fortalecimento das instituições nacionais de Angola, permitindo uma melhor implementação dos programas de segurança alimentar e nutrição. A formação e a assistência técnica permitiram melhorar o conhecimento efectivo, as

competências e a integração efectiva das políticas, em especial nos programas de alimentação escolar. Apesar de alguns desafios financeiros e logísticos, uma melhor gestão da cadeia de abastecimento e quadros políticos sólidos garantiram um progresso sustentável no sentido de uma melhor segurança alimentar e nutricional.

161. Ao longo da execução do projecto, o PAM fez progressos substanciais no fortalecimento de capacitações das instituições nacionais através de formação e AT específicas. Por exemplo, foram realizadas sessões de formação em províncias como o Cunene e o Namibe, centradas na gestão da segurança alimentar e nas normas nutricionais, fortalecendo a sua habilidade de gerir eficazmente os programas de assistência alimentar. Em 2021, 84 membros do pessoal do GdA participaram em sessões de formação centradas na criação e no reforço de grupos de trabalho provinciais de segurança alimentar, uma componente fundamental deste esforço de fortalecimento de capacitações. Através do recrutamento e formação de agentes comunitários de saúde, o programa visava recrutar e formar 500 agentes comunitários de saúde, atingindo o objectivo precisamente. 478 foram formados com êxito, atingindo 96 por cento do objectivo planeado. O objectivo de formação de funcionários de saúde, inicialmente previsto para 80 funcionários, foi revisto para 60. Destes, 51 foram formados, atingindo 85 por cento do objectivo ajustado. Os entrevistados deram exemplos do êxito dos programas de formação, salientando a importância de fortalecer a capacitação do pessoal local para trabalhar de forma independente.

"Os programas do PAM reforçaram consideravelmente as capacitações dos profissionais de saúde e dos agentes comunitários locais, melhorando a sua habilidade de gerir as intervenções nutricionais de forma autónoma. A formação e os recursos fornecidos pelo PAM equiparam as instituições locais para continuarem a gerir as questões de segurança alimentar" - KII14MAL

162. Para avaliar a eficácia da formação efectuada, foi aplicado o Modelo de Kirkpatrick. O Modelo de Kirkpatrick consiste numa análise da eficácia da formação através de quatro níveis: Reacção, Aprendizagem, Comportamento e Resultados. O impacto final da formação realizada no âmbito do projecto pode ser observado na capacitação fortalecida das instituições nacionais de Angola para gerir programas de segurança alimentar. Conforme resumido abaixo:

- **Nível 1 – Reacção.** Neste nível, a avaliação centrou-se nas reacções iniciais dos participantes à formação. Procurou compreender até que ponto a formação foi bem recebida, avaliando aspectos como o envolvimento, a relevância e a satisfação. O *feedback* das sessões de formação indicou que os participantes consideraram, em geral, os *workshops* interessantes e relevantes, particularmente os que se centraram nas normas nutricionais e nas práticas de aquisição de alimentos locais. A utilização de exemplos locais e a incorporação de elementos interactivos foram frequentemente citados como pontos altos que melhoraram a experiência de aprendizagem. O estabelecimento de 8 comités municipais intersectoriais Naamibe – Moçamedes e Tômbwa, Cuando Cubango – Cuchi e Cuito Cuanavale, Huíla – Quilengues e Chipindo, Cunene – Ombadja e Cuanhama) também aponta para um forte compromisso e uma reacção favorável à melhoria da segurança alimentar através da capacitação, mas também, um défice na realização dos *workshops* planeados, com apenas uma fracção das 72 sessões pretendidas a serem realizadas em 2021.
- **Nível 2 - Aprendizagem.** Este nível mediu a dimensão em que os participantes adquiriram conhecimento ou competências em resultado da formação. Avaliou a eficácia do conteúdo da formação e da sua realização. As avaliações pós-formação revelaram melhorias no conhecimento, particularmente em áreas como o desenvolvimento de políticas, logística de distribuição de alimentos e boas práticas nutricionais. Por exemplo, o pessoal do GdA no Cunene e no Namibe demonstrou uma melhoria acentuada na sua compreensão dos quadros de segurança alimentar e estava melhor equipada para aplicar estes conhecimentos na prática. No Programa CMAM, registou-se uma diminuição do número de mães e cuidadores que beneficiaram de sensibilização, passando de 173.728 em 2021 para 10.444 em 2022. Além disso, a formação do pessoal de saúde registou uma redução de 244 indivíduos formados em 2021 para apenas 51 em 2022.

- **Nível 3 - Comportamento.** O nível três avaliou se a formação conduziu a mudanças de comportamento, analisando especificamente a forma como os participantes aplicaram as competências e conhecimento adquiridos nos seus locais de trabalho. Os relatórios indicaram que os funcionários do GdA que receberam formação começaram a implementar medidas de segurança alimentar mais eficazes e a envolver-se de forma mais proactiva com as comunidades locais. Também se registou uma melhoria na gestão dos programas de alimentação escolar, em que os funcionários locais utilizaram novas competências para otimizar as cadeias de abastecimento alimentar e integrar a educação nutricional no currículo escolar. A iniciativa mostrou uma tendência positiva em 2022, com um total de nove sessões de formação ou *workshops* conjuntos organizados, ultrapassando o número planeado de cinco. Esta execução bem-sucedida sugere mudanças efectivas de comportamento, reflectindo uma capacitação fortalecida de análise e mapeamento de vulnerabilidades. Esta melhoria na prática real e na aplicação das competências aprendidas indica que a formação conduziu, provavelmente, a mudanças reais na forma como os desafios da segurança alimentar são abordados, demonstrando uma tradução eficaz da formação em acção.
- **Nível 4 - Resultados.** O nível final do Modelo de Kirkpatrick avaliou os resultados tangíveis da formação em objectivos organizacionais mais amplos, neste caso, os resultados estratégicos relacionados com a segurança alimentar e a melhoria da nutrição. O impacto final dos programas de formação pode ser observado na capacitação fortalecida das instituições nacionais para gerir os programas de segurança alimentar. Nomeadamente, a integração do programa de alimentação escolar nos quadros políticos nacionais, e o fortalecimento da capacitação das instituições locais para gerirem estes programas de forma independente sublinham o sucesso a este nível.

163. Os resultados positivos nos quatro níveis indicam que a formação não só melhorou os conhecimentos e as competências individuais, como também conduziu a melhorias organizacionais e estratégicas. Para fortalecer ainda mais a capacitação das instituições nacionais para implementar programas destinados a melhorar a segurança alimentar e a nutrição, o PAM incorporou com êxito a educação nutricional nas escolas. Isto incluiu o desenvolvimento de ementas escolares nutricionalmente equilibradas que incorporavam as preferências alimentares e as necessidades nutricionais locais. Além disso, foram também integradas práticas locais de aquisição de alimentos, que não só apoiaram a agricultura local, como também garantiram a frescura de alimentos e a adequação cultural dos alimentos fornecidos, impulsionando assim as economias locais. Por último, foi incorporado no programa de alimentação escolar um elemento de participação da comunidade. Isto foi feito através da promoção da participação activa da comunidade, envolvendo pais, líderes locais e outras partes interessadas no planeamento e implementação das actividades de alimentação escolar.

164. A actividade de alimentação escolar visava consolidar a integração de programas nutricionais nas escolas para melhorar os resultados escolares através de uma melhor nutrição. Os resultados do programa destaca o progresso alcançado, particularmente na educação. Embora o programa só tenha sido implementado durante o segundo semestre de 2022 (durante cerca de dois meses e meio) e tenha atingido apenas 10 por cento do objectivo, observou-se um impacto positivo nas melhorias das infra-estruturas, como a instalação de cozinhas e sistemas de água, incluindo furos no município de Humpata, que foram essenciais para permitir a execução do programa, apesar dos resultados limitados alcançados no curto período de implementação.³⁴

165. Pelo contrário, as limitações financeiras tiveram frequente impacto no âmbito e na sustentabilidade das iniciativas de alimentação escolar. Por exemplo, em 2022, apesar do planeamento para ajudar um maior número de escolas, o alcance real foi limitado pelos recursos disponíveis.³⁵ Inclusive, muitas escolas não dispunham de instalações adequadas para a preparação e armazenamento de refeições, o que colocava desafios. Esta questão foi parcialmente resolvida através da criação de soluções temporárias, como rações para levar para casa durante a pandemia e outros desenvolvimentos infra-estruturais. As provas documentais (RAC) sublinharam que a distribuição das refeições escolares nem

³⁴ Relatórios anuais do PAM para Angola, [2018](#), [2019](#), [2020](#), [2021](#), [2022](#)

³⁵ *ibid*

sempre foi equitativa, tendo algumas regiões recebido apoio menos frequente devido a desafios logísticos e ao alcance limitado dos programas, incluindo atrasos na entrega dos alimentos e custos de transporte elevados, em especial nas zonas remotas, o que afectou a execução atempada e eficaz dos programas de alimentação escolar.

166. As iniciativas de assistência técnica tinham como objectivo fortalecer as instituições nacionais e estavam fortemente alinhadas com as prioridades do governo, particularmente no que diz respeito ao aumento das competências e conhecimento do pessoal envolvido em várias intervenções. A formação de técnicos em Luanda, Cunene e Huíla para gerir o DAM nas comunidades, juntamente com o fortalecimento de capacitações em VAM e FSN, foi especificamente direccionada para abordar questões de segurança alimentar localizadas. Um resultado notável foi a formação de 353 indivíduos, ultrapassando o objectivo inicial de 100. Este resultado indica um elevado nível de compromisso e envolvimento pró-activo dos funcionários governamentais e das comunidades. No entanto, também destaca potenciais lacunas no processo de planeamento inicial, particularmente na estimativa dos níveis de envolvimento e na atribuição de recursos.

167. Os esforços do PAM apoiaram o desenvolvimento de quadros políticos sólidos que contribuem para a aplicação e expansão sistemática dos programas de segurança alimentar. Isto inclui o apoio técnico aos mecanismos de controlo e avaliação. Um dos principais avanços políticos facilitados pelo PAM é a contribuição para a Política Nacional de Alimentação Escolar e Saúde,³⁶, que tem como objectivo institucionalizar os programas de alimentação escolar em todo o país, garantindo que todas as crianças tenham acesso a refeições nutritivas. A política adopta uma abordagem holística do desenvolvimento infantil, centrando-se no fornecimento de refeições e na integração da saúde e da educação nutricional. O PAM prestou assistência técnica e apoio ao fortalecimento das capacitações aos funcionários do Governo de Angola, ajudando-os a redigir, aperfeiçoar e aplicar esta política. Isto melhorou a compreensão e a gestão dos programas de nutrição por parte do governo, alinhando-os com os objectivos mais amplos da saúde e da educação. A formulação da ENSAN II constituiu um marco, desenvolvida através de diálogos nacionais extensos e consultas públicas que envolveram mais de 930 participantes de vários sectores. Esta estratégia tem como objectivo erradicar a fome e garantir uma nutrição adequada em Angola, promovendo simultaneamente sistemas alimentares sustentáveis.

168. O apoio do PAM alargou o âmbito e o impacto dos programas de alimentação escolar. Estes programas foram melhorados, passando a incluir não só o fornecimento de refeições, mas também componentes de educação nutricional, envolvimento dos pais e da comunidade e aquisição local de alimentos. Os esforços de fortalecimento das capacitações permitiram que as escolas e as comunidades locais assumissem um papel mais activo na gestão destes programas, o que foi crucial para a sua sustentabilidade e eficácia.

169. A melhoria da gestão da cadeia de abastecimento e do apoio logístico foi fundamental para melhorar a entrega e a distribuição da assistência alimentar. O PAM prestou serviços de cadeia de abastecimento a pedido ao Governo de Angola e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para melhorar a eficiência destes sistemas, que são essenciais para a execução atempada e eficaz dos programas de nutrição. A colaboração em curso entre o PAM, o GdA e outros parceiros continua a ser fundamental para avançar estes esforços para a sustentabilidade a longo prazo e a escalabilidade das estratégias de segurança alimentar e nutrição e para alcançar uma Angola sem fome e nutricionalmente segura.

170. Apesar destes resultados positivos, foram identificados alguns desafios que sugerem áreas a melhorar. Por exemplo, as discrepâncias entre o número planeado e o número real de beneficiários em algumas intervenções, como o número de seminários sobre alimentação escolar realizados, evidenciam potenciais obstáculos na execução do programa ou na alocação de recursos. Além disso, o *feedback* dos principais informadores, incluindo os funcionários do Governo de Angola, apontaram desafios como os problemas de mobilidade dos técnicos do PAM, os atrasos no cumprimento dos objectivos devido a atrasos processuais e as dificuldades em medir o verdadeiro impacto da assistência prestada. Além disso, a

³⁶ GdA (2018) Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola (PND, 2018-2022). Disponível em: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edisp/minfin601408.pdf>

assistência técnica do PAM ao Governo de Angola defronta-se com dificuldades para obter os resultados esperados e satisfazer as aspirações do Governo de Angola devido a limitações de recursos e a interrupções no financiamento dos programas. Esta situação impede a criação de condições de sustentabilidade, incluindo a habilidade do governo de gerir autonomamente os programas de nutrição.

171. De um modo geral, embora a AT do PAM ao GdA esteja bem alinhada com as prioridades nacionais e responda efectivamente às necessidades de segurança alimentar do país, os desafios actuais exigem uma atenção contínua. O consolidação da coordenação, a resolução dos obstáculos logísticos e burocráticos e a garantia da sustentabilidade das intervenções são cruciais para manter e desenvolver os actuais êxitos. O *feedback* gerais atestam a importância da colaboração contínua e do fortalecimento das capacitações para aumentar a eficácia dos programas de AT.

172. O envolvimento do GdA foi observado durante as reuniões, indicando um forte envolvimento em várias fases do processo de desenvolvimento de políticas. No entanto, este envolvimento não se estendeu de forma consistente aos processos de aprovação de documentos de alto nível, como a finalização do ENSAN II e PNASE e o relatório de avaliação de vulnerabilidade de 2021.

Sub-questão de avaliação 3.3: Quais foram os principais factores (internos e externos) que influenciaram a realização e a não realização das intervenções do PAM e dos objectivos da AT e que desafios foram enfrentados?

173. **Constatação de Eficácia 4:** Os principais factores que influenciaram a realização e a não realização das intervenções do PAM em Angola incluíram uma combinação de desafios externos e internos. Factores externos, como as condições meteorológicas adversas, a instabilidade política, as preocupações com a segurança, a volatilidade económica e as restrições financeiras, tiveram impacto na execução e na eficácia dos programas do PAM. A nível interno, embora pontos fortes como uma equipa técnica bem formada, a adaptabilidade e a gestão eficiente dos recursos tenham contribuído para o êxito, desafios como as restrições orçamentais, a capacitação operacional limitada e os problemas de coordenação com os parceiros prejudicaram a eficácia global das intervenções.

Factores externos (por exemplo, catástrofes naturais, instabilidade política) que influenciaram a execução e os resultados das intervenções do PAM

174. Os factores externos desempenham um papel crucial na definição do contexto em que o PAM opera, afectando a implementação e os resultados dos seus programas. A análise que se segue, baseada nos RAC 2017-2022 do PAM em Angola e nas entrevistas com os entrevistados, fornece informações sobre estes factores:

175. **Desafios relacionados com o clima:** As condições climáticas, incluindo a gravidade da seca e as adversidades climáticas, foram identificadas como desafios. Estas condições afectaram a entrega e a distribuição atempadas da assistência alimentar, agravadas por problemas de transporte, também colocaram desafios logísticos que tiveram um impacto potencial no êxito global das intervenções.

176. **Políticas e estabilidade do Governo de Angola:** As políticas do Governo de Angola relacionadas com a regulamentação aduaneira, as leis da imigração e a estabilidade política geral da região onde o PAM opera surgiram como factores externos. Estes factores influenciaram o ambiente regulamentar em que o PAM operava, afectando a facilidade de acesso, a distribuição e o êxito geral das intervenções.

177. **Preocupações de segurança:** A instabilidade política em Angola, mencionada como um desafio, afectou, provavelmente, a execução segura das intervenções e restringiu o acesso a certas áreas, afectando o alcance e a eficácia dos programas do PAM.

178. **Dinâmica dos refugiados e das deslocações internas:** Foi salientada a questão das migrações forçadas, que envolvem tanto refugiados como populações deslocadas internamente. As dinâmicas sociais complexas e as deslocações das populações colocaram desafios à distribuição e ao acesso à ajuda alimentar, com impacto no êxito geral das intervenções.

179. **Volatilidade económica:** Foi identificada a volatilidade económica, incluindo flutuações nos preços dos alimentos e alterações nas condições macroeconómicas. Estes desafios económicos

provavelmente afectaram o poder de compra das populações vulneráveis, influenciando o acesso aos alimentos e os resultados nutricionais.

180. **Desafios financeiros:** Os atrasos na recepção dos financiamentos e a compromissos financeiros inconsistentes assumidos pelo Governo de Angola, enquanto doador, foram identificados como desafios externos. As limitações financeiras tiveram impacto na execução atempada dos programas, afectando potencialmente o êxito geral e a sustentabilidade das intervenções do PAM.

Factores internos (por exemplo, lacunas de capacitação, problemas de coordenação) que afectaram a realização dos objectivos

181. Os factores internos identificados nas entrevistas influenciaram os resultados das intervenções do PAM em Angola. A compreensão destas dinâmicas internas é fundamental para avaliar a eficácia dos programas. A gama de factores internos identificados baseou-se no RAC do PAM Angola 2017, que afectou cumulativamente a realização dos objectivos apresentados a seguir:

- A presença de uma equipa técnica bem formada e motivada surgiu como um factor interno positivo que contribuiu para o êxito das intervenções do PAM. Isto indica que a experiência e a dedicação da equipa influenciaram positivamente a execução e os resultados do programa. No entanto, a mobilidade dos técnicos e a prevalência de contratos precários afectaram a qualidade e a continuidade da assistência técnica do PAM ao Governo de Angola.
- A capacidade financeira do PAM influencia directamente a sua habilidade de executar os programas de forma eficaz. As limitações orçamentais podem ter afectado a escala e o âmbito das intervenções, com um impacto potencial na realização dos objectivos.

182. A capacidade operacional do PAM em termos de logística e distribuição, que é crucial para o êxito das intervenções, foi apontada como um dos principais factores que colocavam desafios à prestação eficaz de assistência. Estes factores estão reflectidos na citação seguinte, que também sublinha a importância da flexibilidade e de parcerias fortes para ultrapassar os desafios:

"As flutuações de preços são uma ocorrência regular, o que torna o orçamento e o planeamento difíceis. Por exemplo, um aumento inesperado de 100 por cento nos preços dos combustíveis durante a noite afeta drasticamente nossos custos de transporte." KII13FEM.

183. A coordenação e a comunicação internas foram identificadas como factores que afectam os resultados dos programas. A colaboração eficaz entre as equipas internas e os parceiros é essencial para uma execução otimizada. Uma coordenação ineficaz pode levar a falhas na comunicação, com potencial impacto na execução das actividades planeadas.

- A habilidade do PAM para se adaptar e ser flexível em resposta aos novos desafios foi destacada como um factor interno positivo. Esta adaptabilidade garante que os programas podem ser ajustados em função das necessidades, demonstrando um empenhamento interno em responder à evolução das necessidades e em melhorar a eficácia.
- A menção de uma capacitação institucional limitada em certos domínios sugere a existência de desafios internos que podem ter impedido a execução efectiva do programa. O fortalecimento de capacitações internas nestes domínios é fundamental para ultrapassar os obstáculos e melhorar a eficácia geral.
- A gestão eficiente dos recursos financeiros surgiu como um factor interno positivo. A capacidade de atribuir e gerir fundos de forma eficiente influenciou positivamente a execução do programa, assegurando que os recursos fossem utilizados eficazmente para atingir os objectivos.
- A ênfase na transparência e na responsabilização no âmbito das operações internas do PAM é um factor positivo. Esta dedicação numa governação responsável consolida a credibilidade e a confiança da organização, tanto a nível interno como externo.

- Embora a coordenação eficaz no seio da equipa do PAM tenha sido crucial, houveram indícios de dificuldades de coordenação com parceiros como a WVI. Estes problemas de coordenação interna podem ter afectado a eficácia geral das intervenções.

Desafios à eficácia

184. As conclusões indicam que factores como a instabilidade económica e os desafios logísticos prejudicaram ocasionalmente a eficácia dos programas. Entre eles, incluem-se as dificuldades no transporte de fornecimentos para zonas remotas, que afectaram a entrega e a distribuição atempadas da ajuda. As restrições financeiras constituíram outro desafio, uma vez que afectaram a consistência e o alcance das intervenções. As limitações orçamentais afectaram a habilidade de executar integralmente as actividades planeadas ou de alargar as iniciativas bem sucedidas a uma base de beneficiários mais ampla. Estes desafios foram recolhidos principalmente a partir das narrativas dos participantes nas entrevistas, incluindo os seguintes:

"Os desafios incluíam dificuldades logísticas, falta de pessoal e falta de recursos que afectaram os processos de implementação e monitorização. A percepção de Angola como não sendo um país de baixos rendimentos também teve impacto no nível de apoio e envolvimento." - KII08FEM

EFICIÊNCIA

Esta secção avalia a eficiência das intervenções do PAM em termos de planeamento/concepção, execução ou entrega.

2.4. Pergunta de Avaliação 4

ATÉ QUE PONTO OS PROGRAMAS E ACTIVIDADES AT IMPLEMENTADAS PELO PAM EM ANGOLA FORAM EFICIENTES NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS PRETENDIDOS E MAXIMIZAR O IMPACTO NA SEGURANÇA ALIMENTAR?

Resumo das conclusões sobre a Eficiência

Verificou-se que os esforços do PAM em Angola utilizaram eficazmente os recursos, em especial para combater a subnutrição e servir os grupos vulneráveis, apesar de desafios como a variabilidade dos custos e a oportunidade da afectação dos recursos. A prudência financeira permitiu uma gestão eficiente dos recursos, embora também tenha suscitado considerações sobre a utilização integral dos fundos disponíveis. A intervenção do PAM foi excelente na adaptação a estes desafios, garantindo uma prestação de assistência precisa e económica. A gestão financeira estratégica e a selecção exacta dos beneficiários foram cruciais para maximizar o impacto e a relação custo-eficácia.

Custo por beneficiário

O custo médio anual por beneficiário de 2017 a 2022 foi de 190,40 USD, com flutuações notáveis ao longo dos anos, particularmente durante a pandemia da COVID-19. A diminuição do custo em 2022 para 124,79 USD, mesmo com a inclusão de vários residentes, indica uma evolução para operações mais eficientes, alavancando economias de escala e abordagens integradas na comunidade. Isto sugere uma evolução da eficiência na execução do programa, adaptando-se aos choques externos e alargando as bases de beneficiários.

Custo-eficácia das intervenções no domínio da nutrição

O custo anual por indivíduo curado nas intervenções da CMAM, aproximadamente 27,62 USD, serve como indicador da eficiência das intervenções nutricionais do programa, uma vez que os custos médios de tratamento variam globalmente entre 0,44 USD e 1.344 USD por criança.³⁷ Apesar da ausência de dados de prevalência de base para a DAM, este custo reflecte uma utilização relativamente eficiente dos recursos no tratamento da malnutrição no contexto operacional. Este valor sublinha os esforços concentrados do programa na realização eficiente de intervenções nutricionais específicas.

Fundos afectados à definição de objectivos

Com 48,7 por cento dos fundos dedicados à orientação para os beneficiários e uma eficácia média ponderada de 82,3 por cento, o PAM demonstra uma orientação estratégica e uma elevada eficiência na identificação e na chegada às populações mais vulneráveis. Este facto realça a precisão e a adaptabilidade do programa em resposta a necessidades dinâmicas, em especial durante desafios globais como a pandemia de COVID-19.

Comparação de diferentes intervenções

A relação custo-eficácia de várias intervenções revela eficiências diversas:

- Resposta a crises e causas profundas: Demonstra uma utilização prioritária e eficaz dos fundos para actividades directas do programa, melhorando a prestação de serviços.
- Resultados estratégicos: Os diferentes valores do custo por beneficiário reflectem a natureza diversificada das intervenções, desde a resposta directa a crises até ao fortalecimento de capacitações e serviços especializados, cada um com o seu próprio conjunto de indicadores de eficiência.

Custos administrativos e operacionais

A redução dos custos administrativos e operacionais de 7,3 por cento para 5,2 por cento entre os períodos de 2018—2019 e 2020—2022 indica uma melhoria da eficiência operacional. Esta mudança sugere uma alocação mais eficaz dos fundos para a execução do programa, melhorando a eficiência geral do programa.

Visar a eficiência e a oportunidade da afectação de recursos

O programa demonstrou adaptabilidade na selecção de grupos alvos, com métodos específicos para a assistência aos refugiados, a CMAM e os programas de resposta à seca. No entanto, a variabilidade na eficácia da selecção dos alvos e na oportunidade da alocação e do desembolso dos recursos nos diferentes anos e intervenções aponta para áreas a melhorar. A agilização dos processos e o reforço do planeamento dos programas poderiam melhorar ainda mais a eficiência.

Sub-questão de avaliação 4.1: Que lições podem ser retiradas no que respeita à relação custo-benefício e à relação custo-eficácia das intervenções no domínio da segurança alimentar, incluindo a selecção dos beneficiários e a prestação de assistência técnica ao Governo de Angola?

186. **Utilização eficaz dos recursos e gestão financeira:** As intervenções do PAM demonstraram a importância de uma utilização eficiente dos recursos e de uma gestão financeira estratégica. Embora as intervenções tenham consistentemente alcançado os resultados planeados dentro do orçamento, a subutilização das verbas suscitou preocupações quanto ao planeamento financeiro e à capacidade de

³⁷ Njuguna RG, Berkley JA e Jemutai J. Análise dos custos e da relação custo-eficácia do tratamento da subnutrição infantil em países de baixo e médio rendimento: Uma revisão sistemática [versão 2; revisão por pares: 2 aprovados]. Wellcome Open Res 2020, 5:62

absorção. Os resultados de 2018 a 2022 indicam um orçamento total de 61.882.488 USD e despesas efectivas no valor de 51.742.429 USD, resultando num saldo remanescente de 27.981.637 USD. Embora esta subutilização possa sugerir um elevado nível de prudência financeira, também suscita preocupações quanto à capacidade de absorção do programa. Um saldo não gasto tão substancial poderia indicar potenciais lacunas na execução do programa ou uma oportunidade para responder melhor às necessidades não satisfeitas. Por conseguinte, embora a gestão financeira pareça eficaz em termos de cumprimento das restrições orçamentais, as implicações para a eficácia do programa e a utilização dos recursos justificam uma análise mais aprofundada para garantir que os recursos financeiros estão perfeitamente alinhados com os objectivos programáticos.

187. **Custo por beneficiário e planos de contingência:** O custo anual por beneficiário flutuou entre 2017 e 2022, em especial durante a pandemia de COVID-19, evidenciando o impacto de factores externos, como as perturbações na cadeia de abastecimento e o aumento dos preços dos alimentos, nos custos do programa. A redução do custo anual por beneficiário em 2022 para 124,79 USD, apesar de um aumento do número de beneficiários (de 6.698 em 2020 para 72.967 em 2022), indica melhorias na eficiência operacional, salientando a necessidade de um planeamento de contingência para fazer face a eventos inesperados e para garantir que os orçamentos se mantêm adaptáveis às necessidades variáveis.

188. **Estratégias de selecção dos beneficiários:** A selecção precisa das populações mais vulneráveis é crucial para maximizar o impacto das intervenções. De 2020 a 2022, quase metade dos fundos (48,72 por cento) foram afectados a estratégias de orientação precisas no âmbito das áreas de incidência "resposta a crises" e "causas de origem". Demonstra também a importância dos investimentos estratégicos na definição de objectivos, para garantir que os recursos são utilizados onde são mais necessários.

Desafios à eficácia

189. A eficiência da execução do programa enfrentou desafios logísticos, incluindo interrupções nas cadeias de abastecimento e dificuldades de transporte e armazenamento de produtos alimentares e não alimentares, especialmente em áreas remotas ou em situações em que ocorreram mudanças inesperadas no contexto ou nas necessidades dos beneficiários. Estas questões sublinham a necessidade de estratégias de adaptação que permitam ajustar em tempo real a logística e a afectação de recursos quando ocorrem mudanças inesperadas.

"A implementação de um sistema de cupões ou cartões de racionamento de alimentos foi sugerida como uma forma de melhorar a eficiência e a satisfação dos beneficiários, permitindo-lhes escolher os alimentos de acordo com as suas necessidades." - FGD01MAL Dundo

SUSTENTABILIDADE E ESCALABILIDADE

190. Esta secção aborda a sustentabilidade e a habilidade de expansão das intervenções do PAM. Examina se é provável que os benefícios dos programas se mantenham após o fim do apoio do PAM e em que medida as intervenções podem ser ampliadas ou reproduzidas noutros contextos. A análise tem em conta o fortalecimento de capacitações das instituições locais, a participação dos intervenientes comunitários e a integração das actividades do PAM nos sistemas nacionais.

2.5. Pergunta de Avaliação 5

EM QUE MEDIDA OS PROGRAMAS E ACTIVIDADES AT IMPLEMENTADAS PELO PAM EM ANGOLA SÃO SUSTENTÁVEIS E ESCALÁVEIS, GARANTINDO IMPACTOS A LONGO PRAZO NA SEGURANÇA ALIMENTAR PARA ALÉM DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO?

Resumo das Constatções sobre Sustentabilidade e Escalabilidade

Os programas de assistência técnica e de refugiados do PAM em Angola demonstram potencial para a sustentabilidade a longo prazo através de parcerias sólidas com organizações internacionais e locais e do envolvimento contínuo das partes interessadas locais. No entanto, enfrentam desafios como a diminuição da qualidade da assistência alimentar, dificuldades no apoio pós-programa e a falta de aprovação do Governo de Angola (GdA) para as principais estratégias. Estas questões, juntamente com a capacidade limitada de sensibilização e a instabilidade financeira, sublinham a necessidade de uma maior integração e alocação de recursos por parte do GdA. O diálogo em curso e os esforços de alinhamento com as políticas nacionais são cruciais, mas os atrasos na ratificação das políticas e a insuficiente definição de prioridades no quadro do PAM constituem obstáculos ao êxito sustentável.

Sustentabilidade dos benefícios pós-intervenção

- A sustentabilidade dos programas de assistência técnica e de refugiados do PAM em Angola revela potencial graças a parcerias sólidas, ao envolvimento das partes interessadas locais e à colaboração do Governo de Angola. No entanto, enfrenta desafios como a redução da qualidade da assistência alimentar, as dificuldades de apoio pós-programa, a falta de aprovação do GdA para as principais estratégias, a advocacia limitada e a instabilidade financeira. Estes desafios sublinham a necessidade de uma melhor integração, alocação de recursos e parcerias sólidas.
- O apoio do PAM em Angola melhorou a capacitação das instituições nacionais e locais através do desenvolvimento efectivo de competências, da promoção da governação local e do envolvimento da comunidade, embora subsistam desafios como a elevada rotação de pessoal, o financiamento esporádico e a necessidade de apoio contínuo.

Sub-questão de avaliação 5.1: Em que medida os benefícios dos programas de assistência técnica do PAM e dos programas para os refugiados são sustentáveis e susceptíveis de continuar após a cessação das intervenções do PAM?

191. **Constatação de Sustentabilidade/Escalabilidade 1:** A sustentabilidade dos programas de assistência técnica e de refugiados do PAM em Angola enfrenta vários desafios, mas também revela potencial para um impacto a longo prazo. Entre as medidas positivas contam-se as parcerias sólidas com organizações internacionais e locais, o envolvimento contínuo das partes interessadas locais e os esforços de colaboração com o Governo de Angola, que contribuem para uma base sólida de sustentação dos benefícios. No entanto, persistem desafios, como a redução da qualidade da assistência alimentar, as dificuldades em manter o apoio pós-programa, a falta de aprovação do Governo de Angola para as principais estratégias, a advocacia limitada e a instabilidade financeira. Estes desafios sublinham a necessidade de uma melhor integração do Governo de Angola, da alocação de recursos financeiros e de parcerias sólidas para garantir a continuação dos benefícios, mesmo após a cessação das intervenções do PAM.

Passos positivos em direcção à sustentabilidade

192. A assistência sustentada de parceiros internacionais como a UNICEF, WVI, FRESAN e outros, especialmente nas regiões afectadas pela seca, exemplifica uma base sólida para um apoio contínuo. Estas parcerias são fundamentais para manter o fluxo de recursos e competências necessários para a continuação das intervenções no domínio da segurança alimentar e da nutrição. Além disso, o envolvimento e o *feedback* das partes interessadas locais, incluindo os esforços para manter os subsídios para os agentes comunitários, mostra um compromisso de integrar as necessidades e perspectivas da comunidade local no quadro do programa. Este envolvimento local é crucial para a adaptabilidade e a pertinência das intervenções, garantindo que são adaptadas às necessidades específicas das comunidades

que servem. Por último, apesar dos atrasos e dos desafios na aprovação das principais estratégias, os diálogos em curso e os esforços de colaboração com o Governo de Angola indicam uma evolução para um melhor alinhamento com as políticas e os quadros nacionais. Estes esforços de colaboração são essenciais para integrar as intervenções do PAM na agenda do Governo de Angola e garantir o apoio e o reconhecimento do Governo de Angola.

"O apoio do PAM foi coordenado com o Governo angolano e outras organizações, incluindo o ACNUR e instituições religiosas, assegurando uma abordagem coerente e alinhada com os princípios humanitários."

- FGD01MAL Dundo

"O Governo de Angola defendeu junto do PAM o pedido de apoio aos refugiados, o que demonstra uma boa coordenação entre as estratégias governamentais e as iniciativas do PAM para satisfazer as necessidades de segurança alimentar."

- FGD01MAL Dundo

Desafios à Sustentabilidade

193. As questões de sustentabilidade emergiram da análise, particularmente no que diz respeito à notável diminuição de 20 por cento na quantidade e no valor nutricional das distribuições de alimentos, com impacto na saúde alimentar dos beneficiários. A partir do início de 2022, a cessação das actividades da CMAM e as dificuldades com as capacidades do sistema de saúde exacerbam estas questões, agravadas pela escassez de suplementos nutricionais registada em regiões como a Huíla e o Cunene em Janeiro de 2024. Além disso, as reduções nos relatórios de desnutrição realçam ainda mais as lacunas no apoio nutricional sustentado, apesar da assistência contínua de parceiros como a UNICEF, a WVI, a FRESAN e o BM. O *feedback* qualitativo das partes interessadas locais enfatizou a dificuldade em continuar o apoio aos agregados familiares e às crianças após o programa, particularmente na manutenção dos subsídios para os agentes comunitários, que são cruciais para a continuação das actividades de saúde e nutrição baseadas na comunidade.

194. A notável falta de aprovação pelo GdA das principais estratégias desenvolvidas através da AT do PAM, como a ENSAN II e o PNASE, influenciada por um contexto político delicado e por mudanças no GdA, constitui um dos maiores obstáculos à institucionalização e sustentabilidade destas intervenções. Na mesma linha, a advocacia limitada de alto nível e o atraso na ratificação pelo GdA das principais estratégias sugerem desafios na apropriação e envolvimento nacionais, que são críticos para a sustentabilidade a longo prazo dos programas. As declarações dos principais informadores sublinham os desafios nos esforços de sensibilização local, afectados tanto pela falta de prioridade para Angola no PAM ao nível do Gabinete Regional (BR) e da Sede (HQ) como pelas limitações na atribuição de recursos financeiros.

"A limitada sensibilização de alto nível e o atraso na ratificação das principais estratégias por parte do GdA sugerem a existência de desafios a nível da apropriação e do envolvimento nacionais, fundamentais para a sustentabilidade a longo prazo dos programas." - KII10FEM

"A ausência de definição de prioridades para Angola coloca desafios a nível local nos esforços de sensibilização, afectando tanto a assistência técnica como a atribuição de recursos financeiros." - KII10FEM

195. A ausência de rubricas orçamentais designadas para as actividades do PAM no orçamento nacional e nos planos de desenvolvimento compromete a sustentabilidade dos esforços do PAM, reflectindo os desafios em termos de garantia de recursos específicos e de responsabilização pelos resultados do apoio do PAM. Adicionalmente, os RAC do PAM (2017-2022) indicam que as parcerias durante este período tiveram fases de execução curtas e foram afectadas por cortes orçamentais e atrasos nos desembolsos. Estes factores criam desafios ao desenvolvimento de programas impactantes e duradouros e ao estabelecimento de colaborações resilientes necessárias para soluções sustentadas de segurança alimentar e nutrição.

Sub-questão de avaliação 5.2: Em que medida o apoio do PAM fortaleceu as capacitações das instituições governamentais nacionais e locais, das comunidades e de outros parceiros?

196. Os esforços do PAM no fortalecimento de capacitações para as instituições governamentais nacionais e locais, comunidades e parceiros em Angola foram avaliados através da análise de iniciativas de formação, colaborações e envolvimento da comunidade. As principais constatações sublinham a eficácia destas iniciativas, identificando ao mesmo tempo as necessidades futuras de fortalecimento de capacitações.

197. **Constatação de Sustentabilidade/Escalabilidade 2:** O apoio do PAM em Angola fortaleceu a capacitação das instituições governamentais nacionais e locais, das comunidades e de outros parceiros. O desenvolvimento efectivo de competências é evidente na formação de 335 técnicos em análise de segurança alimentar, utilizando o protocolo IPC, e no desenvolvimento profissional de técnicos de saúde em logística e gestão de *stocks*. A promoção da governação local através da criação de conselhos provinciais e municipais de segurança alimentar e nutricional fomentou a apropriação local e a capacidade de resposta às necessidades específicas da comunidade. As iniciativas de envolvimento da comunidade, como a formação de agentes comunitários em matéria de rastreio da desnutrição e de práticas sanitárias, fortalecendo as capacitações a nível das bases e garantiram a sustentabilidade das intervenções. No entanto, desafios como a elevada rotação de pessoal, o financiamento esporádico e a necessidade de apoio contínuo destacam áreas que requerem mais atenção para manter e expandir estes benefícios de fortalecimento de capacitações.

198. Cerca de 40.000 pessoas receberam aconselhamento sobre a detecção precoce de sinais de malnutrição, alimentação complementar adequada e práticas preventivas de saúde e higiene. A formação de 33 técnicos de saúde em logística e gestão de *stocks* nas unidades sanitárias também destaca os esforços para sustentar as melhorias na eficiência da cadeia de abastecimento. O PAM também facilitou a formação de 221 técnicos para a criação de conselhos provinciais e municipais de segurança alimentar e nutricional. A iniciativa de formar técnicos para estruturas de governação descentralizadas apoia os objectivos mais amplos de descentralização de Angola, promovendo a apropriação local e melhorando a habilidade de resposta das intervenções às necessidades específicas da comunidade. Esta focalização estratégica na governação local foi um passo crucial para a sustentabilidade dos esforços de segurança alimentar.

199. A formação de agentes comunitários e a focalização no envolvimento da comunidade através de vários programas educativos fortaleceram a capacitação a nível das bases para combater a malnutrição e melhorar as práticas de saúde. A ênfase no envolvimento da comunidade é realçada pela formação de agentes comunitários no rastreio da DAM e pela preparação de um pequeno grupo de 12 formadores para as avaliações de segurança alimentar e nutrição. Estes esforços foram passos vitais para a sustentabilidade, alargando conhecimento essencial ao nível da comunidade e promovendo um grupo de educadores. Esta abordagem não só promove benefícios imediatos para a saúde, como também assegura a longevidade desses benefícios através de iniciativas lideradas pela comunidade.

200. Apesar destes êxitos, há vários desafios que ameaçam a sustentabilidade a longo prazo das iniciativas de fortalecimento das capacitações. A elevada rotação do pessoal do PAM, os financiamentos esporádicos e a brevidade das actividades de AT impediram a plena internalização das competências e a dinâmica contínua do programa. Estes desafios sublinham a necessidade de mecanismos de apoio mais estáveis e prolongados. A eficácia dos esforços de fortalecimento das capacitações depende da necessidade de formação e apoio contínuos. Os funcionários do GdA e os líderes comunitários expressaram preocupações sobre a sustentabilidade das melhorias, indicando que, sem formação e reforço contínuos, os avanços podem não ser mantidos, como ilustra a citação seguinte:

"O nosso trabalho de recolha de dados, por mais não aprovado que seja, demonstra um conhecimento adquirido, mas não estamos num ponto em que possa ser considerado sustentável. A formação contínua é essencial." - KII25MAL

201. Embora seja evidente que se registaram progressos no desenvolvimento de políticas e no fortalecimento das capacitações, a transferência completa destes processos para o governo ainda não foi concretizada. O PAM continua a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento das políticas e no fortalecimento das capacitações e, uma vez que as políticas relevantes não foram formalizadas, o envolvimento contínuo do PAM é considerado crucial para orientar os esforços no sentido de uma integração bem sucedida das políticas e manter a dinâmica do desenvolvimento das capacidades nas estruturas governamentais, em conformidade com as prioridades nacionais e as normas internacionais.

Sub-questão de avaliação 5.3: Que lições podem ser retiradas da implementação da resposta aos refugiados, da CMAM e das intervenções de assistência técnica para aumentar ou reproduzir as intervenções de modo a atingir um maior número de beneficiários no contexto de Angola e noutros locais?

202. As intervenções do PAM em Angola oferecem lições valiosas para futuros projectos humanitários e de desenvolvimento. Uma vez que estes programas têm por objectivo aliviar a insegurança alimentar e reforçar as capacitações locais, a análise da sua execução e dos seus resultados fornece informações essenciais sobre a forma como intervenções semelhantes podem ser alargadas ou reproduzidas de forma eficaz. Esta análise esclarece os êxitos e os desafios enfrentados pelo PAM em Angola, salientando simultaneamente os elementos estratégicos essenciais para garantir a sustentabilidade e uma maior aplicabilidade e expansão de tais programas noutras regiões que enfrentam desafios semelhantes.

203. **Constatação de Sustentabilidade/Escalabilidade 3:** A implementação pelo PAM da resposta aos refugiados, da CMAM e das intervenções de AT em Angola realça a importância de parcerias sólidas, do fortalecimento das capacitações locais e da adaptabilidade na implementação do programa, que são cruciais para aumentar a escala e garantir a sustentabilidade. O envolvimento efectivo da comunidade, o alinhamento com as políticas nacionais e as práticas consistentes de acompanhamento e avaliação melhoraram o impacto e a aceitação do programa.

204. As intervenções eficazes dependem em grande medida de parcerias sólidas com organismos locais e internacionais. Em Angola, a colaboração do PAM com a UNICEF, a WWI e outras entidades tem sido fundamental para manter a execução do programa no meio dos desafios. A solidificação de parcerias que trazem competências técnicas e recursos financeiros é crucial para a expansão. Estas parcerias foram cruciais para reunir recursos e competências especializados e para colmatar as lacunas entre as diferentes áreas operacionais. A assistência sustentada destes parceiros, em especial nas regiões afectadas por desafios climáticos, foi essencial para manter a prestação de serviços quando o PAM enfrentou obstáculos operacionais, como a escassez de financiamento ou problemas logísticos. As parcerias eficazes forneceram recursos financeiros e materiais e reforçaram a credibilidade do programa e a aceitação pela comunidade.

"A colaboração com a UNICEF, a World Vision International e outros parceiros foi vital para garantir a continuidade da execução do programa, mesmo perante a escassez de financiamento e os desafios logísticos." - KII22MAL

205. A ênfase no fortalecimento das capacitações locais, nomeadamente através da formação de funcionários do Governo de Angola e de trabalhadores comunitários em domínios como a análise da segurança alimentar e o tratamento da subnutrição, foi essencial. Estes esforços de fortalecimento das capacitações contribuíram para a sustentabilidade e a capacitação das partes interessadas locais para gerir e adaptar as intervenções de acordo com a evolução das necessidades.

"A formação dada aos profissionais de saúde locais e aos agentes comunitários melhorou a sua capacidade de gerir as intervenções nutricionais de forma independente." - KII12MAL

206. **Constatação de Sustentabilidade/Escalabilidade 4:** As intervenções do PAM em Angola, nomeadamente em áreas como o programa de alimentação escolar e o CMAM, demonstraram potencial de escalabilidade. A utilização de agentes comunitários e de parcerias com organizações locais e internacionais tem sido eficaz para chegar a populações remotas e vulneráveis. No entanto, a escalabilidade destas intervenções é posta em causa pela dependência de financiamento externo e pela integração incompleta destas iniciativas nos sistemas nacionais. Além disso, embora o fortalecimento da capacitação do pessoal local tenha sido bem sucedido, continua a ser necessário um apoio sustentado para garantir a sustentabilidade a longo prazo destes programas.

207. A capacidade de adaptação às condições e desafios locais é vital para o êxito de qualquer intervenção. Em Angola, o PAM deu provas de flexibilidade, ajustando os âmbitos dos programas em resposta à variabilidade do financiamento, aos desafios logísticos e à evolução das necessidades dos beneficiários. A adaptabilidade foi observada na forma como o PAM conseguiu recalibrar a afectação de recursos e a focalização do programa em resposta à flutuação dos níveis de financiamento e aos desafios logísticos. Além disso, o envolvimento da comunidade a todos os níveis da intervenção promoveu a transparência e a confiança, e aumentou a eficácia. A formação de agentes comunitários e o fortalecimento das capacitações de governação local incentivaram a apropriação pela comunidade, o que foi fundamental para o êxito a longo prazo. Esta flexibilidade e o envolvimento da comunidade permitiram a continuação de serviços cruciais apesar de contratempos inesperados. Os programas futuros devem incorporar quadros adaptáveis que permitam ajustamentos com base nas realidades do campo.

"O envolvimento da comunidade, através da formação de agentes comunitários e do reforço das capacitações de governação local, incentivou a apropriação local e foi fundamental para o êxito a longo prazo das intervenções." - KII05FEM

208. Garantir a adesão do GdA e assegurar que as intervenções se alinham com as políticas nacionais é imperativo para aumentar os esforços. Os atrasos na ratificação das políticas e a falta de priorização do GdA afectaram a sustentabilidade dos programas implementados pelo PAM Angola. A advocacia contínua e o alinhamento com os planos de desenvolvimento nacional melhoram a integração e a aceitação dos programas. O ritmo lento das aprovações do GdA e a necessidade de alinhamento das políticas constituíram obstáculos importantes à institucionalização das iniciativas do PAM. No entanto, são ainda necessários esforços contínuos de sensibilização para institucionalizar as actividades implementadas pelo PAM.

"Os atrasos na ratificação pelo GdA das principais estratégias tiveram impacto na sustentabilidade dos programas. É necessária uma sensibilização contínua para alinhar as intervenções com os planos de desenvolvimento nacional." - KII12MAL

209. A dependência registada em relação a técnicos permanentes sugere que a integração de novas práticas nos sistemas locais é incompleta. Os sectores locais ainda não assimilaram totalmente as novas competências introduzidas pelo PAM, o que indica uma lacuna entre a transferência de conhecimento e a aplicação prática. Embora o recurso a técnicos permanentes tenha sido crucial, a transição para um modelo auto-sustentável deve ser efectuada com determinação. A incorporação de novas competências no tecido das instituições locais é essencial para garantir a sua longevidade e relevância numa era pós-assistência.

210. O *feedback* dos funcionários do Governo de Angola e dos parceiros locais fornecem informações essenciais sobre o estado das actividades de assistência técnica. Procurar obter reacções das partes interessadas locais, incluindo os funcionários do Governo de Angola e os parceiros locais, é uma componente vital da avaliação e do aperfeiçoamento dos programas humanitários e de desenvolvimento. Esta prática não só reforça a transparência e a responsabilidade da intervenção, como também aumenta a sua relevância e eficácia, alinhando-a mais estreitamente com as necessidades e expectativas daqueles que pretende servir.

IMPACTO

Esta última pergunta avalia o impacto geral das intervenções do PAM nas populações-alvo, em especial nos grupos mais vulneráveis e marginalizados. Examina as alterações a longo prazo provocadas pelos programas em termos de segurança alimentar, nutrição e condições socioeconómicas. A análise de impacto analisa também os resultados específicos por género e os efeitos mais gerais nas instituições públicas e privadas envolvidas na segurança alimentar e no apoio à nutrição.

2.6. Pergunta de Avaliação 6

QUAL FOI O IMPACTO GLOBAL DOS PROGRAMAS E ACTIVIDADES AT IMPLEMENTADAS PELO PAM EM ANGOLA SOBRE OS RESULTADOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR, OS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA E O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO-ALVO?

Resumo das Constatções sobre o Impacto

O apoio técnico do PAM a Angola teve impacto nas instituições públicas e privadas, registando progressos substanciais em matéria de nutrição, alimentação escolar e VAM. Esta assistência fortaleceu capacitações dos intervenientes para enfrentar os desafios da segurança alimentar e da nutrição. Ainda assim, há margem para melhorias na obtenção da paridade de género na participação e na abordagem de questões específicas de género para garantir resultados inclusivos e equitativos.

CMAM

- **Impacto da formação:** A iniciativa CMAM formou 295 técnicos em Luanda, Cunene e Huíla para abordar a DAM na comunidade, fortalecendo capacitações do sistema de saúde para responder aos desafios nutricionais durante a pandemia da COVID-19.
- **Resultados específicos por género:** Mesmo sem dados específicos desagregados por género para a formação CMAM, a ênfase nos profissionais de saúde comunitários e nos prestadores de cuidados significa provavelmente o envolvimento das mulheres, que muitas vezes ocupam papéis centrais nos cuidados de saúde e nos cuidados familiares.
- **Alcance dos beneficiários:** O programa CMAM demonstrou impacto na redução da DAM entre as crianças nas províncias visadas, rastreando um total de 1.084.306 beneficiários. No Cunene, Huíla e Luanda, os esforços de rastreio exaustivo levaram a elevadas taxas de cura, variando entre 80 e 89 por cento entre as crianças diagnosticadas. Especificamente, no Cunene, 5.815 crianças foram diagnosticadas com DAM, com uma taxa de cura de 80 por cento. Em geral, das 47.613 crianças menores de 5 anos com desnutrição, 40.771 foram tratadas, sendo 50 por cento raparigas, e aproximadamente 84 por cento destas crianças foram curadas durante o período de tratamento.

Programa de Alimentação Escolar

- **Formação de políticas e de comités:** As iniciativas de AT levaram à formação de um Comité Interministerial e à elaboração de políticas e directrizes para a alimentação escolar, envolvendo 53 participantes a nível nacional. Isto reflecte um movimento estratégico para incorporar a alimentação escolar nos quadros nacionais de educação e nutrição, com o objectivo de melhorar a nutrição infantil e os resultados educacionais.
- **Considerações de género:** A concepção do programa de alimentação escolar apoia intrinsecamente a igualdade entre os sexos, fornecendo refeições nutritivas a todas as

crianças em idade escolar, o que ajuda a nivelar as oportunidades educativas e pode melhorar significativamente a frequência e o desempenho escolar das raparigas.

- **Envolvimento dos ministérios:** O envolvimento de vários ministérios no Comité Multisectorial para a alimentação escolar reflecte uma abordagem holística da nutrição infantil, apoiando as economias locais através do desenvolvimento de planos locais de alimentação baseados em produtos e estabelecendo um quadro jurídico para uma implementação sustentada.

VAM

- **Fortalecimento das capacitações:** A iniciativa VAM formou 287 funcionários do GdA e parceiros nacionais, melhorando a sua capacidade de analisar e tomar decisões sobre segurança alimentar. Isto incluiu 252 membros formados em avaliação, análise e elaboração de relatórios, mais 93 enumeradores. O objectivo era fornecer ferramentas precisas para a monitorização da segurança alimentar.
- **Distribuição por género:** A participação de 70 por cento de homens e 30 por cento de mulheres entre os funcionários e parceiros mostra que existe uma clara diferença de género. Esta discrepância sublinha a necessidade de esforços contínuos para alcançar um melhor equilíbrio entre os géneros na formação técnica e no desenvolvimento de competências, garantindo que as mulheres têm representação igual e podem oferecer os seus conhecimentos na análise e planeamento da segurança alimentar.

Impacto nas Instituições Públicas e Privadas

- A assistência técnica do PAM ao Governo de Angola conduziu a uma transferência substancial de conhecimentos e ao fortalecimento de capacitações nos sectores público, privado e da sociedade civil. Ao dar formação a técnicos, profissionais de saúde e funcionários do Governo de Angola, o PAM fortaleceu as capacitações institucionais para fazer face aos desafios da segurança alimentar e da nutrição de forma mais eficaz. Além disso, o seu papel no desenvolvimento de políticas e na formação de comités estabelece uma base para intervenções sustentáveis e alinhadas a nível nacional.

Impactos Específicos do Género

- Os dados explícitos sobre os impactos da AT do PAM ao GdA em termos de género podem ser escassos, mas a incorporação das mulheres na formação e na tomada de decisões, especialmente nos programas CMAM e VAM, é fundamental para promover a igualdade de géneros. Continua a ser vital elevar persistentemente o envolvimento das mulheres em todas as fases do programa—planeamento, execução e avaliação—para garantir que as intervenções satisfazem eficazmente as necessidades de toda a comunidade.

Apoio aos Refugiados

- **Tendências do consumo alimentar:** O programa registou flutuações nas pontuações do consumo alimentar, atingindo um pico de 79 por cento em Maio de 2020. No entanto, os agregados familiares chefiados por homens (52 por cento) diferiram notavelmente dos chefiados por mulheres (71 por cento), revelando impactos específicos de género nos resultados da segurança alimentar entre os refugiados.
- **Redução do valor nutritivo:** Uma redução de 25 por cento na quantidade e na qualidade nutricional das rações poderia afectar a dieta e a segurança alimentar dos refugiados, realçando as dificuldades em manter a assistência nutricional em ambientes de refugiados.

Impactos Não Intencionais

- **Positivo:** As iniciativas do PAM em Angola tiveram um impacto positivo na igualdade entre os sexos, aumentando o poder de decisão das mulheres sobre questões relacionadas com a alimentação de 18 por cento para 42 por cento e aumentando a sua participação nas sessões de formação da CMAM de 48,1 por cento para 55,3 por cento, em conformidade com o Critério 3c do Plano de Acção do Sistema das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (UN-SWAP)³⁸.
- **Negativo:** No entanto, os efeitos negativos não intencionais incluem a persistência de disparidades de género nos resultados do consumo alimentar, com os agregados familiares chefiados por homens a beneficiarem mais, e a sub-representação das mulheres em funções de coordenação, o que coloca desafios à tomada de decisões inclusivas. Além disso, o fim de programas como o CMAM levou a uma redução da capacidade do sistema de saúde, sublinhando a necessidade de apoio sustentado para manter os ganhos nutricionais.

Sub-questão de avaliação 6.1: Que diferença fizeram os programas, no âmbito das áreas temáticas de segurança alimentar (refugiados, CMAM e alimentação escolar), nos beneficiários visados, incluindo especificamente os grupos mais vulneráveis e marginalizados e os seus agregados familiares? Como é que os programas alteraram as suas vidas e meios de subsistência? Houve algum impacto específico em termos de género?

212. Constatação de Impacto 1: As intervenções do PAM em Angola, centradas no apoio aos refugiados, na CMAM e na alimentação escolar, tiveram impacto nas vidas e nos meios de subsistência dos beneficiários visados, em especial dos grupos mais vulneráveis e marginalizados. Os programas de apoio aos refugiados melhoraram a segurança alimentar, evidenciada por um maior CCA durante as fases de intervenção intensiva, embora persistam disparidades entre os agregados familiares chefiados por homens e os chefiados por mulheres. As intervenções do CMAM atingiram taxas de cura elevadas, melhorando os resultados de saúde entre as crianças subnutridas. Verificou-se anteriormente que os programas de alimentação escolar do PAM em Angola constituíam um incentivo para os alunos e os pais aumentarem a assiduidade e melhorarem o desempenho nas escolas primárias, especialmente no caso das raparigas.³⁹ As narrativas dos participantes sublinharam os benefícios a longo prazo da alimentação escolar (tanto refeições quentes como rações para levar para casa), não só para os alunos e as suas famílias, mas também para as comunidades, bem como para apoiar as economias locais e a produção agrícola, salientando o potencial destas iniciativas, apesar da sua actual pequena escala de implementação. Além disso, os esforços do PAM aumentaram o poder de decisão das mulheres no seio dos agregados familiares, promovendo a igualdade entre os géneros, embora as disparidades de consumo específicas entre os géneros evidenciem áreas que necessitam de ser melhoradas.

213. O CCA entre os agregados familiares de refugiados fornece uma medida quantitativa da diversidade alimentar e da qualidade nutricional. Embora tenha havido períodos de elevadas pontuações de consumo alimentar aceitável (79 por cento em Maio de 2020), os dados também destacam disparidades persistentes, especialmente entre agregados familiares chefiados por homens e agregados familiares

³⁸ Critério 3ci: Os resultados programáticos em matéria de igualdade de género e empoderamento das mulheres são cumpridos, e Critério 3cii: As iniciativas programáticas incluem consistentemente resultados transformadores em matéria de igualdade de género e empoderamento das mulheres.

³⁹ IRIN. 'Angola: A alimentação escolar é um incentivo para alunos e pais'. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/angola/angola-school-feeding-incentive-pupils-and-parents>

chefiados por mulheres, indicando diferentes níveis de acesso à segurança alimentar. Os períodos com maior CCA alinham-se com as fases de intervenção intensiva do PAM, o que sugere uma eficácia directa do programa. A correlação directa entre os períodos de intervenção activa do PAM e o pico do CCA implica que as distribuições de alimentos do programa foram atempadas e satisfizeram as necessidades nutricionais, aumentando assim temporariamente a segurança alimentar dos refugiados.

"Os programas do PAM ajudaram a melhorar a saúde das crianças bem nutridas e a fornecer uma base alimentar às famílias de refugiados." - FGD01MAL Dundo

214. As elevadas taxas de cura dos programas da CMAM em regiões como o Cunene e a Huíla indicam taxas de recuperação substanciais entre os indivíduos tratados. Os relatórios mostram uma taxa de cura de 80 por cento no Cunene e uma taxa de cura de 89 por cento na Huíla, demonstrando o sucesso do programa. Estas elevadas taxas de recuperação validam a eficácia das intervenções nutricionais específicas fornecidas pela CMAM. O sucesso aqui pode ser correlacionado com os protocolos de tratamento bem implementados e a afectação adequada de recursos, garantindo que as crianças subnutridas e os grupos vulneráveis recebam os cuidados necessários. Estes dados mostram que a gestão da DAM através das intervenções do PAM contribuiu para melhorar os resultados de saúde nas regiões visadas.

"Os programas conduziram a uma redução dos casos de desnutrição grave, com melhorias no estado nutricional das crianças e uma maior sensibilização da comunidade para as práticas de nutrição e higiene." - KII03MAL

215. Embora não tenham sido analisados os dados específicos relativos à frequência escolar e às taxas de retenção durante o período de avaliação, os programas de alimentação escolar são geralmente reconhecidos por melhorarem as taxas de frequência escolar, especialmente entre as raparigas. Estes programas garantem que as crianças recebem refeições nutritivas, que não só ajudam a aliviar a fome a curto prazo, mas também contribuem para os resultados educativos a longo prazo, mantendo as crianças na escola. Os dados qualitativos revelam referências ao aumento da assiduidade escolar e à melhoria do desempenho académico nas áreas em que o PAM executou programas de alimentação escolar, o que indica impactos positivos. O fornecimento de refeições incentiva a assiduidade regular, especialmente entre as raparigas, ajudando a atenuar as disparidades de género no acesso à educação.

"O impacto mais notável foi a melhoria da saúde das crianças que estavam bem nutridas e livres de malnutrição." - FGD02FEM Dundo

216. Embora a metodologia dificulte a possibilidade de criar uma ligação entre o fornecimento de refeições escolares e a melhoria dos resultados educativos através de taxas de frequência mais elevadas e de um maior envolvimento dos alunos, os dados qualitativos sugerem que o projecto deu passos nesse sentido. O envolvimento de fornecedores locais de alimentos nestes programas também apoia as economias locais, contribuindo positivamente tanto para o apoio educativo como para o desenvolvimento económico.

217. As intervenções do PAM contribuíram positivamente para a igualdade de género, consolidando o poder de decisão das mulheres nos agregados familiares. Trata-se de um passo crucial para promover a equidade de género e capacitar as mulheres, em consonância com objectivos de desenvolvimento mais amplos, como os ODS, em especial o Objectivo 5, relativo à consecução da igualdade de género. O aumento da participação das mulheres na tomada de decisões sobre produtos alimentares e não alimentares reflecte mudanças sociais mais amplas influenciadas pelas intervenções do PAM.

218. Contudo, a persistência de disparidades de consumo específicas de género e as flutuações no envolvimento na tomada de decisões destacam áreas a melhorar. Os dados revelaram uma diminuição do envolvimento das mulheres na tomada de decisões não alimentares em determinados momentos, o que sugere a existência de áreas onde ainda existem barreiras específicas de género. Estas lacunas apresentam

oportunidades para o PAM aperfeiçoar e adaptar as suas intervenções de modo a abordar mais eficazmente as disparidades de género e apoiar as famílias chefiadas por mulheres.

"As mulheres declararam que a assistência técnica e o apoio do PAM foram essenciais para garantir que elas e as suas famílias tivessem acesso aos alimentos necessários, o que realça a importância de uma abordagem de género na distribuição da ajuda" - KII12MAL

219. As iniciativas de formação do PAM têm sido fundamentais para melhorar as competências técnicas dos funcionários e do pessoal técnico do Governo de Angola em vários sectores, como a saúde, a nutrição, a agricultura e a resposta a catástrofes. Estes programas não só dotaram o pessoal de competências analíticas avançadas, especialmente no que se refere à análise da segurança alimentar utilizando os protocolos IPC, que são cruciais para avaliações rigorosas da vulnerabilidade e para o planeamento dos programas, como também aumentaram a apropriação e a liderança do Governo de Angola na gestão dos programas de segurança alimentar e de nutrição. Esta mudança no sentido de uma maior autonomia é essencial para a sustentabilidade a longo prazo destas iniciativas, permitindo ao Governo de Angola implementar e adaptar estes programas independentemente do apoio internacional. Consequentemente, com melhores competências e instituições reforçadas, o Governo de Angola está, agora, melhor equipado para implementar as intervenções de segurança alimentar e nutricional de forma mais eficaz e eficiente, conduzindo a programas mais direccionados e reactivos que se podem adaptar à evolução das condições e necessidades no campo.

"O apoio do PAM incluiu a colaboração com parceiros da área da saúde e gestores administrativos nos campos, reforçando a capacidade local de gestão das necessidades dos refugiados e dos serviços de saúde" - KII10FEM

220. O PAM desempenhou um papel fundamental ao contribuir para a elaboração de políticas fundamentais, como a ENSAN II e o PNASE. Estas políticas são cruciais para estruturar a abordagem nacional das questões críticas de segurança alimentar e nutricional, alinhando-as com as boas práticas internacionais e assegurando a sua integração no quadro legislativo nacional. Além disso, ao apoiar a criação de conselhos provinciais e municipais de segurança alimentar e nutricional, o PAM ajudou a descentralizar a governação da segurança alimentar. Estes esforços não só aproximam a tomada de decisões as comunidades afectadas, como também fortalecem a capacitação das administrações locais para gerirem as iniciativas de segurança alimentar de forma independente, melhorando a sustentabilidade.

221. A implementação de estratégias baseadas em dados e a manutenção de quadros coerentes de monitorização e avaliação são essenciais para avaliar o impacto e a eficácia das intervenções. Estas práticas permitem ajustamentos atempados e ajudam a demonstrar o valor das intervenções às partes interessadas e aos doadores, o que é crucial para garantir um apoio contínuo. As abordagens do PAM baseadas em dados auxiliaram a avaliar a eficácia das intervenções e a efectuar os ajustamentos necessários. Por exemplo, o acompanhamento contínuo dos programas de distribuição de alimentos e de nutrição permitiu ao PAM otimizar as suas estratégias com base no *feedback* e nos resultados em tempo real. Consequentemente, o estabelecimento de práticas sólidas de acompanhamento e avaliação é fundamental para compreender o impacto das intervenções e para efectuar ajustamentos baseados em dados concretos que melhorem os resultados dos programas.

"As abordagens baseadas em dados foram fundamentais para avaliar a eficácia das intervenções e fazer os ajustes necessários. Isto ajudou a otimizar as estratégias com base no feedback em tempo real." - KII05FEM

Sub-questão de avaliação 6.2: Em que medida a AT ao GdA teve impacto nas instituições públicas e privadas? Houve algum impacto específico em termos de género?

222. **Constatação de Impacto 2:** A AT do PAM no GdA contribuiu para mudanças positivas nas instituições públicas, privadas e da sociedade civil, bem como nas comunidades locais, e fortaleceu as capacitações em vários domínios cruciais da segurança alimentar e da nutrição. Os programas de formação melhoraram a habilidade dos prestadores de cuidados de saúde para gerir a subnutrição, fomentaram a colaboração entre os sectores público e privado na alimentação escolar e nas respostas de emergência e promoveram a aquisição local de alimentos, beneficiando a economia local. Embora as considerações de género tenham sido evidentes nas taxas de participação na formação, com esforços para incluir as mulheres nas iniciativas de fortalecimento de capacitações, a ausência de desenvolvimento de políticas sensíveis ao género indica a necessidade de esforços mais concentrados para garantir a integração sistemática de resultados específicos de género na influência política e no reforço da liderança.

223. Os programas de assistência técnica foram cruciais para o fortalecimento de capacitações das instituições do Governo de Angola e do sector privado/sociedade civil, em benefício das comunidades locais. Por exemplo, 295 técnicos em Luanda, Cunene e Huíla receberam formação em CMAM, melhorando as competências dos prestadores de cuidados de saúde para identificar e tratar a malnutrição. Além disso, 53 indivíduos participaram no desenvolvimento de políticas e directrizes para a alimentação escolar, o que sublinha o compromisso de melhorar os resultados nutricionais das crianças. As colaborações público-privadas também foram reforçadas através do envolvimento de actores privados/sociedade civil na logística da cadeia de abastecimento e no fornecimento de bens e serviços. "

"A formação dada aos agentes locais e aos membros da comunidade, incluindo demonstrações de cozinha e distribuição de alimentos terapêuticos, contribuiu para a capacitação e sustentabilidade locais." - KII05FEM

224. Além disso, ao promover a aquisição local de alimentos para os programas de alimentação escolar, o PAM contribuiu para o desenvolvimento do mercado. Esta iniciativa deu origem a novos mercados para os agricultores e as pequenas empresas locais, dinamizando a economia local e incentivando o sector privado/civil a investir na produção e distribuição agrícola, em conformidade com as normas nutricionais.

"A assistência reforçou a capacidade das instituições locais para gerirem as necessidades dos refugiados e aplicarem medidas de segurança alimentar, com destaque para o apoio específico a cada género, sempre que necessário." - KII08FEM

225. O fortalecimento de capacitações do VAM e da FSN, que formou 287 funcionários do GdA e parceiros, tem sido fundamental para melhorar as suas competências analíticas, permitindo-lhes avaliar, analisar e comunicar melhor as situações de segurança alimentar, o que é crucial para a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas eficazes. A formação de 50 técnicos no Cunene e na Huíla em gestão da cadeia de abastecimento e logística teve como objectivo específico melhorar as capacidades de resposta a emergências, especialmente em situações de seca, sublinhando a prioridade do reforço da prontidão institucional e da resposta a catástrofes naturais.

"O desenvolvimento de capacidades através do VAM reforçou a nossa capacidade de realizar análises abrangentes da segurança alimentar e de responder adequadamente." - KII16MAL

226. A AT ao GdA revela um esforço consciente para manter o equilíbrio entre os géneros nos esforços de fortalecimento de capacitações, embora os participantes do sexo masculino predominem em certos programas, como a formação em resposta a emergências. Por exemplo, na iniciativa de fortalecimento de capacitações do VAM e da FSN, 40 por cento dos participantes eram mulheres, o que indica uma estratégia de inclusão que tenta equilibrar a participação do género na formação técnica crítica. Apesar dos progressos gerais no fortalecimento de capacitações a análise não encontrou qualquer registo específico de políticas ou práticas sensíveis ao género adoptadas na sequência da AT ao GdA. Isto sugere uma lacuna

na integração explícita de resultados específicos de género na esfera de influência política, o que poderia ser uma área a realçar para garantir que as considerações de género são sistematicamente abordadas.

227. A assistência técnica do PAM ao Governo de Angola consolidou substancialmente as capacitações das instituições públicas e privadas/sociedade civil em domínios técnicos relevantes para a segurança alimentar e a nutrição. No entanto, embora os esforços para incluir considerações de género sejam evidentes nas taxas de participação na formação, verifica-se uma ausência notável de desenvolvimento de políticas sensíveis ao género. Isto sugere que, embora a formação técnica incorpore o equilíbrio entre os géneros, são necessários esforços mais concentrados para traduzir este facto em influência política e reforço da liderança com base no género. A resolução destas lacunas não só reforçaria os impactos específicos destes programas em termos de género, como também melhoraria a eficácia global e uma AT inclusiva ao GdA.

228. **Impactos positivos não intencionais:** As iniciativas do PAM em Angola conduziram a vários efeitos positivos não intencionais, especialmente nas áreas da igualdade de género e do empoderamento das mulheres, que se alinham com o Critério 3c do UN-SWAP, que se centra na promoção da igualdade de género e no empoderamento das mulheres. Os programas aumentaram o poder de decisão das mulheres sobre questões relacionadas com a alimentação, passando de 18 por cento em Maio de 2020 para 42 por cento em Dezembro de 2022. Esta mudança indica um progresso no sentido da igualdade de género nos agregados familiares. Além disso, a participação das mulheres nas sessões de formação do CMAM aumentou de 48 por cento para 55,3 por cento, demonstrando uma melhor inclusão em iniciativas relacionadas com a saúde. Estes resultados alinham-se com o Critério 3c do UN-SWAP, reforçando os papéis e as contribuições das mulheres na tomada de decisões e nos esforços de fortalecimento de capacitações.

229. **Impactos negativos não intencionais:** No entanto, as iniciativas também resultaram em alguns efeitos negativos não intencionais, particularmente no que diz respeito às disparidades de género e à sustentabilidade do programa. Apesar das melhorias gerais, os agregados familiares chefiados por homens reportaram consistentemente pontuações mais elevadas de consumo alimentar aceitável em comparação com os agregados familiares chefiados por mulheres, destacando um preconceito de género não intencional na distribuição dos benefícios. Por exemplo, em Maio de 2020, 79 por cento dos agregados familiares chefiados por homens relataram pontuações aceitáveis de consumo alimentar, enquanto apenas 52 por cento dos agregados familiares chefiados por mulheres relataram o mesmo. Em Outubro de 2020, 24 por cento dos agregados familiares chefiados por homens apresentavam resultados de consumo alimentar moderados, em comparação com 29 por cento dos agregados familiares chefiados por mulheres. Além disso, a sub-representação das mulheres nas funções de coordenação—apenas 10 por cento do grupo de coordenação e assistência técnica para refugiados no centro é composto por mulheres—coloca desafios aos processos de tomada de decisão inclusivos. O fim de programas como o CMAM levou a uma redução da capacidade do sistema de saúde e à ruptura de *stocks* de produtos nutricionais, sublinhando a necessidade de apoio contínuo para sustentar os ganhos nutricionais alcançados.

Desafios ao Impacto

230. O grau de impacto das intervenções do PAM foi influenciado por uma série de factores externos e internos. A nível externo, a instabilidade económica, as condições climáticas adversas, a integração limitada nas políticas e nos sistemas nacionais e os desafios logísticos dificultaram a prestação consistente e o impacto da assistência. A nível interno, questões como as restrições orçamentais, a capacitação operacional limitada e as falhas de coordenação no âmbito das parcerias foram identificadas como obstáculos críticos à obtenção dos resultados desejados. O impacto a longo prazo do programa foi também posto em causa pela sua dependência de financiamento externo e de conhecimentos técnicos especializados, o que cria riscos de regressão se o apoio externo for reduzido, invertendo potencialmente os ganhos obtidos em termos de segurança alimentar e de resultados nutricionais.

Desafio Transversal

231. Género e inclusão: Embora se tenham registado progressos na promoção da igualdade entre os sexos e na garantia de que as mulheres e as crianças recebessem o apoio necessário, foram observadas lacunas a este respeito. A sobre representação das mulheres em certas modalidades de assistência, como o TBC, não se traduziu necessariamente numa melhoria do estatuto. As constatações da avaliação

revelaram que os resultados da segurança alimentar nos agregados familiares e nos projectos comunitários continuavam a ser predominantemente orientados para os homens, o que indica a necessidade de estratégias mais sólidas para capacitar verdadeiramente as mulheres no âmbito dos quadros programáticos.

3. Constatações e recomendações

3.1. Constatações

232. A avaliação das intervenções do PAM em Angola durante o período 2017—2022 fornece uma visão geral dos esforços envidados para aumentar a segurança alimentar, gerir a DAM e fortalecer as capacitações institucionais e do Governo de Angola. Este período marcou avanços no alinhamento das actividades do PAM com as prioridades de desenvolvimento e as necessidades humanitárias de Angola, sublinhadas por uma forte ênfase na igualdade de género e em soluções sustentáveis. As intervenções abrangeram o apoio aos refugiados, a CMAM e os programas de alimentação escolar e foram consideradas como tendo contribuído colectivamente para o reforço temporário da segurança alimentar e dos resultados nutricionais, melhorando a saúde, a educação e a resiliência das populações vulneráveis, incluindo crianças e refugiados, nas regiões visadas.

Constatação 1: A segurança alimentar e os resultados nutricionais dos beneficiários foram melhorados

233. **Resposta aos refugiados.** As intervenções contribuíram para melhorar a segurança alimentar e os resultados nutricionais da população vulnerável visada. O programa de resposta aos refugiados proporcionou com êxito um acesso consistente e fiável a alimentos nutritivos, ajudando a estabilizar os níveis de consumo alimentar entre as famílias de refugiados. Em particular, o programa assegurou que as distribuições fossem adaptadas para satisfazer as necessidades nutricionais da população, o que foi crucial nas regiões afectadas pela seca. O sucesso deste programa é evidente no aumento das percentagens de agregados familiares que atingem um CCA aceitável ao longo do tempo. Esta melhoria realça a eficácia do programa na atenuação do impacto da deslocação na segurança alimentar e na nutrição. No entanto, estas melhorias dependem da distribuição contínua de alimentos, e a interrupção desta actividade poderia inverter os ganhos em termos de segurança alimentar e de resultados nutricionais.

234. **CMAM.** O programa CMAM visava especificamente o tratamento e a prevenção da malnutrição infantil, uma questão crítica em regiões com insegurança alimentar. Os dados indicam taxas de sucesso elevadas, com um número de crianças tratadas e curadas da DAM. Por exemplo, no Cunene e na Huíla, onde a prevalência da desnutrição é notoriamente elevada, o programa não só atingiu como ultrapassou os seus objectivos de rastreio, alcançando taxas de cura superiores a 80 por cento. Este sucesso é atribuído à formação dos trabalhadores do sector da saúde, à melhoria das infra-estruturas de saúde e à distribuição eficaz de alimentos terapêuticos, tudo isto facilitado pela AT do PAM ao GdA. A contribuição do programa é particularmente notável na redução da incidência da desnutrição aguda severa (DAS).

235. **Alimentação escolar.** O programa de alimentação escolar foi fundamental para criar as condições necessárias para melhorar os resultados nutricionais e o desempenho escolar das crianças em idade escolar. Ao fornecer refeições regulares e nutritivas, estes programas ajudaram a aumentar temporariamente a taxa de frequência escolar e a melhorar o desempenho académico geral. A disponibilidade de refeições nas escolas não só respondeu a necessidades nutricionais imediatas, como também serviu de incentivo à inscrição, mantendo as crianças em ambientes educativos onde podiam continuar a aprender.

236. Apesar dos progressos gerados pela resposta aos refugiados, pela CMAM e pelas actividades de alimentação escolar, estas melhorias dependem da continuidade das respectivas actividades e a sua interrupção poderia inverter os ganhos em termos de segurança alimentar e de resultados nutricionais.

Constatação 2: As capacitações institucionais das instituições nacionais foram fortalecidas

237. As intervenções do PAM consolidaram com êxito as capacitações fundamentais tanto do Governo de Angola como das comunidades locais/entidades da sociedade civil, nomeadamente através de programas de formação específicos e do desenvolvimento de políticas estratégicas. Este amplo fortalecimento das capacitações institucionais é evidente em vários domínios fundamentais. Através da assistência técnica ao Governo de Angola, o PAM ministrou formação a um vasto leque de pessoal do Governo de Angola. Esta formação inclui formação em VAM, segurança alimentar e resposta a situações de emergência. Estas iniciativas dotaram as instituições locais das competências necessárias para gerir e executar de forma autónoma os programas de segurança alimentar. O apoio do PAM foi também fundamental para a formulação e aperfeiçoamento de políticas importantes, como a ENSAN II e o PNASE. Estas políticas, redigidas com as competências técnicas do PAM, deverão orientar a agenda nacional em matéria de segurança alimentar e nutricional, se forem ratificadas.

238. O PAM desempenhou também um papel fundamental na redução das lacunas entre o Governo de Angola e os sectores privado e da sociedade civil, bem como as comunidades locais, facilitando parcerias que fortalecem as capacitações logísticas e operacionais essenciais para a distribuição de alimentos. Estas colaborações não só melhoraram a eficácia das intervenções, como também incentivaram as partes interessadas do sector privado a investir em iniciativas de segurança alimentar. As comunidades locais/entidades da sociedade civil beneficiaram das sessões de formação estruturada do PAM, que melhoraram a sua preparação logística e operacional, especialmente em áreas propensas à insegurança alimentar e a situações de emergência. Estes programas de formação conduziram a uma melhor gestão das cadeias de abastecimento e a mecanismos de resposta mais eficazes durante as crises. Assim, a AT do PAM ao GdA tem sido um catalisador para o progresso da capacitação institucional, melhorando as competências técnicas e contribuindo para um quadro mais resistente e inclusivo para a gestão da segurança alimentar e nutricional em Angola.

Constatação 3: Resultados mistos em equidade de género

239. Embora tenham sido feitos progressos substanciais na consolidação do papel das mulheres na tomada de decisões, na sua participação na formação CMAM e na implementação de estratégias sensíveis ao género que promovem a inclusão do género dentro do período de tempo das intervenções, os dados revelam desafios persistentes que afectam desproporcionalmente os agregados familiares chefiados por mulheres na obtenção de uma segurança alimentar equitativa. Os agregados familiares chefiados por mulheres têm uma categoria de segurança alimentar "aceitável" em comparação com os chefiados por homens, o que reflecte os resultados positivos dos programas de segurança alimentar dirigidos às mulheres. No entanto, estes ganhos não se traduziram plenamente na superação de desafios estruturais mais profundos. Apesar dos esforços para capacitar as mulheres, aumentando a sua participação na tomada de decisões relacionadas com a gestão de alimentos e recursos, estes agregados familiares continuam a exibir pontuações flutuantes nas categorias "moderada" e "pobre" ao longo dos anos.

240. Embora se tenha registado um aumento notável do papel das mulheres na tomada de decisões domésticas, este facto não se traduziu uniformemente em melhores resultados nutricionais. Os agregados familiares chefiados por mulheres continuam a registar níveis mais baixos de consumo alimentar aceitável e números mais elevados de consumo alimentar deficiente, o que sugere que o empoderamento alcançado não atenuou eficazmente os desafios estruturais subjacentes que estas mulheres enfrentam, incluindo desvantagens económicas, acesso limitado a recursos ou normas sociais que restringem a plena participação económica e comunitária das mulheres. Esta disparidade sublinha o fosso crítico existente entre as intenções dos programas e os contributos reais para a segurança alimentar dos grupos vulneráveis e salienta a necessidade de o PAM e os seus parceiros aplicarem intervenções mais focalizadas e específicas para cada género, que capacitem as mulheres e melhorem directamente o seu acesso a uma nutrição adequada.

241. A avaliação revelou efeitos positivos não intencionais, como o fortalecimento da capacitação das mulheres e o aumento do poder de decisão em questões relacionadas com a alimentação, que se alinham com o Critério 3c do UN-SWAP (os resultados programáticos sobre a igualdade de género e a capacitação das mulheres são alcançados ou estão em vias de o ser) e 3ci (as iniciativas programáticas incluem consistentemente resultados transformadores em matéria de igualdade de género e de capacitação das

mulheres).⁴⁰ No entanto, subsistem desafios, incluindo as disparidades de género nos benefícios do programa e a sub-representação nos papéis de tomada de decisão.

Constatação 4: Integração incompleta com as políticas nacionais

242. Embora a assistência técnica do PAM ao Governo de Angola esteja alinhada com os objectivos de desenvolvimento nacional, a integração destas iniciativas nos quadros políticos formais do Governo de Angola continua incompleta. Políticas fundamentais como a ENSAN II e o PNASE—desenvolvidas com a contribuição do PAM—juntamente com instrumentos como o PI são cruciais para aumentar a segurança alimentar e responder às necessidades locais em Angola. No entanto, estas políticas ainda não foram aprovadas pelo GdA, o que limita o impacto e a sustentabilidade das intervenções. A falta de ratificação formal sugere uma desconexão entre os esforços conjuntos de formulação de políticas e a aprovação do GdA, apontando para possíveis desafios na advocacia, coordenação ou vontade política. Esta lacuna sublinha a importância da advocacia política contínua e da colaboração intersectorial para garantir que os avanços nas estratégias de segurança alimentar e nutricional obtenham reconhecimento formal e sejam implementados nos quadros nacionais de Angola.

Constatação 5: Desafios e potencial de sustentabilidade e escalabilidade

243. Os esforços do PAM melhoraram efectivamente a segurança alimentar e os resultados nutricionais em Angola, revelando-se promissores em termos de sustentabilidade e escalabilidade futuras. O envolvimento dos agentes comunitários e o alinhamento com as prioridades governamentais através do desenvolvimento de estratégias nacionais estabeleceram uma base sólida. No entanto, a sustentabilidade destas iniciativas continua a ser uma preocupação, com uma potencial regressão no progresso se o apoio e o financiamento contínuos cessarem.

244. A segurança alimentar das populações refugiadas em Angola registou uma melhoria notável devido às distribuições regulares de alimentos realizadas pelo PAM. Estas distribuições têm sido essenciais para prestar apoio nutricional imediato e estabilizar a situação de segurança alimentar das comunidades deslocadas. No entanto, estas melhorias estão intrinsecamente ligadas à prestação contínua de assistência. Esta configuração estabelece uma correlação directa entre a continuação da assistência alimentar e a manutenção dos níveis de segurança alimentar entre os refugiados. Sem as distribuições, existe um risco elevado de as populações regressarem rapidamente a um estado de insegurança alimentar. Além disso, a sustentabilidade dos programas para refugiados depende em grande medida da formação contínua do pessoal local e da disponibilização sustentada de recursos logísticos e financeiros. O relatório salienta um risco em que a retirada do apoio técnico e financeiro poderia afectar gravemente a eficácia e a continuação da assistência aos refugiados, conduzindo potencialmente a uma deterioração das suas condições de vida e da segurança alimentar.

245. As actividades de resiliência são cruciais, na medida em que fornecem às comunidades os instrumentos e as capacitações para gerirem a sua segurança alimentar independentemente da assistência externa. Estas actividades podem incluir programas de subsistência, apoio à agricultura e iniciativas de capacitação económica que permitam às comunidades sustentarem-se a si próprias. Durante o actual período de revisão, não foram implementadas actividades de resiliência substanciais que pudessem ter atenuado a dependência da assistência alimentar. Esta lacuna significa que, embora os refugiados beneficiem de assistência imediata, a sua segurança alimentar a longo prazo continua a ser precária e fortemente dependente de apoio externo.

246. A CMAM tem sido bem sucedida graças a programas de formação sólidas para os prestadores de cuidados de saúde. No entanto, a necessidade de formação contínua para fazer face à evolução dos desafios em matéria de cuidados de saúde e para actualizar as competências do pessoal médico é fundamental para a sustentabilidade dos progressos registados nos resultados nutricionais. Sem isso, os ganhos iniciais na luta contra a desnutrição poderiam ser revertidos, especialmente em comunidades remotas e carentes. Relativamente às iniciativas de alimentação escolar, embora tenham tido um sucesso

⁴⁰ UN-SWAP 2.0 (2022) Brochura de Boas Práticas. Disponível em: <https://gendercoordinationandmainstreaming.unwomen.org/sites/default/files/2022-11/UN-SWAP%20Good%20Practice%20Brochure%202022.pdf>

considerável, a sua sustentabilidade a longo prazo é comprometida pela falta de integração nas políticas nacionais de educação e de um financiamento operacional consistente. A necessidade de formação adicional do pessoal escolar e dos voluntários da comunidade para garantir a qualidade e a continuidade dos programas de alimentação. Além disso, a ausência de políticas ratificadas pelo Governo de Angola sugere a possibilidade de rupturas nestes programas se o apoio do PAM diminuir.

247. A não integração das iniciativas do PAM nos planos nacionais limita o potencial de apropriação e de sustentação destes programas pelas instituições locais. Esta desconexão não só ameaça a sustentabilidade das intervenções, como também compromete o objectivo mais vasto de fortalecer os sistemas nacionais para gerirem de forma independente os desafios da segurança alimentar e da nutrição. Além do mais, a dependência do financiamento externo e do apoio técnico continua, deixando os programas vulneráveis às flutuações das prioridades dos doadores e dos ciclos de financiamento. Sem uma integração sólida nas políticas nacionais, os programas enfrentam um futuro incerto, potencialmente anulando os progressos efectuados na melhoria da segurança alimentar e dos resultados nutricionais.

Constatação 6: Avaliação dos pressupostos da ToC reconstruída

248. A avaliação da ToC reconstruída para as intervenções do PAM em Angola indica que existem vários pressupostos válidos, mas também áreas em que os pressupostos podem necessitar de uma reavaliação ou de apoio adicional para garantir a eficácia e a sustentabilidade dos programas do PAM em Angola. Nomeadamente, o pressuposto de que a disponibilização de recursos financeiros e logísticos adequados é crucial para a distribuição de alimentos e de TBC, e de que estas disposições melhoram directamente a segurança alimentar e o estado nutricional dos beneficiários é bem apoiado pelos esforços em curso e pela estrutura das intervenções do PAM.

249. A ToC também assume que o fortalecimento de capacitações a vários níveis governamentais conduz à implementação efectiva de programas de alimentação e nutrição. No entanto, a avaliação destacou alguns desafios na sustentabilidade e internalização total das competências após a formação, o que afectou a manutenção das capacitações a longo prazo. Por último, um pressuposto notável da ToC diz respeito a impactos positivos sustentáveis. No entanto, os resultados desta avaliação indicam que, embora as intervenções sejam eficazes a curto prazo, podem não ser totalmente sustentáveis sem mais ajustamentos e melhorias estratégicas.

3.2. Boas Práticas

250. A abordagem adaptativa do PAM em relação às modalidades de selecção e intervenção respondeu eficazmente à evolução das necessidades das populações beneficiárias dinâmicas através de diversas intervenções—desde a assistência alimentar directa até as transferências em base monetária e programas de formação de nutrição—destinadas a grupos específicos, incluindo refugiados e crianças subnutridas.

251. O alinhamento dos esforços do PAM com as prioridades do Governo de Angola e a prestação de assistência técnica reforçaram a pertinência e a sustentabilidade das intervenções no domínio da segurança alimentar. As parcerias estratégicas e as iniciativas de fortalecimento de capacitações consolidam as competências locais de gestão dos programas de segurança alimentar e de nutrição, promovendo mudanças positivas duradouras.

252. Os quadros coerentes de acompanhamento e avaliação utilizados pelo PAM asseguraram que os programas fossem ajustados de modo a cumprirem eficazmente os seus objectivos, facilitando a compreensão da contribuição das intervenções e apoiando modificações atempadas da estratégia, o que aprimorou a eficácia geral do programa.

253. As práticas de gestão financeira asseguraram que os fundos fossem canalizados para as áreas mais críticas, como a assistência alimentar directa, os programas nutricionais e a assistência técnica ao Governo de Angola, maximizando o impacto de cada dólar gasto, sustentando as operações do programa durante as flutuações dos níveis de financiamento e as pressões económicas externas e satisfazendo eficazmente as diversas necessidades.

254. A elevada adaptabilidade das estratégias financeiras permitiu que o programa respondesse rapidamente a desafios económicos imprevistos. Em períodos de recessão económica ou de escassez de financiamento, o PAM pôde ajustar as suas dotações orçamentais para manter as actividades principais e

atenuar o impacto nos beneficiários. Esta flexibilidade foi fundamental para gerir a variabilidade do financiamento externo e garantir a continuidade dos serviços essenciais.

255. Durante a pandemia, o PAM demonstrou a sua agilidade ao ajustar prontamente as suas operações, assegurando uma assistência contínua às populações vulneráveis apesar das interrupções. Os dados indicam também que a gestão transparente dos fundos e os mecanismos claros de responsabilização reforçaram a confiança das partes interessadas, facilitando o apoio contínuo às iniciativas do PAM. Por fim, actuando como ponte entre a comunidade e os serviços de saúde, os profissionais de saúde realizaram rastreios e tratamentos directamente nas casas das crianças, demonstrando a importância do envolvimento da comunidade para o êxito dos resultados do programa.

3.3. Lições Aprendidas

256. O envolvimento do PAM em Angola de 2017 a 2022 oferece informações valiosas sobre a interacção entre a assistência humanitária e o desenvolvimento num contexto de transição. As intervenções não se centraram apenas na melhoria da segurança alimentar e da nutrição, mas tiveram também como objectivo fortalecimento de capacidades institucionais, alinhando-as com as políticas nacionais de Angola. Este capítulo destila as principais lições aprendidas com as estratégias e os resultados do PAM durante este período, reflectindo tanto sobre os êxitos como sobre os desafios que persistem.

Lição 1: Importância do apoio sustentado para a sustentabilidade a longo prazo

257. Um tema recorrente em todas as intervenções do PAM—desde o apoio aos refugiados até aos programas de alimentação escolar—é a dependência crítica de um apoio contínuo para manter os ganhos obtidos. A melhoria temporária da segurança alimentar e dos resultados nutricionais das populações vulneráveis sublinha o risco de regressão se estes programas não forem mantidos. Este facto realça a necessidade de desenvolver mecanismos sólidos que garantam a sustentabilidade a longo prazo e reduzam a dependência da assistência externa. A integração das intervenções nas políticas nacionais e a promoção das capacitações locais são passos cruciais para alcançar este objectivo. Embora o apoio externo tenha sido indispensável para alcançar melhorias imediatas na segurança alimentar e na nutrição, também fomentou uma dependência que poderia comprometer a sustentabilidade destes ganhos. Para evitar um ciclo de dependência, é imperativo conceber intervenções com estratégias de saída que permitam às comunidades e aos governos locais assumir a sua execução a longo prazo.

Lição 2: Capacitar as capacidades locais como pedra angular do desenvolvimento

258. O fortalecimento de habilidades institucionais em Angola demonstra o profundo impacto do investimento nas competências locais. A formação do pessoal do Governo de Angola e o reforço do envolvimento das comunidades locais e do sector da sociedade civil não só melhoraram a eficácia imediata das intervenções, como também lançaram as bases para instituições mais resistentes e auto-suficientes. No entanto, o percurso entre o fortalecimento das capacitações e a implementação autónoma de políticas continua incompleto, o que sugere que se deve concentrar não só na formação, mas também na criação de ambientes que incentivem a aplicação das competências adquiridas nas políticas e na prática.

Lição 3: Necessidade de abordagens sensíveis ao género

259. As intervenções do PAM revelaram progressos na promoção da inclusão do género. No entanto, os desafios persistentes enfrentados pelos agregados familiares chefiados por mulheres, em especial no que se refere à obtenção de resultados aceitáveis em termos de consumo de alimentos, realçam a complexidade da tradução das políticas centradas no género em resultados equitativos. Isto exige estratégias mais específicas ao contexto que abordem as barreiras socioeconómicas e culturais subjacentes que impedem as mulheres de obterem resultados equitativos em matéria de segurança alimentar.

Lição 4: Colmatando o fosso entre a formulação e a implementação de políticas

260. O desenvolvimento de políticas estratégicas como a ENSAN II e o PNASE, com o apoio do PAM, constitui um passo positivo no sentido de alinhar o trabalho humanitário com as agendas de desenvolvimento nacional. No entanto, a integração incompleta destas políticas nos quadros formais do GdA coloca desafios. Esta lacuna entre o desenvolvimento e a ratificação das políticas aponta para a

necessidade de uma maior sensibilização, coordenação e envolvimento político para garantir que as propostas políticas não sejam apenas criadas, mas também adoptadas e implementadas.

3.4. Recomendações⁴¹

#	Recomendação	Conclusões [por número(s) de conclusão]	Constatações [por número de constatações]	Agrupamento de recomendações: Curto/médio/ a longo prazo	Responsabilidade (um serviço/entidade de principal)	Outras entidades contribuintes (se aplicável)	Prioridade: Alta/média	Até quando
1	<p>Recomendação 1: Reforçar e intensificar os esforços de sensibilização e de implementação de políticas através de um envolvimento contínuo com os organismos do GdA e as partes interessadas. Concentrar-se no reforço da colaboração para fazer pressão no sentido da ratificação e adopção formal de políticas e ferramentas fundamentais, como o IPC. Desenvolver estratégias de sensibilização adaptadas, organizar eventos que criem apoio e manter reuniões regulares para garantir o alinhamento das políticas e acelerar o processo de ratificação</p> <p>1.1 Identificar as principais partes interessadas do Governo de Angola e manter reuniões regulares para estabelecer e manter canais de comunicação que promovam o alinhamento e a adopção de políticas.</p> <p>1.2 Desenvolver uma estratégia de advocacia adaptada à ratificação da ENSAN II (2021), do PNASE (2020) e do Relatório de</p>	<p>Conclusão 2</p> <p>Conclusão 4</p>	3, 10, 16	Longo prazo	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <ul style="list-style-type: none"> - Chefe da unidade VAM - Chefe da Unidade de Nutrição - Responsável pelas Parcerias e Relatórios 	<p>Gabinete Regional (RB)</p> <p>Unidades VAM/ Nutrição</p> <p>Unidade de Parcerias</p>	Elevado	Dezembro de 2025

⁴¹ O mapa de recomendações é apresentado no **Error! Reference source not found..**

	<p>Avaliação da Vulnerabilidade da Segurança Alimentar de 2021.</p> <p>1.3 Organizar eventos de advocacia e campanhas de sensibilização para angariar apoio para a ratificação da ENSAN II (2021), do PNASE (2020) e do Relatório de Avaliação da Vulnerabilidade da Segurança Alimentar de 2021.</p> <p>1.4 Reforçar o envolvimento directo com o GdA e os organismos reguladores relevantes para reformar e racionalizar os regulamentos de importação que afectam a cadeia de abastecimento de produtos alimentares críticos e desenvolver a colaboração com a equipa de Segurança e Qualidade Alimentar (FSQ) para fortalecimento de capacitações dos fornecedores locais</p>							
2	<p>Recomendação 2: Reforçar os programas de formação locais com ênfase na aplicação prática e em cursos periódicos de reciclagem para manter e actualizar as competências</p> <p>2.1 Efectuar uma avaliação para identificar lacunas nos actuais programas de formação, assegurando que as futuras iniciativas de formação sejam adaptadas para abordar áreas específicas em que o pessoal técnico está sobrecarregado e em que a formação orientada pode ajudar a</p>	<p>Conclusão 2</p> <p>Conclusão 6</p>	8, 9, 12, 13, 16	Médio prazo	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Chefe da Unidade de Programas</p> <p>Chefe da unidade VAM/Nutrição</p> <p>Responsável pela cadeia de</p>	<p>RB</p> <p>Unidades VAM/ Nutrição</p> <p>Unidade da cadeia de abastecimento</p>	Médio	Setembro de 2025

	<p>reduzir as pressões sobre a carga de trabalho.</p> <p>2.2 Desenvolver e implementar módulos de formação orientados com base nas necessidades identificadas, a fim de proporcionar uma formação específica e prática que colmate as lacunas identificadas e reforce as competências de forma eficaz.</p> <p>2.3 Fortalecimento de capacitações interna através do aumento do número de pessoal técnico formado, com especial incidência nas funções que têm um impacto directo na eficácia da execução do programa, e melhorar as questões logísticas, a orçamentação e as capacidades de programação para fazer face às limitações de recursos humanos, garantindo uma execução eficiente do programa.</p>				abastecimento			
3	<p>Recomendação 3: Facilitar seminários e fóruns com a participação de responsáveis políticos para debater as vantagens e os aspectos práticos da integração das iniciativas do PAM nos quadros nacionais.</p> <p>3.1 Planear e programar uma série de <i>workshops</i> e fóruns com os principais decisores políticos e partes interessadas, para interagir directamente com os decisores, promovendo uma compreensão mútua dos benefícios e necessidades</p>	<p>Conclusão 2</p> <p>Conclusão 4</p>	4, 5, 9, 13, 15	Curto prazo	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Chefe da Unidade de Programas</p> <p>Responsável pelas Parcerias e Relatórios</p>	<p>RB</p> <p>Unidade de Parcerias</p>	Médio	Março de 2025

4	<p>Recomendação 4: Aumentar o investimento em actividades de fortalecimento de capacitações de resistência a fim de reduzir a dependência da assistência alimentar permanente, centrando-se no desenvolvimento da agricultura e dos meios de subsistência.</p> <p>4.1 Implementar programas de formação em técnicas agrícolas sustentáveis e em empreendedorismo de pequena escala para capacitar as comunidades locais, dotando-as das competências necessárias para uma agricultura sustentável e para a sua auto-suficiência.</p>	<p>Conclusão 3</p> <p>Conclusão 5</p> <p>Conclusão 6</p>	<p>1, 6, 7, 13, 14, 15</p>	<p>Longo prazo</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Chefe da Unidade de Programas</p> <p>Unidade VAM</p>	<p>RB</p> <p>Unidade de Programas</p> <p>Unidade de Alimentação Escolar</p>	<p>Elevado</p>	<p>Dezembro de 2025</p>
5	<p>Recomendação 5: Garantir compromissos de financiamento a longo prazo por parte dos doadores e, ao mesmo tempo, defender um maior envolvimento financeiro do GdA e desenvolver uma estratégia global de escalabilidade.</p> <p>5.1 Desenvolver uma estratégia de angariação de fundos que tenha em conta o contexto imprevisível do país e as prioridades dos doadores, implementando uma estratégia financeira ajustada ao risco que inclua a criação de um fundo de reserva para amortecer o impacto dos desembolsos atrasados e a implementação de uma orçamentação flexível e de uma previsão melhorada para planear vários cenários.</p>	<p>Conclusão 5</p> <p>Conclusão 6</p>	<p>7, 9, 10, 11, 13, 15</p>	<p>Longo prazo</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Chefe da unidade VAM</p> <p>Chefe da Unidade de Programas</p> <p>Responsável pelas Parcerias e Relatórios</p>	<p>RB</p> <p>Unidade de Programas</p> <p>Unidade de Parcerias</p>	<p>Elevado</p>	<p>Setembro de 2025</p>

	<p>5.2 Desenvolver uma estratégia pormenorizada para a expansão de intervenções bem sucedidas, incluindo uma ênfase nas infra-estruturas necessárias, na atribuição de recursos e nos quadros de monitorização. Esta estratégia deve delinear os passos para a expansão dos programas a novas regiões e populações, assegurando que a escalabilidade é alcançada sem comprometer a qualidade e a eficácia das intervenções.</p>							
6	<p>Recomendação 6: Implementar intervenções específicas que abordem as barreiras específicas enfrentadas pelos agregados familiares chefiados por mulheres, incluindo o acesso a recursos e oportunidades económicas, e garantir que a GEWE e a inclusão sejam integradas em toda a AT, segurança alimentar e programação geral do PAM em Angola.</p> <p>6.1 Analisar os desafios e as necessidades específicas dos agregados familiares chefiados por mulheres nas áreas do projecto, a fim de adaptar as intervenções de modo a que estas abordem eficazmente as desvantagens específicas enfrentadas por estes agregados familiares.</p> <p>6.2 Todas as unidades do PAM devem desenvolver e aplicar estratégias harmonizadas a nível interno e programas</p>	<p>Conclusão 1</p> <p>Conclusão 3</p> <p>Conclusão 5</p>	<p>2, 4, 7, 9, 13, 15, 16</p>	<p>Médio a longo prazo</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Unidade de Programas</p> <p>Responsável(eis) pelas questões de género e de acompanhamento e avaliação</p>	<p>RB</p> <p>Unidade de Género</p> <p>Unidade M&E</p>	<p>Elevado</p>	<p>Setembro de 2025</p>

	<p>específicos que melhorem o acesso das mulheres aos recursos económicos e à autoridade decisória. Estes programas devem incluir acções de formação e de fortalecimento de capacitações para capacitar as mulheres, promovendo a sua participação em funções de liderança nas estruturas de coordenação da segurança alimentar, a fim de melhorar os resultados da segurança alimentar através de uma gestão e utilização mais eficazes dos recursos.</p> <p>6.3 Estabelecer um sistema exaustivo para documentar e acompanhar a composição por género e a inclusão da dimensão GEWE em todas as iniciativas do PAM.</p>							
--	---	--	--	--	--	--	--	--

Anexo 14. Acrónimos

Acrónimo	Definição em Português	Acronym	Definition in English
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados	UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees
ACR	Relatório anual por país	ACR	Annual Country Report
ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Assistência	ADRA	Adventist Development and Relief Agency
AF	Agregado Familiar	HH	Household
AFI	Insegurança Alimentar Aguda	AFI	Acute Food Insecurity
AGD	Idade, Género e Diversidade	AGD	Age, Gender and Diversity
ALNAP	Rede de Aprendizagem Activa para a Responsabilidade e o Desempenho	ALNAP	Active Learning Network for Accountability and Performance
AO	Escritório do PAM em Angola	AO	WFP Office in Angola
APM	Associação de Pais e Professores	PTA	Parent-Teacher Association
ASPU	Alimento Suplementar Pronto-para-Uso	RUSF	Ready-to-Use Supplementary Food
AT	Assistência Técnica	TA	Technical Assistance
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	ADB	African Development Bank
BM	Banco Mundial	WB	World Bank
CCA	Classificação do Consumo de Alimentos	FCS	Food Consumption Score
CE	Comité de Avaliação	EC	Evaluation Committee
CERF	Fundo Central de Resposta a Emergências	CERF	Central Emergency Response Fund
CERF DA ONU	Fundo Central de Resposta a Emergências da ONU	UN CERF	UN Central Emergency Response Fund
CFM	Mecanismo de Reclamações e Sugestões	CFM	Complaints and Feedback Mechanism
CMAM	Gestão da Desnutrição Aguda com base na Comunidade	CMAM	Community-based Management of Acute Malnutrition
CMSC	Comunicação sobre Mudanças Sociais e Comportamentais	SBCC	Social and Behavior Change Communication
CNPC	Comissão Nacional de Protecção Civil	CNPC	National Civil Protection Commission
CO₂	Dióxido de Carbono	CO₂	Carbon Dioxide
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019	COVID-19	Coronavirus Disease 2019
DAC	Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento	DAC	Development Assistance Committee
DAM	Desnutrição Aguda Moderada	AMN	Acute Malnutrition
DAM	Desnutrição Aguda Moderada	MAM	Moderate Acute Malnutrition
DAS	Desnutrição Aguda Severa	SAM	Severe Acute Malnutrition
DEQAS	Sistema descentralizado de garantia da qualidade da avaliação	DEQAS	Decentralized Evaluation Quality Assurance System

Acrónimo	Definição em Português	Acronym	Definition in English
DGA	Distribuição Geral de Alimentos	GFD	General Food Distribution
DGF	Discussão de Grupo Focais	FDG	Focus Group Discussion
EB	Conselho Executivo do PAM	EB	Executive Board
EM	Gestor de Avaliação	EM	Evaluation Manager
ENSAN II	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	ENSAN II	National Food Security and Nutrition Strategy
ERG	Grupo de Referência para a Avaliação	ERG	Evaluation Reference Group
ET	Equipa de avaliação	ET	Evaluation Team
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	FAO	Food and Agriculture Organization
FMI	Fundo Monetário Internacional	IMF	International Monetary Fund
FRESCO	Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola	FRESAN	Strengthening Resilience and Food and Nutrition Security in Angola
FSN	Segurança Alimentar e Nutricional	FSN	Food Security and Nutrition
FSQ	Segurança e Qualidade de Alimentos	FSQ	Food Safety and Quality
FSWG	Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar	FSWG	Food Security Working Group
GdA	Governo de Angola	GoA	Government of Angola
GEWE	Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres	GEWE	Gender Equality and Women's Empowerment
GPS	Gabinete Provincial de Saúde / Gabinete Provincial (Departamento) de Saúde	PHO	Provincial Health Office
GSA	Gabinete de Segurança Alimentar	GSA	Office of Food Security
HGSF	Alimentação Escolar Caseira	HGSF	Home-Grown School Feeding
IBEP	Inquérito aos Rendimentos e Despesas	IBEP	Income and Expenditure Survey
IDREA	Inquérito sobre Despesas, Rendimentos e Emprego	IDREA	Income, Expenditure, and Employment Survey
IIMS	Inquérito sobre Indicadores Múltiplos e Saúde em Angola	IIMS	Angola's Multiple Indicator and Health Survey
INE	Instituto Nacional de Estatística	INE	National Institute of Statistics
IPC	Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar	IPC	Integrated Food Security Phase Classification
IRA	Conta de Resposta Imediata	IRA	Immediate Response Account
KII	Entrevista com Informadores-Chave	KII	Key Informant Interview
MdE	Memorando de Entendimento	MoU	Memorandum of Understanding
MINAGRIP	Ministério da Agricultura e Pescas de Angola	MINAGRIP	Ministry of Agriculture and Fisheries of Angola
MT	Toneladas Métricas	MT	Metric Tons
OCDE-CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização	OECD-DAC	OECD Development Assistance Committee

Acrónimo	Definição em Português	Acronym	Definition in English
	para a Cooperação e Desenvolvimento Económico		
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	MDG	Millennium Development Goal
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	SDG	Sustainable Development Goals
OEV	Gabinete de Avaliação do PAM	OEV	WFP Office of Evaluation
ONG	Organização Não-Governamental	NGO	Non-Governmental Organization
ONU	Organização das Nações Unidas	UN	United Nations
PAM	Programa Alimentar Mundial	WFP	World Food Programme
PBW	Mulheres Grávidas e Lactantes	PBW	Pregnant and Breastfeeding Women
PDA	Política de Desenvolvimento Agrícola	ADP	Agricultural Development Policy
PDI	Pessoa Deslocada Internamente	IDP	Internally Displaced Person
PDM	Monitoria Pós-Distribuição	PDM	Post-Distribution Monitoring
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional	NDP	National Development Plan
PEIP	Plano Estratégico Interino Provisório	ICSP	Interim Country Strategic Plan
PEP	Plano Estratégico do País	CSP	National Strategic Plan
PIB	Produto Interno Bruto	GDP	Gross Domestic Product
PNASE	Política Nacional de Alimentação Escolar e Saúde 2012-2025	PNASE	National School Feeding and Health Policy 2012-2025
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	UNDP	United Nations Development Programme
PSEA	Protecção contra a Exploração e o Abuso Sexual	PSEA	Protection from Sexual Exploitation and Abuse
RAM	Investigação e Acompanhamento do PAM	RAM	WFP Research and Monitoring
RB	Gabinete Regional do PAM	RB	WFP Regional Bureau
RBJ	Gabinete Regional do PAM Joanesburgo	RBJ	WFP Regional Bureau Johannesburg
rCSI	Índice Reduzido de Estratégias de Sobrevivência	rCSI	Reduced Coping Strategies Index
RDC	República Democrática do Congo	DRC	Democratic Republic of Congo
RGPD	Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados	GDPR	General Data Protection Regulation
RVAA	Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade	RVAA	Regional Vulnerability Assessment and Analysis Programme
SABER	Abordagem Sistémica para melhores Resultados na Educação	SABER	Systemic Approach for Better Results in Education
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral	SADC	Southern African Development Community
SEDE	Sede do PAM	HQ	WFP Headquarters

Acrónimo	Definição em Português	Acronym	Definition in English
SMART	Monitorização e Avaliação Normalizadas do Socorro e das Transições	SMART	Standardized Monitoring and Assessment of Relief and Transitions
SOFI	Relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo	SOFI	State of Food Security and Nutrition in the World
SRAC	Comité de Atribuição Estratégica de Recursos do PAM	SRAC	WFP Strategic Resource Allocation Committee
TBC	Transferência em base de valor monetário	CBT	Cash Based Transfer
TdR	Termos de Referência	ToR	Terms of Reference
TL	Chefe de Equipa	TL	Team Leader
ToC	Teoria da Mudança	ToC	Theory of Change
UE	União Europeia	EU	European Union
UN-SWAP	Plano de Acção do Sistema das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres	UM-SWAP	United Nations System-wide Action Plan on Gender Equality and Women's Empowerment
UNCT	Equipa Nacional das Nações Unidas	UNCT	United Nations Country Team
UNEG	Grupo de Avaliação das Nações Unidas	UNEG	United Nations Evaluation Group
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância	UNICEF	United Nations Children's Fund
UNISDR	Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes	UNISDR	United Nations Office for Disaster Risk Reduction
UNSDCF	Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas	UNSDCF	United Nations Sustainable Development Cooperation Framework
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	USAID	United States Agency for International Development
USD	Dólar dos Estados Unidos	US\$	United States Dollar
VAM	Análise e Mapeamento de Vulnerabilidades	VAM	Vulnerability Analysis and Mapping
VIH/SIDA	Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida	HIV/AIDS	Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome
WVI	Visão Mundial Internacional	WVI	World Vision International

WFP Angola Office

Office of Evaluation

World Food Programme

Via Cesare Giulio Viola 68/70,
00148 Rome, Italy - T +39 06 65131

wfp.org/independent-evaluation